



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO X — N.º 198

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 23 DE DEZEMBRO DE 1955

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de "vetos" presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º da Constituição Federal e do art. 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se no edifício da Câmara dos Deputados nos dias 17, 19 e 24 de Janeiro de 1956, às 14,30 horas, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

Dia 17:

Veto (total) ao Projeto de Lei (n.º 2.298, de 1952, na Câmara dos Deputados e n.º 268, de 1953, no Senado Federal) que cria, no Exército, o Quadro de Auxiliares de Administração.

Dia 19:

Veto (parcial) ao Projeto de Lei (n.º 1.112, de 1950, na Câmara dos Deputados e n.º 221, de 1953, no Senado Federal) que regula as promoções dos oficiais do Exército.

Dia 24:

Veto (parcial) ao Projeto de Lei (n.º 3.593, de 1953, na Câmara dos Deputados e n.º 224, de 1955, no Senado Federal) que dispõe sobre a contagem de tempo de serviço, para efeito de inatividade, dos oficiais do Serviço ou Corpo de Saúde das Forças Armadas e dá outras providências.

Senado Federal, em 27 de Dezembro de 1955

CARLOS GOMES DE OLIVEIRA
1.º Secretário, no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Comissões Permanentes

Diretora

Nereu Ramos — Presidente.
Gomes de Oliveira — 1.º Secretário
Freitas Cavalcanti — 2.º Secretário
Carlos Lindenberg — 3.º Secretário
Ezequias da Rocha — 4.º Secretário
Maynard Gomes — 1.º Suplente
Prisco dos Santos — 2.º Suplente
Secretário — Luiz Nabuco, Diretor Geral da Secretaria.

Constituição e Justiça

Cunha Mello — Presidente.
Argemiro Figueiredo — Vice-Presidente.

Armando Câmara.
Attilio Vivacqua.
Benedito Valadares.
Daniel Krieger.
Gilberto Marinho. (*)
Jarbas Maranhão. (**)
Kerginaldo Cavalcanti.

Lourival Fontes.
Ruy Palmeira.
(*) Substituído interinamente pelo Sr. Paulo Fernandes.
(**) Substituído interinamente pelo Sr. Motta Brasil.
Secretário — João Alfredo Rayasco de Andrade.
Reuniões — Terças-feiras, às 10 horas.

Economia

Fernandes Távora — Presidente.
Juracy Magalhães — Vice-Presidente.
Júlio Leite.
Sé Tinoco.
Lima Teixeira.
Tarcisio Miranda.
Alo Guimaraes.
Secretário — Aroldo Moreira.
Reuniões — Terças-feiras, às 16 horas.

Educação e Cultura

Lourival Fontes — Presidente.
Jarbas Maranhão — Vice-Presidente.
Silvio Curvo (*).
Apolônio Sales.
Bernardes Filho.
Mourão Vieira.
Armando Câmara (**).
(*) Substituído pelo Sr. Mário Motta.
(**) Substituído pelo Sr. Novais Filho.

Secretário — Francisco Soares Aranda.
Reuniões — Terças-feiras, às 16 horas.

Serviço Público Civil

Prisco dos Santos — Presidente.
Kerginaldo Cavalcanti — Vice-Presidente.
Vivaldo Lima.
Ary Vianna.
Armando Câmara.
Filinto Müller.
Neves da Rocha.
Secretário — Julieta Ribeiro dos Santos.
Reunião às sextas-feiras.

De Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Novais Filho — Presidente.
Filinto Müller — Vice-Presidente.
Neves da Rocha.
Ary Vianna.
Coimbra Bueno.
Secretário — Francisco Soares Aranda.
Reuniões — Quintas-feiras, às 15 horas.

Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente.
Cesar Vergueiro — Vice-Presidente.
Alberto Pasqualini.
Victorino Freire (**).

Parsifal Barroso.
Mathias Olympio.
Juracy Magalhães.
Lino de Matos (***).
Júlio Leite.
Dinarte Mariz (*).
Domíngos Velasco.
Othon Mäder.
Novais Filho.
Paulo Fernandes.
Filinto Müller.
Onofre Gomes.

Mourão Vieira.
(*) Substituído pelo Sr. João Aranda.
(**) Substituído pelo Sr. Alfredo Duailibe.
(***) Substituído pelo Sr. Antônio de Barros Filho.

PARA AS SUPLENCIAS

Ary Vianna.
Daniel Krieger.
Bernardes Filho.

Kerginaldo Cavalcanti.

Armando Câmara.

Secretário — Renato Chermont.

Reuniões — Quartas-feiras, às 10,30 horas.

Legislação Social

Lima Telxira — Presidente.

Othon Mäder — Vice-Presidente.
Ruy Carneiro.

João Arruda.

Guilherme Malaquias.

Lino de Matos.

Sebastião Archer. (*)

(*) Substituído pelo Senador Filinto Müller.

Secretário — Pedro de Carvalho Müller.

Reuniões às quintas-feiras, às 11 horas.

Redação

1 — Julio Leite — Presidente.

2 — Sebastião Archer (*) — Vice-Presidente.

3 — Alô Guimarães.

4 — João Villasboas.

5 — Saulo Ramos.

(*) Substituído, interinamente, pelo Senador Remy Archer.

Secretário — Cecília de Rezende Martins.

Reuniões — Terças-feiras às 15 horas.

Relações Exteriores

Georgino Avelino — Presidente.

Bernardes Filho — Vice-Presidente.

Gilberto Marinho (*).

Lourival Fontes.

Ruy Palmeira.

Moura Andrade.

Mathias Olympio.

João Villasboas.

Benedito Valadares.

(*) Substituído interinamente pelo Sr. Moura Brasil.

Secretário — J. B. Castellan Branco.

Reuniões — Quartas-feiras.

Saúde Pública

1 — Sylvio Curvo — Presidente.

2 — Vivaldo Lima — Vice-Presidente.

3 — Leonidas Melo.

4 — Lima Guimarães.

5 — Pedro Ludovico.

Secretário — Cecília de Rezende Martins.

Reuniões — Quintas-feiras, às 15 horas.

Segurança Nacional

Onofre Gomes — Presidente.

Calado de Castro — Vice-Presidente.

Ary Vianna.

Lino de Matos (*).

Mavinaes Barata.

Sylvio Curvo (**).

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONALDIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRACHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****SEÇÃO II**Impressão nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1**ASSINATURAS****REPARTIÇÕES E PARTICULARES****Capital e Interior**

Semestre	Gr\$	24,00
Ano	Gr\$	48,00
Interior:		
Ano	Gr\$	120,00

FUNCIONÁRIOS**Capital e Interior**

Semestre	Gr\$	24,00
Ano	Gr\$	48,00
Interior:		
Ano	Gr\$	120,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esolamentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos de artigos dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Gr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Gr\$ 0,30.

Tarciso de Miranda.

(*) Substituído pelo Sr. Antônio de Barros.

(**) Substituído pelo Sr. Mário Mota.

Secretário — Romilda Duarte.

Reuniões — Quintas-feiras, às 10 horas.

Comissões Especiais**De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho**

Lima Teixeira — Presidente

Julio Leite.

Paulo Fernandes.

Ruy Carneiro.

Othon Mäder.

Kerginaldo Cavalcanti.

Secretário — Francisco Soares Arruda.

Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

De Mudança da Capital

Coimbra Bueno — Presidente.

Paulo Fernandes — Vice-Presidente.

Atílio Vivacqua — Relator.

Alberto Pasqualini.

Lino de Matos.

Secretário — Aroldo Moreira.

Reuniões — Quintas-feiras.

De Revisão do Código de Processo Civil

João Villasboas — Presidente.

Georgino Avelino — Vice-Presidente.

Atílio Vivacqua — Relator.

Alberto Pasqualini.

Filinto Müller.

Secretário — José da Silva Lisboa.

Reuniões: Quintas-feiras.

Reuniões — Quintas-feiras.

Comissão de Reforma Constitucional

(AUTONOMIA DO DISTRITO FEDERAL)

Cunha Mello — Presidente.

Cesar Vergueiro — Vice-Presidente.

Atílio Vivacqua — Relator.

Gilberto Marinho.

Kerginaldo Cavalcanti.

Calado de Castro.

Daniel Krieger.

Mendonça Clark.

Guilherme Malaquias.

Benedito Valadares.

Ruy Palmeira.

Jarbas Maranhão.

Lourival Fontes.

Argemiro Figueiredo.

Armando Câmara.

Secretário — Mécio dos Santos Andrade.

Comissão de Inquérito para apurar fatos relativos à liberação da Química Bayer Limitada.

Senador Cunha Mello — Presidente.

Senador Alvaro Adolpho — Vice-Presidente (*).

Senadores Guilherme Malaquias

Argemiro Figueiredo — Relatores.

Senador Ezequias da Rocha (**).

Senador Kerginaldo Cavalcanti.

Senador Pedro Ludovico (***)

(*) Substituído pelo Sr. Ruy Carneiro.

(**) Substituído pelo Sr. Atílio Vivacqua.

(***) Substituído pelo Sr. Sá Tinoco.

Secretário — Mécio dos Santos Andrade.

Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Inquérito instituída para apurar fatos relativos à alienação de terras públicas, que teriam sido feitas pelo governo do Estado de Mato Grosso

Cunha Mello — Presidente.

Julio Leite — Vice-Presidente.

Ary Vianna — Relator.

João Villasboas.

Filinto Müller.

Secretário — José Benício Tavares da Cunha Mello.

Comissão Mista de Reforma Administrativa

Horácio Lafer — Presidente.

Gomes de Oliveira — Vice-Presidente.

Gustavo Capanema — Relator.

Afonso Arinos — Relator.

Lopo Coelho.

Bilac Pinto.

Batista Ramos.

Arnaldo Cerdeira.

Filinto Müller.

Ary Vianna.

Cunha Mello.

Coimbra Bueno.

Juracy Magalhães.

Bernardes Filho.

Secretário — José da Silva Lisboa.

Comissão Especial de Estudos da Valorização dos Rios Tocantins e Parnaíba.

Mathias Olympio — Presidente.

Domingos Velasco — Vice-Presidente.

Mendonça Clark — Relator.

Parsifal Barroso.

Remy Archer.

Coimbra Bueno.

Ezequias da Rocha.

Secretário — José Soares de Oliveira.

Reuniões às sextas-feiras, às 16 horas.

Oradores inscritos para a Sessão de 29 de dezembro de 1955.

- 1.º Sen. Cunha Mello.
- 2.º Sen. Vitorino Freire.
- 3.º Sen. Othon Mäder.
- 4.º Sen. Lima Teixeira.

ATA DA 2.ª SESSÃO DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 3.ª LEGISLATURA, EM 28 DE DEZEMBRO DE 1955

PRESIDÊNCIA DO SR. GOMES DE OLIVEIRA

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs.:

Vivaldo Lima — Mourão Vieira — Cunha Mello — Prisco dos Santos — Magalhães Barata — Alvaro Adolpho — Remy Archer — Vitorino Freire — Onofre Gomes — Fernandes Távora — Kerginaldo Cavalcanti — Georgino Avelino — Dinart Mariz — Ruy Carneiro — Octacílio Jurema — Argemiro de Figueiredo — Apolônio Sales — Ezequias da Rocha — Freitas Cavalcanti — Júlio Leite — Lima Teixeira — Carlos Lindenberg — Atílio Viçacua — Ari Viana — Paulo Fernandes — Arlindo Rodrigues — Alencastro Guimarães — Caiado de Castro — Osvaldo Moura Brasil — Benedito Valadares — Lima Guimarães — Moura Andrade — Domingos Velasco — Coimbra Bueno — Silvio Curvo — João Villasboas — Filipe Müller — Othon Mäder — Gomes de Oliveira — Francisco Gallotti — Alberto Pasqualini — (40).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 40 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O SR. 4.º SECRETÁRIO:

Servindo de 2.º, procede à leitura da ata da sessão anterior.

Em discussão a ata que acaba de ser lida.

O SR. JOÃO VILASBOAS:

(Sobre a Ata) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, na sessão de ontem, segundo estou informado, pois não tive ainda a oportunidade de ler o "Diário do Congresso, o nobre Senador Apolônio Sales solicitou constasse como parte integrante de seu discurso, — ou fosse considerado como lida perante o Senado — a fala dirigida a Nação pelo Senador Nereu Ramos e creio que também pelo candidato a Presidência da República, o Sr. Juscelino Kubitschek.

Ora, diz o nosso Regimento no artigo 100.

"Nenhum documento será inserido nas atas sem especial deliberação do Senado, salvo as exceções expressas neste Regimento ou quando seja parte integrante dos discursos pronunciados pelos Senadores.

Vê o Senado que o documento de que trata a disposição regimental não se confunde com publicações ou discursos que se pretendam fazer incluir nos anais, dos quais cogita, clara e positivamente, o Art. 127 do Regimento Interno, quando diz:

"Serão escritos apoiados por 5 Senadores e sujeitos a discussão só podendo ser votados com a presença de 32 Senadores no mínimo os requerimentos sobre:

b) inserção nos Anais de documentos ou publicações.

Ora, Sr. Presidente, se for adotada a praxe de o Senador pedir se incorpore ao seu discurso ou se considere como lida perante o Senado, determinada publicação teremos burlado o

preceito regimental, que exige quorum especial para se discutir a matéria e determinado número de subscritores do requerimento de inserção nos Anais.

Aproveito a oportunidade de estar em discussão a ata para levantar esta dúvida e, ao mesmo tempo, pedir a V. Ex.ª Sr. Presidente considere como uma questão de ordem a matéria que acabo de arguir. Se V. Ex.ª julgar que a espécie é de requerimento e assim não podem ser assim incorporados ao discurso tais documentos e publicações sem a aquiescência da Casa, deve esse requerimento ser submetido ao plenário.

Se V. Ex.ª interpretar o Regimento de forma diferente, passaremos então a não mais pedir transcrição no "Diário do Congresso Nacional" de matéria de qualquer natureza divulgada pela imprensa ou outro meio de informação. Sob o simulacro de considerá-lo como lida em discursos, solicitaremos sua publicação nos Anais da Casa, sem o voto de pelos menos 32 Srs. Senadores e sem o apolamento regimental de 5 membros do Senado.

Era a questão de ordem que desejava suscitar a V. Ex.ª antes da aprovação da ata (Muito bem).

O SR. APOLÔNIO SALLES:

(Sobre a ata) — Sr. Presidente, apenas ingressei no plenário do Senado, fui informado e que o nobre colega da União Democrática Nacional levantava a questão de ordem cujo termino tive a honra de ouvir.

Precisava de início dar um esclarecimento principalmente ao nobre orador que me antecedeu e que não estava presente quando dei como lidos os discursos do Sr. Presidente Nereu Ramos e do candidato eleito para a Presidência da República Sr. Juscelino Kubitschek.

Na ocasião encontravam-se no Plenário poucos Srs. Senadores, e se me afigurou demasiado enfadonha a leitura dos discursos em apreço. Minha intenção era lê-los como ocorrerá na mesma sessão de referência ao editorial do Correio da Manhã. Não pretendi furtar-me ao pronunciamento do Senado quanto a inserção nos Anais daqueles dois discursos mesmo porque não teria nenhuma dificuldade em conseguir aprovação de requerimento neste sentido.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Respondendo à questão de ordem do nobre Senador João Villasboas, cabe-me declarar que a Mesa ao aceitar o pedido do nobre Senador Apolônio Sales para que fossem considerados parte integrante de seu discurso aqueles documentos obedeceu uma praxe desta Casa. É comum os Senhores Senadores fazerem leituras ou pedirem incorporação de artigos de jornal e discursos as suas orações, para que sejam publicados no "Diário do Congresso".

Não tendo havido até hoje impugnação desse hábito a Mesa nada mais fez que segui-lo enquadrando a solicitação do Senador Apolônio Sales nos termos do art. 100 in fine Regimento Interno.

Desde porém que se levanta uma objeção a Mesa no tem dúvida em examinar o assunto e talvez tomar orientação diferente.

Continua em discussão a Ata (Pausa).

Ninguém mais fazendo observações dou-a por aprovada.

Vai-se proceder à leitura do expediente.

O SR. 3.º SECRETÁRIO:

Servindo de 1.º lê o seguinte:

EXPEDIENTE

Mensagem n.º 398, de 1955

(Número de ordem da Presidência 612)

Excelentíssimo Senhor 1.º Secretário do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso da atribuição que me conferem os arts. 70, § 1.º, e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara n.º 3.593, de 1953 (no Senado, n.º 244-55), que dispõe sobre a contagem de tempo de serviço, para efeito de inatividade, dos oficiais do Serviço ou Corpo de Saúde das Forças Armadas, e dá outras providências.

Incide o veto sobre o parágrafo único do art. 1.º do projeto, dispositivo que considero contrário aos interesses nacionais, pelas razões que passo a expor.

Em face das leis chamadas de benefícios, muitos oficiais do Serviço de Saúde, já na reserva, tiveram uma ou duas promoções para a inatividade. Se mantido o parágrafo em apreço, muitos deles teriam outra promoção ou proventos do posto superior, de acordo com o que preceitua o art. 54 da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954.

A reserva remunerada já está beneficiada com o Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares. Qualquer aumento de vencimentos nas Forças Armadas determina também o reajustamento de seus proventos. Não se justifica, assim, conceder nova promoção a grupos de oficiais naquela situação, o que tornaria a carreira na inatividade mais futura do que o serviço ativo.

Uma das conquistas obtidas com a Lei de Inatividade foi a limitação constante do art. 59 que impede que o militar tenha mais de duas promoções na reserva; o parágrafo único do projeto, se sancionado, atentaria contra tão salutar princípio estabelecido na citada Lei.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Rio de Janeiro, em 20 de dezembro de 1955. — Nereu Ramos.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 244, de 1955

(N.º 3.593-D, de 1953, na Câmara dos Deputados)

Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço, para efeito de inatividade, dos oficiais do Serviço ou Corpo de Saúde das Forças Armadas, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os oficiais do Serviço ou Corpo de Saúde — médicos, dentistas e farmacêuticos — do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, contarão, para efeito de inatividade e como de efetivo serviço, o tempo normal dos respectivos cursos acadêmicos, à razão de 1 (um) ano para cada 5 (cinco) anos de serviço ativo.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se também aos oficiais que já se encontram na reserva ou reformados.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DISPOSITIVO VETADO

Parágrafo único do art. 1.º:

O disposto neste artigo aplica-se também aos oficiais que já se encontram na reserva ou reformados.

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

Avisos:

Do Sr. Ministro da Fazenda, números 840, 849 e 850, comunicando estar envidando esforços no sentido de serem ultimados os esclarecimentos pedidos nos Requerimentos ns. 452, 104 e 419, de 1955, dos Srs. Mendonça Barj e ex-Senador Lúcio Bittencourt Arque-se.

Do Sr. Ministro da Saúde, nos seguintes termos:

MINISTERIO DA SAUDE

N.º 715

Em 16 de dezembro de 1955

Senhor Primeiro Secretário:

Em atenção aos termos do Ofício n.º 1.102, de 9 de novembro último, com o qual V. Ex.ª, me trouxe ao conhecimento o teor do requerimento de informações no 451, de 1955, do Senhor Senador Ary Vianna, transmito, a seguir, os esclarecimentos a cada uma das indagações formuladas:

Consulta a) se existe qualquer providência do Serviço Nacional de Tuberculose no sentido de transferir para a Prefeitura do Distrito Federal, mediante convenio, o Conjunto Sanatorial de Curicica-Hospital Escola da Campanha Nacional Contra a Tuberculose;

Resposta a) Sim. Anexo ao presente, cópias do ofício do S.N.T. ao meu antecessor encaminhando uma exposição de motivos e minuta de convenio sobre o assunto.

Consulta b) caso afirmativo, se as verbas consignadas no orçamento da União, os recursos próprios da Campanha Nacional Contra a Tuberculose e o seu próprio patrimônio seriam transferidos para a Prefeitura do Distrito Federal;

Resposta b) De acordo com o parágrafo 2.º da cláusula terceira, o conjunto Sanatorial passara para a Prefeitura do Distrito Federal, respeitados os interesses patrimoniais da C.N.C.T.

Com relação aos recursos próprios da C.N.C.T. somente passariam a Prefeitura o quanto necessário as despesas do pessoal durante o exercício corrente de 1955, atendendo a que já havia verba consignada para tal. (Parágrafo 3.º da cláusula 3.ª)

Quanto a verba anualmente consignada no orçamento da União, especificamente destinada ao Conjunto Sanatorial de Curicica, por intermédio da C.N.C.T., será entregue a Prefeitura do Distrito Federal para aplicação exclusiva naquele Sanatório, como aliás é feito para outros Sanatórios, em diversos Estados do país.

Consulta c) se a transferência em causa importaria em omissão do padrão hospitalar, com transformação do mencionado hospital em colônia de isolamento e com redução do número de leitos ora existentes;

Resposta c) Não e de interesse da Prefeitura do Distrito Federal o padrão técnico do Conjunto Sanatorial de Curicica, podendo até, mediante a organização que possui para administração de seus sanatórios — e de que a C.N.C.T. não dispõe — realizar grande economia na manutenção do Sanatório em causa, sem que isto importe na baixa de seu padrão técnico.

Consulta d) se a Prefeitura do Distrito Federal manteria os convênios ora vigentes com várias instituições previdenciárias para prestação de assistência aos seus segurados;

Resposta d) Sim, conforme se compreende do parágrafo único da cláusula quarta.

Consulta e) qual seria o critério adotado em relação à quantidade dos servidores do aludido Conjunto Sanatorial.

Resposta e) Passagem de todos os servidores lotados no Conjunto Sanatorial de Curicica para a Prefeitura do Distrito Federal, conforme está previsto no parágrafo 2.º da cláusula terceira, podendo ser deduzido um

pequeno grupo desses servidores indispensável ao funcionamento do Hospital Escola Torres Homem que será transferido à C.N.C.T. sem pessoal.

Cumpra ponderar, entretanto, que até o presente não recebeu esta Secretaria de Estado de S. Ex.^a o Sr. Prefeito do Distrito Federal, o assentimento para a lavratura do Convênio a ser celebrado.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex.^a protestos de alta estima e distinta consideração.

— *Maurício de Medeiros.*

Ao Requerente

— do Sr. Ministro Presidente do Tribunal de Contas, como segue:

TRIBUNAL DE CONTAS

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Comunico a Vossa Excelência, para os fins convenientes, que este Tribunal, em face da publicação feita no suplemento do *Diário Oficial* de 12 deste mês, da Lei n.º 2.665, do dia 6 anterior — Orçamento para o exercício de 1956 — resolveu, em sessão de 16 do corrente mês, quanto ao sub-anexo 2 32 — Senado Federal, tendo em vista o artigo 66, letra a, itens I, II, III, IV e X, da Lei número 830, de 23 de setembro de 1949, ordenar o registro dos créditos e o da respectiva distribuição automática ao Tesouro Nacional como se segue:

Verba 1.0.00 — C/1.1.00

	Cr\$
S/C 1.1.01	33.261.000,00
S/C 1.1.02	30.375.000,00
S/C 1.1.05	100.000,00
S/C 1.1.15	3.662.640,00
S/C	1.1.16 4.028.900,00
S/C 1.1.17	504.000,00
S/C 1.1.25	5.173.650,00

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e distinta consideração. *Joaquim Henrique Coutinho*, Ministro-Presidente.

Ao Sr. 1.º Secretário.

— do Sr. Ministro da Agricultura, transmitindo as seguintes informações:

Ministério da Agricultura

G.M. 2.908 — Em 22-12-55

Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Aviso n.º 518, de 15 de junho de 1955, em que Vossa Excelência solicita informações sobre o Requerimento n.º 250, de 1955, apresentado pelo ilustre Senador Vivaldo Lima e, bem assim, que ditas solicitações sejam acompanhadas de duas cópias autenticadas.

2. Em atendimento ao pedido e requerimento em apêço foram extraídas cópias dos mesmos, de que se originaram vários processos, que foram objeto de apreciação e pareceres em diferentes repartições deste Ministério, os quais, só agora, puderam ser coligidos, devidamente apreciados e mandadas dactilografar as peças a serem encaminhadas a essa Secretaria.

3. Em anexo, encontrará Vossa Excelência três cópias autenticadas de cada um dos seguintes documentos:

a) documento 1 — informação prestada pelo agrônomo Ewald Mendes Costa, Chefe da Seção de Plantas Extrativas e Industriais, com a qual concordaram o Diretor substituto da Divisão de Fomento da Produção Vegetal — agrônomo José Maria Paranhos Ferreira — e o Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Vegetal — agrônomo Kurt Repsold;

b) documento 2 — cópia do original inglês, fornecida pelo Escritório Técnico de Agricultura do primeiro relatório apresentado pelo Sr. Klare S. Markley, aos Diretores brasileiro e americano do referido Escritório;

c) documento 3 — tradução para o português do relatório mencionado

na alínea anterior, também fornecida pelo Escritório Técnico de Agricultura;

d) documento 4 — cópia do original inglês do segundo relatório apresentado pelo Sr. Klare S. Markley aos Diretores brasileiro e americano do Escritório Técnico de Agricultura;

e) documento 5 — tradução para o português do relatório mencionado na alínea anterior, também fornecida pelo Escritório Técnico de Agricultura;

f) documento 6 — cópia de uma informação do antigo Chefe da Seção de Melhoramento de Plantas do Instituto Agrônomo do Norte — agrônomo George O' Neill Addison comentando e retificando informações constantes dos relatórios citados nas quatro alíneas anteriores;

g) documento 7 — cópia de uma retificação aos relatórios de que tratam os documentos 2 a 5, solicitada pelo Diretor do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas — agrônomo Felisberto Cardoso de Camargo, com a qual este Ministério está de acordo;

h) documento 8 — cópia da informação prestada pelo então Diretor do Instituto Agrônomo do Norte — agrônomo Archimar Bittencourt Baleiro, acompanhada da respectiva documentação;

i) documento 9 — extrato de um parecer do Diretor do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas.

4. Acredito que a copiosa documentação referida encerra as informações que foram solicitadas no Requerimento mencionado de início; entretanto, caso contrário, este Ministério terá prazer em completá-las logo que identificado a respeito.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de minha alta estima e mais distinta consideração.

DOCUMENTO 1

Ministério da Agricultura.

Sr. Diretor.

A fim de atendermos ao pedido de informações n.º 250-55 do Senador Vivaldo Lima, esta Diretoria consultou a Seção de Fomento Agrícola da Bahia acerca da situação em que se encontra a cultura do dendêzeiro, e, de posse da resposta, passamos a informar:

a) os dendêzeiros baianos, na sua totalidade nativos, continuam, em plena rotina extrativista, salvo algumas exceções de agricultores que praticam, como único trato cultural, a limpeza da estirpe, geralmente coberta de plantas parasitárias, e as recentes culturas nacionais, ainda em formação, que estão sob a orientação técnica daquela dependência.

A Seção de Fomento Agrícola da Bahia, após selecionar as variedades de dendêzeiros mais produtivas, está realizando experimentações quanto ao melhor espaçamento a ser guardado entre as linhas e as plantas, o que, aliás, constitui uma relevante e imprescindível trabalho técnico, para o bom êxito da cultura nacional.

b) as dotações orçamentárias concedidas nesses últimos quatro anos (1951-54) ascendem a Cr\$ 1.575.000,00 (um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil cruzeiros) e têm sido aplicadas na construção de residências para trabalhadores de campo, destocamento e drenagem, como parte integrante do programa de instalação e organização do "Campo de Produção de Mudanças Melhoradas de Dendêzeiro" que conta com a área de 20 ha e bem assim nos trabalhos de multiplicação de mudas de variedades selecionadas, cuja produção e distribuição nos anos agrícolas de 1952-53 e 1953-54 foi de cerca de 30.000 (trinta mil) mudas variedades Deli e Tenera. No corrente ano agrícola 1954-55 existem em sementeiras ... 54.000 (cinquenta e quatro mil) mudas, das quais 28.000 da variedade Tenera e 16.000 de variedades diversas.

Devidamente informado, proponho que o processo seja submetido à consideração do Sr. Diretor Geral.

Em 14-9-1955. — *Ewald Mendes Costa*, Chefe da Seção.

5.ª-S.C.V. 11.782-55 — EMC/ESR

— Urgente:

Transmita-se ao Sr. Diretor Geral — Em 14-9-1955. — *José Maria Paranhos Ferreira*, Diretor Substituto da D.F.P.V.

Com a informação, cujos dados completam os constantes da "Papeleta" ontem entregue, em mãos, ao Sr. Chefe do Gabinete, restituído ao G. M. — 16-9-55. — *Kurt Repsold*.

TRADUÇÃO DO RELATÓRIO APRESENTADO PELO SR. KLARE S. MARKLEY

Para: Raub Snyder.

De: Klare S. Markley.

Assunto: Relatório da visita feita à Bahia, de 20 a 29 de abril de 1954, para investigar a possibilidade de desenvolvimento da indústria do óleo de dendê.

Informação Preliminar:

O Estado da Bahia é considerado o centro da indústria do óleo de dendê (Dendê Africano) do Brasil, assim como o principal produtor de semente e óleo da mamona. E' também fonte da cera e do óleo do caroço do licuri ou urucuri (*Syagrus coronata*), do óleo do caroço do babassu (*Orbignya oleifera*), do óleo de copra e de coco (*Cocos nucifera*), óleo de caroço de dendê, óleo de caroço e fibra de piassava (*Attalea funifera*), e manteiga de cacau.

De acordo com o Relatório da Missão Americana de Óleos Vegetais no Brasil, de 9 de março a 28 de abril de 1942, a mamona é a mais importante semente oleaginosa do Estado da Bahia, seguida pelo licuri (pag. 65). De acordo com este relatório, o Estado possui grande número de palmeiras de piassava (pag. 75), cujos cocos e óleo se assemelham aos do babassu, e todas as usinas que foram visitadas pela Missão estavam triturando caroços da piassava e misturando o óleo com o do babassu. Foi também verificado que esta palmeira era pouco explorada para extração de óleo. Os caroços da piassava estavam naquele tempo na lista dos produtos de câmbio da Bahia.

O relatório mostrou que havia cerca de 1.300.000 coqueiros no estado de 1.500.000 dendêzeiros (pag. 76) dos quais 300.000, na ilha de Itaparica. Nesta última apurou-se que 37.000 estavam sendo cultivados na Fazenda Mocambo, de propriedade do Departamento de Agricultura do Estado.

Baseada na informação obtida do atual Secretário da Agricultura da Bahia, a Missão relatou que a indústria de óleo de dendê começou no quintal, isto é, "o caboco plantara poucas árvores no seu quintal e por isso usava o óleo para fins culinários. Desta maneira, um número incontável de dendêzeiros foram largamente distribuídos pela Bahia. Os pastores e os roedores carregam os frutos e são assim responsáveis pela distribuição das árvores sobre outras áreas".

O relatório também esclarece ainda que o "Governo Estadual da Bahia somente em 1942 começou a se interessar na plantação e desenvolvimento da *Elaeis guineensis*".

Continua assim: "Há dois tipos de palmeiras sendo usados na expansão de plantação: (1) a variedade sombra que produz uma fruta de tamanho médio; a (2) a caboco que eles desenvolveram na Bahia. O cacho de frutos desta última variedade de palmeira é enorme, o fruto em si, que forma o cacho, é cerca do tamanho de uma maçã pequena" (página 76).

Antes de ir à Bahia, houve várias reuniões, com Dr. F. Cardoso de Camargo, Diretor do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Minis-

tério da Agricultura do Rio de Janeiro, com Dr. Bertino de M. Carvalho, Diretor do Instituto de Óleos do Rio de Janeiro, e um membro da Missão de Óleo de 1942, referida acima, para tratar da possibilidade de eles acompanharem o autor à Bahia. Por várias razões nenhum pôde fazê-lo. No entretanto, Dr. Camargo deu informações sobre os trabalhos da Estação Experimental Federal, sob sua direção em Cruz das Almas, com relação ao dendêzeiro. Declarou que a Estação Experimental tinha iniciação um programa de trabalho procurando estabelecer um sistema de cultivo do dendêzeiro; e que tinha plantas cultivadas em sementeiras à disposição dos fazendeiros mas que não conseguiam convencer ninguém a desenvolver o cultivo da palmeira; que estavam fazendo enxertos com dendêzeiros selvagens; que as sementes tinham sido obtidas da Indonésia, das plantações do Unilver no Congo Belga, das Companhias Reunidas de Frutas na América Central, etc. e que os viveiros tinham sido iniciados em Cruz das Almas e em Belém, a última com o propósito de estabelecer plantação cultivada de dendêzeiro no Vale do Amazonas; que havia facilidades de laboratório, em Cruz das Almas para análise de dendê.

Esta informação preliminar deve ser lembrada quando se for ler o relatório de levantamento de estudo que se segue:

Propósito da Viagem:

O Estado da Bahia foi visitado com o propósito de fazer um levantamento do presente estado de desenvolvimento que se encontra a indústria do óleo de dendê, e para verificar em que sentido o Instituto de Negócios Inter-Americanos, e a Missão Americana de Operações Estrangeiras no Brasil poderiam ajudar a expandir e a melhorar a indústria atual, a aumentar o fornecimento doméstico de óleo, comestível e industrial (sabão) que estão escassos, com preço alto, e muitas vezes com uma qualidade inferior. Esta situação, especialmente quanto aos óleos comestíveis, está se tornando cada vez pior com o aumento da população e com o melhorado poder de aquisição do consumidor.

Sumário:

Durante a visita de 10 dias (de 20 a 29 de abril) à Bahia, para estudar a indústria do óleo de dendê esteve conversando sobre o assunto com Robert Henderson, Cônsul Americano de El Salvador; Clarence Boonstra, Adido da Agricultura no Rio de Janeiro; Robert L. Fowler, horticultorista do I.T.A.A. com sede em Salvador; com membros do quadro da Secretaria de Agricultura da Bahia; com o diretor e com o pessoal da Estação Experimental de Cruz das Almas; com industriais e vendedores do dendê em fruto e em óleo; com o diretor das Indústrias Reunidas F. Matarazzo S. A., da plantação de dendê em Ituberá, e outros.

Visitou-se a Ilha de Itaparica; a Estação Experimental de Cruz das Almas; as plantações de Valença e Ituberá e pelo caminho entre Salvador e cada uma dessas cidades. Essas observações básicas foram suplementadas por um reconhecimento aéreo sobre a Ilha de Itaparica e sobre as áreas de dendêzeiros no longo da costa da Bahia até Marau, que é situada mais para o sul.

Na base deste levantamento preliminar pode-se dizer que a indústria do dendê é relativamente pequena, primitivamente desenvolvida, e tem declinado nos últimos anos. A Estação Experimental Federal em Cruz das Almas iniciou alguns trabalhos, mas parece não ter um objetivo definido, está pouco coordenado, e a não ser que tome uma nova orientação e intensifique seus trabalhos haverá pouca probabilidade de aumentar o fornecimento de óleo de

dendê dentro de um futuro que se pode antever.

A maioria do óleo de dendê é produzido por métodos primitivos de indústria caseira e é consumido no local ou é vendido na redondeza. Foi vista na Ilha de Itaparica uma pequena fábrica de óleo. Mesmo os proprietários de bastante extensas plantações de dendêzeiro (comumente chamadas "plantação" mas que na realidade são crescidas naturalmente) extraem o óleo do fruto por métodos primitivos, mesmo assim o óleo consegue ser vendido no mercado de exportação em Salvador. O termo "exportação" é usado na Bahia para óleo de dendê enviado ao Rio de Janeiro e São Paulo.

Acredita-se, geralmente, que o dendê (African oil palm) foi introduzido na Bahia com os escravos que foram trazidos nos séculos 17 e 18. Desde então o dendêzeiro tem se espalhado ao longo da costa onde quer que a precipitação atmosférica e as condições do solo têm permitido a sua estabilização. Devido aos diferentes aspectos gerais de certas espécies de palmeiras calcula-se que (1) foram introduzidas de várias partes da África diferentes variedades, e (2) que a palmeira sofreu modificações desde que foi trazida para a Bahia. Certas árvores de aspecto geral muito diferente podem ser prontamente observadas e diferenciadas segundo o característico tamanho e feitio da copa, a estrutura do tronco, tamanho e coloração do fruto, pelos vários graus de esterilidade etc. Grande número de árvores apresentam uma carência definida de mineral e de nitrogênio, deprecação por fungos e moléstias virulentas, por insetos como cochonilha, família dos coccídeos, tripses, saúvas, bezouros e brocas. O pessoal da Estação Experimental Federal de Cruz das Almas e o diretor da plantação Matarazzo em Ituberá parecem estar inteiramente inconscientes dessas condições.

No entretanto, um cultivador em Valença estava ciente desses males e estava usando borrifacções inseticidas para combatê-los, também um entomologista do Instituto do Cacau em Salvador sabia da existência deles e da ameaça que constituía para qualquer grande indústria de plantação de dendêzeiro.

As Indústrias Reunidas F. Matarazzo S. A., estão começando uma plantação de dendê de 5.000 hectares na península a pouca distância para o norte de Ituberá sob a direção de Tjerk Oorel, um holandês com 15 anos de experiência no desenvolvimento de plantação de dendêzeiro Africano na Indonésia.

Ao contrário de declarações feitas no Rio, a Estação Experimental Federal de Cruz das Almas tem somente uma variedade de semente de dendêzeiro vinda de outro país. Tem algumas mudas de palmeira de estoque nativo, no viveiro que consiste de um campo de plantação de bom tamanho, e estão agora empregando métodos de sementes germinadas de árvores nativas selecionadas.

Em geral, pode-se dizer que há muito poucos dados de observação e informação sobre o dendêzeiro na Bahia. Quase nada é conhecido quanto a solos e humidade exigidos pela palmeira, para que se possa procurar um local conveniente, ou para se usar fertilizante adequados às necessidades dos solos das zonas deficientes.

Conhece-se muito pouco a natureza e incidência das moléstias e das deprecações por insetos, já existentes nos dendêzeiros bravios, ou as medidas de controle que deveriam ser empregadas num sistema de plantação de cultivo.

É muito confusa a relação que existe entre as diferentes formas das palmeiras bravias da Bahia e as variedades altamente selecionadas que estão sendo cultivadas e no oriente atualmente. Três ou quatro pessoas que se dedicaram a esse problema chegaram a conclusões diversas e des-

sa maneira só conseguiram aumentar a confusão já existente. A razão disto é que nenhuma das conclusões foi baseada em trabalho experimental seguro. Não se tentou estudar, sob condições controladas, a origem das árvores bravias, consequentemente as palmeiras de aparência geral diferente são classificadas como "variedades" diferentes, e seus característicos são considerados estabelecidos.

A análise dos frutos dessas variedades é feita sob condições que não se pode confiar. O químico é metucioso na análise mas o método da retirada da amostra é inadequado. Além disso, a única análise química feita é para o conteúdo total de óleo da polpa. Não determinam os ácidos graxos livres do óleo. Até agora há à disposição poucos dados analíticos nos quais se possam basear conclusões mais avançadas. Porém, a falta de dados não parece ser um impedimento para que se chegue a tais conclusões.

Se se deseja desenvolver na Bahia uma indústria de grande plantação de dendêzeiro, será necessário um trabalho intenso e coordenado de entomologistas, especialistas em conservação de solos, patologistas, horticultores e especialistas em óleo. A maioria desses especialistas podem ser encontrados nas Estações Experimentais Estaduais e Federal. Para que se obtenha sucesso em qualquer programa será necessário que esses cientistas se reunam e cooperem todos para um único objetivo. Tal programa consistirá do estudo das moléstias predominantes no presente e nos métodos de controlá-las; na localização de solos convenientes ou na determinação de elementos fertilizantes a serem usados; na adaptabilidade de seleções (famílias, variedades) de outras zonas do mundo. Isto terá de ser seguido de um programa para interessar e encorajar os fazendeiros a cultivar a palmeira, fazer a colheita e tratar o fruto; e consequentemente instalar fábricas capazes de extrair eficientemente o óleo. Evidentemente esse programa levaria um mínimo de cinco a oito anos de trabalho intenso, mas em dois ou três poderia ser levado adiante inteiramente com o pessoal local.

Recomenda-se que um acordo triplice entre a Estação Federal de Experimentação em Cruz das Almas, o Departamento de Agricultura da Bahia, e o Escritório, seja realizado no sentido de emprender um programa de pesquisa e desenvolvimento da indústria do dendêzeiro no Estado da Bahia, numa base economicamente estável.

Provavelmente será necessário que o Escritório Técnico da Agricultura mantenha alguém na Bahia para coordenar as várias fases do extenso projeto e orientar os departamentos e os próprios indivíduos na realização de cada segmento do trabalho, e verificar se todas as informações e desenvolvimentos num setor foram transmitidos e aplicados no outro.

Pelas observações feitas durante os dez dias passados com Robert Fowler, para fazer o levantamento do dendê, acho que ele é a pessoa indicada para realizar esse serviço. Na verdade, seria difícil encontrar outra pessoa que pudesse desempenhar essa função. Na verdade, seria difícil encontrar outra pessoa que pudesse desempenhar essa função. É provável que ele possa trabalhar simultaneamente com o seu trabalho com o cacau, e com o dendê, desde que as zonas dedicadas as duas plantações sejam próximas.

Dia 20 de Abril

Visita feita à Secretaria de Agricultura da Bahia.

O autor e Robert Fowler visitaram o gabinete da Secretaria da Agricultura da Bahia. O Secretário não estava presente mas foram recebidos por Walter Bittencourt, Secretário Interino e Dr. Leonardo Marques, Assistente Técnico do Secretário.

Mr. Fowler explicou que a visita do autor à Bahia tinha o objetivo de obter informações sobre o atual estado

da indústria do dendêzeiro e de explorar as possibilidades de um sistema racional de cultivo desta palmeira e que desejava nesta ocasião conseguir dados preliminares sobre zonas nas quais as palmeiras agora viscejavam, condições climáticas, fertilidade de solo, presente processo de tratamento dos frutos, utilização do óleo, etc....

O Secretário respondeu que infelizmente não podia fornecer tais dados porque na Bahia não havia uma cultura sistemática do dendêzeiro; que a palmeira se apresenta num estado bravo e nativo, e que a produção de óleo dos frutos era muito rudimentar; na verdade em pequenos "lavadores" segundo o processo do tempo colonial. (Soube-se mais tarde que é costume, quando se precisava óleo para uso doméstico, cortar um cacho da fruta madura e retirar o óleo dela em casa. Comumente só se cortava um cacho embora vários estivessem maduros. O resto das frutas deixavam cair no chão para serem comidas pelos porcos, galinhas, pássaros, roedores, etc.).

Seguiu-se uma breve exposição sobre o desenvolvimento das seleções de dendêzeiro de alta produção e o sistema moderno de plantação baseado no da Indonésia, Malaia, Congo Belga e outros lugares, e perguntou-se se acreditava na possibilidade da introdução dum sistema semelhante na Bahia, desde que se pudessem obter sementes altamente selecionadas e se o Escritório fornecesse auxílio técnico aos altos cultivadores. Chamou-se a atenção para o fato que o sistema primitivo do caboco não passaria de uma indústria marginal e que o óleo nunca poderia competir no mercado internacional, e que se não se estabelecesse no Brasil uma plantação sistemática teriam que continuar a usar o óleo da África e do Oriente para suprir a usina de estranho da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda (30 toneladas por mês) e aos fabricantes de sabão e margarina, etc.

Perguntou-se também se haviam instituições (Estaduais, Federal ou particular) ou particulares na Bahia que desejassem dar financiamento aos cultivadores, com juros razoáveis, por um período de tempo (de 5 ou mais anos) para iniciar plantações e estabelecer fábricas de beneficiamento.

Em resposta foi declarado que haviam tais instituições, emprestando capital por um longo tempo para a instalação de fábricas de beneficiamento do dendê, mas que seria difícil estabelecer uma plantação de dendêzeiros porque, em geral, as terras convenientes para o crescimento deste palmeira pertencem a donos que vivem nas grandes cidades e dão pouca atenção a suas propriedades, preferindo alugá-las.

Os inquilinos não entrariam numa transação por um longo tempo porque não poderiam assumir compromissos desta natureza. E além disso, nem um particular nem uma instituição daria um crédito longo a uma pessoa nessas condições pela mesma razão.

Nestas condições foi sugerido que só seria possível estabelecer uma indústria moderna de dendê por intermédio de firmas estrangeiras, como holandesas e particulares que estivessem interessados em transferir seu capital e seu conhecimento da Indonésia para a América do Sul. Aparentemente, com este propósito em mente, representantes de firmas holandesas nos últimos dois anos têm visitado a Bahia e o Amazonas e outros países da América Latina onde o dendêzeiro se adapta.

No final da entrevista do Dr. Leonardo Marques ofereceu-se para organizar uma mesa redonda com representantes do governo, da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, do Instituto do Fomento, etc., para discutir os resultados do levantamento feito sobre o dendê e que recomendações poderiam ser feitas naquela ocasião.

No dia 28 de abril visitou-se a Secretaria pela segunda vez e os resultados do levantamento foram ligeira-

mente discutidos com o Sr. Walter Bittencourt. O autor prometeu voltar a Bahia mais tarde com o propósito de apresentar um programa definitivo para o desenvolvimento da indústria moderna do dendê.

DIA 20 DE ABRIL

Visita ao Escritório de Joaquim Bandeira, Diretor da J. Bandeira & Cia. Ltda.

Em companhia de Robert L. Fowler, o autor visitou a firma J. Bandeira & Cia. Ltda. Sr. Bandeira é negociante de óleo de dendê, carções e outros produtos agrícolas (café, sisal, etc.). Ele tem um conhecimento profundo dos aspectos comerciais do óleo de dendê e em 1953 publicou um artigo intitulado, (Dendê), no Boletim Informativo (publicação mensal da Bolsa de Mercadorias da Bahia), páginas 16-17, em outubro de 1953. Parte da informação dada pelo Senhor Bandeira é semelhante à fornecida no artigo mencionado acima.

Há alguns anos atrás o Sr. Bandeira exportava carções de dendê para uma usina de óleo em Los Angeles mas o teor de ácido graxo livre do óleo era tão alto que finalmente o negócio cessou quando todo carregamento foi rejeitado.

De acordo com os cálculos feitos pelo Sr. Bandeira, a quantidade de óleo de dendê passando pelos canais comerciais vindo da Bahia declinou seguramente de 513 toneladas métricas em 1942 a 188 toneladas em 1952. A quantidade de óleo que entrava nos canais comerciais, ele calculou como a metade da produção total, e o restante sendo consumido localmente ou em pontos próximos ao de produção.

Citou dados para indicar que a produção do óleo de dendê era menos de 1% da que entrava no comércio vindo da África. Declarou também que os maiores consumidores no Brasil eram: Companhia Gessy, Unilever, Golgate-Palmolive-Peet, e a Companhia Siderúrgica Nacional. Praticamente todas as necessidades dessas firmas são supridas pela África. O óleo de dendê pode ser obtido da África por 9 a 10 cruzeiros por quilo, cif. Rio, ou cerca de 40% menos do que o preço do óleo de dendê Nacional.

Mencionou que em 1952-53 o óleo nacional era vendido por 230 cruzeiros por lata de 16 quilos, isto é, 14 cruzeiros por quilo, equivalente a 17 cruzeiros cif Rio ou São Paulo, e o máximo valor do estrangeiro era de 10-11 cruzeiros. O preço médio do dendê nos Estados Unidos variou recentemente, segundo Sr. Bandeira, de 14 a 15 centavos por libra ou cerca de 6 cruzeiros por quilo. (Nota: esta conversão parece não estar exata agora mas depende do câmbio usado).

O custo da produção do óleo de dendê no Brasil é tal que para consumo industrial e para exportação para os Estados Unidos seu preço é fora do mercado local. Algum óleo nacional é usado industrialmente, principalmente pelos fabricantes de sabão, mas a maioria é consumido localmente, comumente sob a forma de óleo cru. Este óleo, que é muitas vezes de alto teor em ácidos graxos livres, é de uma cor muito forte, sem sabor e geralmente extremamente inferior para fins culinários comparando com óleos semelhantes altamente refinados, clarificados, e desodorizados como os de carção de algodão, amendoim, gergelim, sementes de girasol e outros.

A única razão que o óleo é consumido para fins culinários, é que devido à falta de outros óleos comestíveis e ao seu uso por muito tempo, os consumidores de certa classe se habituaram ao seu gosto, e outros não o podem tolerar. Usam o azeite ou outros óleos. O Sr. Bandeira declarou que várias pessoas, missões, e técnicos têm vindo à Bahia para estudar a possibilidade de aumentar a produção do óleo de dendê. Falam entusiasticamente sobre o estabelecimento de

plantações, da introdução de equipamento moderno etc. Isto resulta na inflação do preço dos frutos e do óleo então disponíveis. Em seguida, o entusiasmo arrefece, os preços voltam ao nível anterior e nada mais se houve falar sobre os propostos novos desenvolvimentos. Enquanto isso a produção de óleo continuou a decrescer a cerca de 1/3 do que era produzido há dez anos atrás.

O declínio na produção, juntamente com o aumento da população, daí maior procura dos óleos comestíveis, resultou para o consumidor numa aumento contínuo do preço. Apesar do aumento do preço do óleo de dendê, a produção não aumentou porque sendo uma indústria de margem pequena de lucro, a mão de obra ficou ou cada vez mais escassa porque trabalhos mais bem remunerados os atraíram.

O Sr. Bandeira acha que para o preço do dendê abaixar é necessário um aumento de produção, mas isso só é possível por meio de sistema de plantação altamente eficiente. Não pode ser feito por expansão do atual tipo de exploração.

Dia 22 de abril. Levantamento dos Dendzeiros na Ilha de Itaparica.

De acordo com o relatório da Missão Americana de Óleos Vegetais no Brasil (de 9 de março a 28 de abril de 1942) o Estado da Bahia contém cerca de 1 milhão e meio de dendzeiros dos quais 300.000 estão situados na Ilha de Itaparica, uma ilha de 42 quilômetros de extensão por 12 quilômetros de largura aproximadamente, na costa da Bahia. A Secretaria de Agricultura da Bahia declarou que a ilha também continha uma das poucas usinas de óleo da Bahia, a qual recomendou que fosse visitada.

Fêz-se uma viagem à ilha e à usina em Itaparica, onde foram inspecionadas as plantações e suas cercanias. Durante a viagem de travessia da ilha até Mar Grande as palmeiras foram inspecionadas. Depois foi feito um levantamento aéreo, para se conseguir avaliar o número total de dendzeiros.

O levantamento terrestre nas cercanias da Cidade de Itaparica e ao longo do caminho para Mar Grande revelou o fato que o dendzeiro cresce largamente espalhado, isolado ou em bosques ou grupos de 25 a 50 árvores. Em geral, a palmeira dá em terra virgem na qual cresceram argutos e árvores tropicais espalhadas. A distância entre as árvores ou entre os bosques ou grupos é considerável e a densidade média da palmeira sobre uma zona apreciável é muito pequena.

Quase todas as árvores são muito velhas (até cem anos ou mais) e sem dúvida senis, com troncos altos e finos (até 60 ou 70 pés) com copas pequenas e poucos frutos. Outra percentagem apreciável de árvores é das imaturas e das que não produzem. Muitas árvores novas parecem estar morrendo atacadas por bezouros perfuradores das copas (*Rhyncophora* sp.) que também dizem que estão atacando os coqueiros ao longo da costa. Praticamente todas as palmeiras mostraram evidência de má-nutrição. Poucos dendzeiros que foram observados pareciam com a espécie altamente selecionada *Elaeis guineensis* (dendzeiro Africano) encontrada nas plantações da América Central, Malaya, Sumatra, e Congo Belga. De fato, havia tanta diferença na aparência da média dos dendzeiros que muitas vezes parecia ser uma espécie diferente de palmeira.

O dendzeiro na Ilha de Itaparica apresenta as mesmas características em distribuição, variabilidade, depreciação por insetos, má-nutrição e outros fatores que se encontram em palmeiras nativas em qualquer ou-

tro lugar na América do Sul e Central.

Quando a usina de óleo de Itaparica foi visitada não estava funcionando apesar dos frutos estarem sendo entregues lá. Estavam sendo levados à usina em grandes cestos pendurados de cada lado de um burro. Os cortadores estavam sendo pagos a 1,50 cruzeiros por cacho de fruto entregue na usina. A fruta varia completamente de cor indo do verde até amarelo claro; amarelo, cor de rosa, vermelho, avermelhado, preto, e preto arroxeado. Os cachos eram, porém, mais ou menos uniformes quanto ao tamanho e ao tamanho do fruto. Aparentemente somente certos tamanhos de cachos eram aceitos pela usina e os cortadores tinham de localizar e de escolher os cachos de frutos dentro do padrão exigido. Os frutos eram depositados no chão da usina em pilhas correspondendo a cada entrada dos cortadores. Não se pôde ter certeza do tempo que a fruta ficava lá antes de ser beneficiada mas ao menos um dia e possivelmente mais, o quanto necessário para juntar a quantidade para pôr a usina a funcionar.

A fruta não é esterilizada e a usina não contém equipamento para descascá-la. Quando a usina começa a funcionar os cachos são seguros em pé em cima de troncos de árvores ocas e as frutas são cortadas com uma faca especial, machete. As hastas são colocadas em pilhas e as nu-lheres apanham com a mão ou com varinhas as frutas restantes que não foram cortadas com a machete.

Os frutos são então colocados em grandes vasilhas de ferro, fora de casa, aquecidos sobre fogo aberto e fervidos com água. Os frutos fervendo então passam para uma pequena máquina de despolpar equipada com dentes em ponta que bate até desintegrar a camada de fora (epicarpo) e as fibras e a polpa (pericarpo). Neste trabalho é retirado muito óleo. A fruta macerada é então jogada num cozedor de um só compartimento, tendo um pequeno expelidor Krupp montado na parte superior onde o resto do óleo é separado por expressão.

O óleo é recolhido em um tanque aberto, quadrado e de azulejo colocado no chão. É então transferido para um tanque para ser lavado, o qual é aquecido por uma serpentina de vapor e equipado com válvula de escape. O óleo é aquecido, tratado por água, e decantado, sendo então levado a outro tanque onde é novamente lavado e decantado. O produto desta caldeira é o "azeite de dendê" comercial e é consumido como óleo comestível nesta forma.

A amêndoa (mesocarpo) que fica no despolpador é lavada em água para remover todo resíduo de polpa e óleo possível, amontoada no chão para esgotar, e em seguida triturada em moenda especial e os caroços (endocarpo) e cascas separadas. Os caroços são então ensacados e vendidos a outras usinas de óleo para serem triturados. Não há uma secagem sistemática, tanto natural como artificial de amêndoas e caroços, o que explica o teor de ácidos graxos livres alto, nos carregamentos para Los Angeles.

A maioria do equipamento da usina foi fornecido por Fried Krupp e é o tipo usado para o beneficiamento do dendê Africano, em pequena escala. Não é um equipamento ligado por transportadores de modo que o movimento de uma operação à outra é feito manualmente, exceto na máquina de despolpar e de exprimir que é montada uma sobre a outra. Como foi mencionado antes, não existe esterilizador nem máquina para descascar. Embora a quantidade de mão de obra empregada seja excessiva comparada com uma usina moderna africana

que emprega apenas de 3 a 5 trabalhadores por turnos, seria duvidoso empregar mais capital em maquinarias sem se poder ter a certeza da quantidade de frutos que se poderia obter.

A grande quantidade de trabalhadores que se emprega, os processos primitivos, e a pequena capacidade da usina resultam num custo de produção muito alto. Por esta razão compreende-se porque o preço do óleo de dendê é tão alto e está fora do preço dos mercados estrangeiros e do valor atual do óleo tanto comestível como comercial.

Enquanto a indústria de óleo de dendê depender da exploração de palmeiras espalhadas e bravias e de fábricas pequenas e ineficientes, o preço continuará alto e não poderá competir com o óleo produzido de plantação. Na Ilha de Itaparica a indústria está se extinguindo. A produtividade dos trabalhadores está cada vez diminuindo mais porque os cortadores cada vez fazem mais esforço para andar de palmeira em palmeira apanhando o fruto. Isto só poderá ser resolvido com plantações organizadas e com árvores com espaço pequeno entre si.

Não se sabe bem se a ilha é conveniente para a plantação e cultura da variedade africana de alta produção disponível no momento. A maior parte dos dendzeiros está situada na parte mais alta do planalto da ilha, a parte da costa e os vales se afastando da costa são principalmente de coqueiros. As terras mais altas são compostas de solos de laterite amarelada altamente lixiviados de fertilidade extremamente baixa. A evidência da baixa fertilidade destes solos pode ser notada na aparência clorótica mesmo nas palmeiras novas, por não desenvolverem troncos vigorosos, pelas suas copas pouco desenvolvidas, e pela pouca produtividade do fruto na média das árvores. A terra parece ser mais bem adaptada para pastagens e criação de gado do que para os dendzeiros que necessitam de grande quantidade de nitrogênio e de potássio.

Dias 23 e 24 de abril — Visita ao Instituto Agrônomo do Leste, Cruz das Almas

Foi feita uma viagem no carro oficial do EOA, de quatro dias, em companhia de Robert Fowler, de Salvador a Cruz das Almas — Valença — Ituberá e volta. Toda a viagem chegou quase a 1.000 quilômetros e foi feita ao longo do terreno da costa e para dentro numa distância máxima de 60 quilômetros. A primeira parada desta viagem foi no Instituto Agrônomo do Leste em Cruz das Almas.

Fomos recebidos por Dr. José Pereira de Miranda Júnior, Diretor do Instituto Agrônomo do Leste; Eng. Agrônomo José Torres Menezes, Chefe do Setor de Dendê; Dra. Avarry Anísia Alves, Assistente Técnico, Seção de Tecnologia e Solos, que analisa o fruto do dendê usado como semente; Eng. Agrônomo Jonas Machado da Costa, Chefe da Seção de Entomologia; Eng. Agrônomo Moisés Waurmman, Chefe da Seção de Climatologia; Eng. Agrônomo Haroldo Arrisio Alves, Chefe do Setor de Fumo; e outros.

O Eng. Agrônomo Torres de Menezes acompanhou o autor e Robert Fowler na viagem de Valença a Ituberá.

O Instituto ficou interessado no problema do dendê e iniciou viveiros e estudos no campo em Cruz das Almas. Há, cerca de meia dúzia de ótimos espécimens de dendê rabão no local do Instituto. O fruto dessas, e de outras palmeiras está sendo usado para começar a sementeira e para estudar os melhores meios de germinar a semente do dendzeiro. Um pequeno canteiro de sementeira contém cerca de mil plantas de 8 meses.

Outros manteiros menores estão sendo usados para estudos de germinação. Nenhuma das plantas destes canteiros estão crescidas bastante para serem transplantadas para o campo.

Há uma plantação de palmeiras no campo que já tem alguns anos de idade. Esta plantação é interessante porque é num barranco de coma a baixo. São plantadas em curvas de nível com cerca de 9 metros de espaço entre as árvores. As árvores na parte superior do barranco apresentam um contraste notável entre as outras na parte de baixo. As de cima são menores e parecem menos saudáveis do que as de baixo onde o solo é lodoso e mais rico. Essas últimas têm um aspecto exuberante, são bem formadas e de cor verde escura; e têm a aparência de árvores normais, bem nutridas. Algumas estão começando a dar frutos.

Este contraste entre as palmeiras da terra de cima e de baixo foi repetidamente observado em grupos bravios de dendzeiros. Quase invariavelmente essas plantas nos vales húmidos e nos barrancos parecem mais saudáveis enquanto as situadas no alto parecem cloróticas e demonstram a falta de nutrientes do solo e particularmente de humidade. Esta observação indica que há limites definidos para se cultivar bem o dendzeiro na zona coebrta por este levantamento. Foi vista somente uma larga área onde as condições pareciam ideais para o cultivo do dendzeiro em grande escala, e esta zona estava inteiramente cultivada com cana de açúcar. Fora esta, não foi vista outra zona que esse comparasse em precipitações e fertilidade de solo, aquela dedicada à cultura dessa palmeira na América Central pelo United Fruit Co.

De acordo com as declarações do Diretor e de vários funcionários da Estação, a única semente em estoque sendo usada é a das plantas locais, menos a de Sierra Leon. As sementes estão sendo selecionadas do que os funcionários de lá chamam três "variedades", isto é, Caboco, Das Almas e Periquito. Estas chamadas "variedades" são baseadas nas seleções de árvores bravias do fruto tendo formas diferentes e cor característica. De acordo com os dados de laboratório existentes, eles têm também o pericarpo diferente. Porém, a quantidade de óleo é baseada na análise de um fruto único, grande, escolhido entre mais de 2.000 frutos do cacho. Tal dado é sem dúvida pouco significativo. Não é muito garantido que a semente dessa chamada "variedade" seja exatamente como a original porque as características não estão fixadas e o cruzamento de pólen ocorre livremente entre as árvores bravias. No entretanto, a possibilidade não pode ser inteiramente baseada na presente informação, que as introduções originais possam ter mudado no seu ambiente e caracteres, ao menos em espécimens isolados, e possam ter se tornado fixas.

O autor chamou atenção para os métodos empregados de retirada de amostras e de análise que estão sendo usadas inadequadamente, e prometeu fornecer-lhes métodos para retirada de amostras, mais precisos, e dar-lhes informações sobre métodos de análise empregados na United Fruit Company, e também uma lista de literatura, de referência e publicações de artigos de dendzeiros Africano, assim como obter sementes selecionadas desta palmeira, com a United Fruit Company em Nicaragua. Estas têm sido fornecidas desde então pelo autor.

Dia 30 de abril — Visita à plantação de Dario Queirós, em Valença

O autor, Robert Fowler, e Torres de Menezes chegaram a Valença à tarde e procuraram Dário Queirós que tinha uma plantação de dendzeiro. A plantação abrangia o lado de um abranço um tanto profundo

e continuava numa superfície ondulante por cima do barranco e em arrancos adjacentes.

A plantação, que se dizia ter sido feita pelas aves de rapina, consistia de um número de árvores velhas (30 a 50 anos) no cume do morro e um crescimento denso de árvores de 3 a 5 anos no barranco. Soubemos por intermédio do Sr. Queirós que há cerca de 5 anos atrás os lados do barranco tinham sido plantados com cana de açúcar e depois a terra ficou alqueivada. Depois disso, aparentemente, a chuva acarretou as sementes das árvores velhas pelo barranco, que estavam situadas no cimo do barranco. Este processo provavelmente foi ajudado pelas galinhas, porcos, roedores e outros animais que saqueavam a polpa rica em óleo do fruto do dendê, assim explicando a presente distribuição das árvores.

Os lados do arranco eram uma verdadeira floresta de dendêzeiros novos, que se tivesse sido propriamente desastada teria formado uma plantação natural. De acordo com o Sr. Queirós isto era uma coisa lógica para ser feita mas não era prática porque os tocos das árvores cortadas servem de habitat da broca ou gorgulho que já está causando destruição de árvores, e disse que remover os tocos cavando-os ficaria muito dispendioso.

A maior parte das palmeiras mais velhas na terra alta estava sofrendo de ataque de coconilha, de "queima" e de infecção por fungos. O Sr. Queirós disse que podia controlar isto com borrifação de sulfato de nicotina. Estas obrifações apesar de eficientes para as duas primeiras moléstias não conseguem eliminar o fungo. Foi recomendada uma borrifação de cobre, (Mistura Bordeaux) para combater o fungo.

Não há um processo eficiente para controlar o bezouro perfurador que pode se localizar em qualquer das muitas espécies de palmeiras rivas desta zona. O Sr. Queirós declarou que o bezouro estava também muitos coqueiros naquelas cercanias. Este beouro (*Rhynchophora* sp.) é uma praga que infesta as Árveas produtoras de coco do Hemisfério Ocidental, e é uma ameaça que aumenta assustadora, para os dendêzeiros Africanos. As depredações causadas por este bezouro nos dendêzeiros da Venezuela e na palmeira Mbocayá do Paraguai já foram descritas pelo autor em outro local.

As palmeiras da plantação de Queirós tinham sido recentemente despojadas de seus frutos e quando perguntamos quem os havia comprado respondeu que ele mesmo os tinha tratado por um método caseiro primitivo e vendido o óleo cru para consumo local.

Dia 25 de abril — Visita à Ituberá
As cercanias de Ituberá são os sítios da plantação de dendêzeiros do Matarazzo e também o lugar onde o Engenheiro Agrônomo Torres de Menezes está dirigindo o trabalho do dendê. Até hoje o traillhao dele tem constituído na escolha e na marcação das árvores cujos frutos seriam tirados para serem plantados nos viveiros e depois as mudas replantadas. O Sr. Menezes não tem transporte de Cruz das Almas para Ituberá e por isto a última vez que esteve em Ituberá tinha sido há seis meses atrás ocasião em que tinha preparado os buracos para plantar as árvores que até aquela ocasião não tinham sido plantadas. Quando lhe perguntamos porque tinha escolhido aqueles determinados lugares para plantação, respondeu que tinham sido escolhidos pelo seu predecessor e que meramente seguia o que lhe tinham mandado.

Disse que não podia fazer muito por causa da falta de transporte, de facilidade de laboratório para análise do fruto. O último na realidade não é um problema porque o fruto pode

ser enviado para Cruz das Almas para ser examinado.

Sr. Menezes declarou que queria realizar experiências de espaçamento em Ituberá e perguntou a opinião do autor sobre tal trabalho. Foi observado que experiências de espaçamento têm sido realizadas há muitos anos em todas as zonas produtoras de dendê no mundo, incluindo a América Central e parte do norte da América do Sul.

Os padrões de espaços já são estabelecidos e se encontram dados em literatura específica. As experiências referidas têm de ser ligadas com a produção de fruto e de óleo e, se não houver dados a esse respeito, seriam necessários cerca de 20 anos para obtê-los.

Segundo opinião do autor não há razão para continuar o trabalho de dendêzeiros em Ituberá a não ser que seja continuado em cooperação com a plantação do Matarazzo com alguns funcionários de Cruz das Almas em Ituberá. Este trabalho seria mais de estudo de moléstias e de pragas de insetos do dendêzeiro e das necessidades da humidade do solo e dos nutrientes comparados com os já existentes nas cercanias de Ituberá.

Na verdade, há outros lugares perto de Cruz das Almas que seria preferível encontrar o trabalho sobre o dendêzeiro. Um desses seria a plantação da Secretaria de Agricultura da Bahia perto de São Sebastião no caminho entre Cruz das Almas e Salvador.

Esta plantação, a única cultivada na Bahia, em árvores de várias idades até de 15 anos e está em terrenos diversos. As árvores apresentam todos os graus de deficiência nutricional e a plantação está infestada com uma variedade de insetos e de moléstias. Fornece uma oportunidade de estudo do efeito da humidade porque parte da plantação cobre um grande barranco de cima a baixo.

Esta plantação pouparia muitos anos para se obter dados específicos e informações da máxima importância para aplicação imediata no estabelecimento de novas plantações. Quando se sugeriu esta possibilidade aos funcionários de Cruz das Almas foi imediatamente aceita, mas observou-se que talvez tal cooperação não pudesse ser possível. Porém, o autor acha que não se deve poupar esforços para obter tal cooperação para se aproveitar da vantagem da oportunidade apresentada por esta plantação.

Dia 28 de Abril — Distribuição das Palmeiras, Levantamento aéreo, e o Melhoramento Matarazzo

Distribuição das Palmeiras:
A distribuição das palmeiras na costa e nas proximidades da zona montanhosa parece ser complicada para ser julgada pelas observações feitas através do caminho de Salvador — Cruz das Almas — Valença — Ituberá. Várias espécies de palmeiras foram observadas, isoladas, em pequenos grupos, e de vez em quando em bosques em grupos. Além de dendê, havia um grande número de coqueiros e meia dúzia ou mais de espécies de palmeiras nativas.

Algumas dessas palmeiras foram identificadas por vários funcionários de Cruz das Almas da seguinte maneira:

Borassus flabellifer, palmeira Borassus, palmeira de folhas de formato de leque com frutos grandes. Um espécime desta palmeira existe no solo da Estação Experimental de Cruz das Almas. O fruto foi analisado lá. Contém muito pouco óleo e um pouco de açúcar mas tem alto teor de amido.

Outra variedade desta palmeira, comumente isolada, foi vista ao longo do caminho entre Cruz das Almas e Salvador. Não está na lista do "Glossário de Palmeiras Oleaginosas e Ceríferas" por Jacy Bondar Nogueira e Raul Dodsworth Machado.

A palmeira piaçava, uma palmeira de folha longa em feição de pena que nos primeiros tempo sde crescimento consiste de grandes frondes emergindo de um botão ou copa na altura do chão. Mesmo quando completamente desenvolvidas o comprimento das folhas é um contraste com o comprimento do tronco. É a palmeira mais numerosa na zona e provavelmente várias vezes mais diversas do que todas as palmeiras juntas. Ninguém parece conhecer o nome botânico desta palmeira que parece uma coisa estranha devido à sua grande profusão. O "Glossário de Palmeiras Oleaginosas e Ceríferas" dá uma lista de goze nome comuns diferentes da piaçava ou piassaba (mas nenhum escrito como piaçava) correspondendo a quatro espécies diferentes. Duas dessas são espécies de *Attalea* mas o aspecto geral da palmeira parece muito diferente da espécie de *Attalea* vista pelo autor em Venezuela, Guatemala e outros lugares. O Relatório da Missão Americana de Oleo ao Brasil se refere a esta palmeira como piassava e a identifica como *Attalea junifera*.

A licuri ou ouricuri (*Syagrus coronata*), uma palmeira de folha de feição de pena com pecíolo sde folha persistentes como o dendê, produz uma semente tendo um caroço oleoso, com mais de 60% de óleo. A maioria dos caroços do licuri do comércio dizem que vêm da Bahia.

Indaia e uma palmeira de folha de feição de pena semelhante enuma aparência geral com a palmeira de dendê. O Glossário de Palmeiras Oleaginosas e Ceríferas dá uma lista de 15 nomes comuns (indaia, indajá, indajá, dois gêneros e oito espécies de palmeiras no Brasil, qualquer uma das quais podendo ser a variedade observada no caminho entre Cruz das Almas e Salvador.

Além dessas foi observada uma palmeira pequena, espinhosa, ao longo do caminho, que provavelmente era uma *Acrónia*, possivelmente *A. scherocharpa*, mas se era, não apresentava os característicos típicos.

Além das palmeiras nativas, o dendêzeiro (*Elaeis guineensis*) que foi originalmente introduzido na Bahia durante a era de escravidão Portuguesa, espalhou-se pela costa, pelos vales acima e mesmo pelo interior, adjacente à costa. Uma forma desta palmeira parece ser muito diferente da típica *Elaeis guineensis*. Ao invés da copa globular de folhas longas pendentes, a copa parece um cone longe invertido com folhas curtas e duras e com folíolos. Esta forma do dendêzeiro dizem que representa uma "variedade" distinta. A maioria das árvores é estéril mas de vez em quando uma dá fruto. Estas copas deformadas parecem ser o resultado de uma moléstia da folha ou da copa e não uma variedade diferente como foi declarado pelos funcionários de Cruz das Almas.

Antes do levantamento aéreo pensou-se que a profusão de palmeiras observadas iria tornar difícil a identificação do dendêzeiro de cima. Isto não se deu. Em altitudes de 200 até 1.000 pés o dendêzeiro, coqueiro, e a palmeira piaçava eram prontamente e claramente distinguidas e as outras eram muito poucas e geralmente muito espalhadas de modo que não causavam confusão. Na realidade qualquer palmeira dada na área, quando existia em uma densidade apreciável podia ser claramente distinguida.

Levantamento Aéreo.

O autor acompanhado por Robert L. Fowler e D. H. Barhart fizeram um levantamento aéreo da distribuição e densidade dos dendêzeiros entre a ponta norte da Ilha de Itaparica e a cidade da costa, Marau, incluindo as principais ilhas entre estes pontos e até cerca de 40 quilômetros para o interior da ilha.

Do ar era fácil distinguir três espécies de palmeiras (Piaçava, coqueiro, e dendêzeiro) que constituíam 90% ou mais das palmeiras existentes na zona.

Destas as mais numerosas eram as palmeiras piaçava, seguidas pelos coqueiros, e as menos numerosas eram as de dendê.

O padrão geral de distribuição foi observado como sendo o seguinte: Coqueiros localizados nos bancos de areia da costa apraticamente à beira do oceano, o solo mais alto também acompanhando a costa e os vales que se embrenhavam para o interior partindo do oceano eram muitas vezes ocupados pelos dendêzeiros; e as ramblas mais altas pela piaçava. Este padrão não era uniforme porque muitas zonas não continha coqueiros nem dendêzeiros.

Vouu-se sobre Itaparica várias vezes ao redor, para traz e para diante e de um lado para outro. O padrão das palmeiras d ilha foi o mesmo mencionado acima. A piaçava era sempre a que se apresentava em número muitíssimo maior do que as outras. Esa ilha, que é aproximadamente de 42 por 12 quilômetros avaliaram conter cerc de 25.000 dendêzeiros, um número consideravelmente mais baixo do que os 300.000 dado pela Missão Americana de Oleo Vegetal no Brasil. A maior concentração de dendêzeiros foi observada na parte sul da ilha que comparada com a parte norte é relativamente desabitada. A única usina de óleo de dendê é em Itaparica na parte norte da ilha. A aparência amarelada das folhas do dendêzeiro e do coqueiro, típicas da deficiência nutricional, foi logo observada do ar.

Da ilha, vouu-se em reta, em direção do oeste, para Jaguaripe, para o norte sobre Nazaré e depois para Valença no sul. Poucos dendêzeiros espalhados foram vistos ao redor do Nazaré e então quase nenhum até as cercanias de Valença. Os mais densos bosques de dendêzeiros foram observados ao redor e especialmente logo ao sul de Valença.

Ao redor de Gamboa na ilha no lado leste de Valença, foram observados densos bosques de coqueiros.

De Valença o levantamento foi continuado em direção do sul, sobre Cairu, Taperoa, Nilo Peçanha e Ituberá, daí para a plantação de Matarazzo na península no sueste de Ituberá. A parte norte da Ilha de Tinharé parecia conter somente palmeiras piaçava.

Uma faixa estreita ao longo da costa do leste da península, do lado oposto a Ituberá era plantada de coqueiros, a maioria velhos e morrendo. Esta é a propriedade de Matarazzo onde estão iniciando a plantação de 5.000 hectares de dendêzeiros. A área já está parcialmente drenada, uma casa para a gerência tinha sido construída, assim como várias outras habitações menores e casas de máquinas. Tinha sido feita uma plantação de dendêzeiros que do ar, parecia estar com um ano de idade. Todas estas palmeiras apresentavam uma coloração intensamente amarelada indicando deficiência do solo.

O vôo foi continuado em direção do sul ao longo da costa em direção de Camamu e então para o sul em direção de Marau. Nas cercanias de Camamu somente grupos espalhados, muito poucos, de dendêzeiros foram observados mas nas vizinhanças de Marau observou-se numerosos bons bosques.

De Marau vouu-se diretamente da volta a Ituberá onde passamos para olhar sobre a plantação de Matarazzo com Tjerk Orel, o diretor residente. Um sumário desta entrevista está sendo dado no fim deste levantamento aéreo.

De Ituberá vouu-se para o interior, para uma colônia japonesa e sobre a

área que vai ser plantada pela Firestone de borracha, daí para o norte e para leste outra vez pelas vizinhanças de Valença daí diretamente a Salvador.

O tempo total no ar foi de 3 horas e 20 minutos e em terra em Ituberá de 1 hora e 25 minutos. O tempo em Ituberá foi gasto discutindo-se o melhoramento de Matrazzo com Tjerk Orel.

Plantações e Melhoramentos Matrazzo.

As Indústrias Reunidas F. Matrazzo S. A., de São Paulo, possuem uma considerável extensão de terra na península a sudeste de Ituberá. A terra é composta de quase totalmente areias ao longo da praia e é plantada com coqueiros. A firma Matrazzo tem importado dendê para usar em sabão e em margarina por Cr\$ 20.000 por tonelada e decidiram que eles podiam produzi-lo no Brasil por Cr\$ 10.000 — 12.000 por tonelada. Contrataram o Sr. Tjerk Orel para desenvolver a plantação de dendê de 5.000 hectares na terra adjacente e a plantação de coqueiro na península.

Orel declarou que fez análise de solo em vários lugares ao longo da costa e descobriu que os solos de margas argilosas como silicosas, ou terras arenosas baixas ou altas todas são igualmente deficientes sem nutrientes minerais de modo que quanto à fertilidade do solo não há muita escolha para a plantação. O solo arenoso tem a vantagem da boa textura e da fácil penetrabilidade das raízes; também é plano e adaptado para as operações mecanizadas que Orel acredita essencial para uma plantação em grande escala.

Devido à baixa altitude da terra ela teve de ser drenada para abaixar o nível da água a cerca de 60 cms. Esta mente completada. A terra está sendo operação de drenagem está parcial primeiro plantada com "kudzu" tropical e pretende-se usar o Nitrato do Chile assim como o fosfato de cálcio e potássio, fertilizante esse que aumenta a fertilidade do solo, juntamente com toda a sobre o tratamento dos frutos como fertilizante orgânico.

O próximo problema a ser resolvido era o da seleção da semente. Orel empregou meia dúzia ou mais de compradores ao longo da costa para comprar cachos de frutos selecionados das palmeiras de dendê, bravias, de acordo com especificações estabelecidas por esse. Estas se referem ao tamanho do cacho, o tamanho, fêtiço e cor do fruto, maturidade, etc. Ele paga Cr\$ 10,00 por cacho (enquanto que em Itaparica, na usina pagam Cr\$ 1,50) por cada cacho aceito. Estes são transportados para a plantação por bote onde são germinados em canteiros. Orel disse que tinha 100.000 sementinhas nos canteiros e ainda estava colhendo semente. Para plantar 5.000 hectares com um espaçamento de 10 em 10 metros são necessárias 500.000 mudas.

Orel parecia estar completamente alheio à variedade de pragas de insetos e de moléstias que estão atacando as palmeiras bravias de dendê e os coqueiros na zona da costa da Bahia. Ele afastou todo o problema dos insetos e das moléstias dizendo que tinha pragas de insetos na Indonésia e podia controlá-las. Porém, é quase certo que insetos e moléstias serão os obstáculos mais sérios que encontrarão numa plantação nova.

Orel declarou que a fábrica de beneficiamento do fruto a ser construída na plantação seria do tipo contínuo de expressão e seria produzida por uma firma Brasileira sob a direção de um representante de uma firma holandesa de máquinas de trabalhar com o dendê. Se a produção do Matrazzo for na mesma quantidade que as melhores plantações do leste indonésio, isto é, de 2.000 a 3.000 quilos de polpa de óleo e de 600 a 800 quilos

de óleo do endocarpo por hectare a plantação produzirá quando atingir a maturidade 10.000 a 15.000 toneladas métricas de óleo de polpa e mais 3.000 a 4.000 toneladas de óleo de caroço ou caroço equivalente, por ano.

O Sr. Orel afirma que ele analisou vários óleos de dendê produzidos na Bahia e descobriu que o teor médio de ácidos graxos livres é de 25% e muitas vezes mais elevado que 35% comparado com o dendê da Indonésia e da Malaya que são de 1.0 a 2.5%. Desde que o óleo de dendê é consumido localmente na forma de óleo cru ou invés de óleo refinado o snálisis está comendo uma grande quantidade de óleos graxos livres. Refinado, clareificado e desodorizado o óleo e a gordura empregadas para fins culinários nos Estados Unidos comumente contém um máximo de 0.05 a 0.20% de ácidos graxos livres.

Para: Raub Snyder.

De: Klare S. Markley.

Assunto: Relatório da viagem feita à Belém, Pará, de 14 a 24 de outubro de 1954.

1. **Propósito.** — A viagem à Belém foi feita com o propósito de estudar a possibilidade de introduzir a cultura de dendêzeiros (*Elaeis guineensis*), no vale do Baixo Amazonas, e investigar junto aos órgãos federais, municipais e estaduais, assim como, com particulares e organizações, a praticabilidade de desenvolver um projeto de cooperação com o ETA no sentido de realizar este objetivo no caso de desejarem e acharem conveniente.

A caminho de Belém ao Rio de Janeiro, parou-se em Fortaleza, Ceará, para conversar com membros da firma S. C. Johnson & Son e sua subsidiária brasileira Companhia Johnson Industrial e Comercial, sobre o interesse que tinham no momento de explorar a palmeira cearifera, caranday do Paragay. Informações sobre esta parte da viagem estão contidas num relatório separado.

2. **Informações Preliminares.** O norte do Brasil, devido ao seu clima tropical e, em geral, aos seus solos pobres é na maior parte impróprio para o cultivo de muitas plantas que se adaptam mais a zonas temperadas. Grande quantidade do alimento consumido no norte é importado, incluindo gêneros de primeira necessidade como o trigo, a farinha de mandioca, óleos comestíveis inclusive o de dendê da Bahia, muitas frutas, legumes e produtos enlatados como feijão, cebolas, açúcar, mel, café, etc., também carne e seus produtos.

A principal fonte de renda do norte tem sido suas florestas e rios, especialmente os primeiros. As vastas selvas têm dado, especialmente no passado, grandes fortunas em borracha, madeira, castanhas, sementes e plantas medicinais assim como peles e couros de animais selvagens.

Com o aumento do custo e escassez da mão de obra, e cada vez maior o custo de transporte, e menor procura pelos mercados estrangeiros devido à concorrência de produtos sintéticos, e produtos naturais obtidos por meio de plantação e cultivo, bem como os das florestas, o norte está em grande necessidade de ter uma forma de agricultura mais estável. Tal tipo de agricultura é também necessária para dar uma renda maior e um padrão de vida melhor à classe trabalhadora, para que esta não emigre para outras cidades e outras partes do país onde existam melhores condições de vida.

É provável que as únicas culturas que poderão se desenvolver com o sistema de plantação em larga escala na agricultura, no norte do Brasil são as de produtos nativos da zona (borracha, cacau, castanha do Pará, etc.) ou aquelas que, apesar de trazidas de outro lugar pos-

sam-se adaptar às condições existentes na zona. Uma dessas plantas é a palmeira do dendê, ou dendêzeiro (*Elaeis guineensis*), conhecida nos outros lugares como palmeira oleífera Africana.

Apesar do dendêzeiro ter sido levado para a Bahia há vários séculos não parece ter se adaptado muito bem lá (Veja o relatório da viagem feita à Bahia, por Dr. Markly, de 20-29 de abril de 1954), até o presente não resultou nenhuma plantação sistemática. Ao contrário do que aconteceu na Bahia pode ser citado o sistema de plantação em larga escala desenvolvido pelos holandeses e ingleses no Sul do Pacífico (Sumatra, Malaya) na última parte do último século e no princípio desse século, e mais recentemente pelo United Fruit Company na América Central, e atualmente pela Lever Bros e Unilever Ltd. no Congo Bélgica e outros lugares da África.

Após trabalho de seleção e de cultivos intensos pelos holandeses, ingleses e belgas, cientistas especializados há agora disponível tipos de dendê de produção extremamente alta, que nas grandes plantações do Sul do Pacífico tem dado mais de 3.000 quilos de óleo por hectare. Esta produção de óleo é muitas vezes maior do que o produzido atualmente por qualquer cultura de planta, de semente oleaginosa.

Se o dendêzeiro puder desenvolver bem no nordeste do Brasil seria uma grande valorização para a zona. Superficialmente não parece haver razão que impeça sucesso na indústria baseada nesta palmeira pois existem muitas vantagens naturais como o de estar perto do mercado mundial (Europa, Estados Unidos e Canadá), ter a facilidade de bons portos e de transporte relativamente barato.

Segue-se um relatório do levantamento preliminar para determinar a praticabilidade de introduzir o dendêzeiro em um sistema de cultivo e estabelecer uma indústria do óleo de dendê no vale do Baixo Amazonas.

3. **Sumário e Recomendações:** Durante os dez dias passados em Belém e cercanias visitou-se os órgãos estaduais e federais mais importantes e interessados no desenvolvimento do Vale do Amazonas, com o propósito de discutir o caso da possibilidade de iniciar uma indústria de dendêzeiro naquela zona. Os funcionários de várias repartições demonstraram grande interesse em qualquer projeto que viesse trazer, de qualquer modo, um bem estar social e econômico àquela área. Todos os órgãos federais e estaduais parecem estar trabalhando com um único propósito e parece haver uma grande amistosidade entre os funcionários das diferentes repartições.

Segundo os trabalhos realizados no Instituto Agronômico do Norte até o presente, parece que o dendêzeiro se adapta muito bem naquela zona desde que seja plantado num tipo apropriado de terreno. Porém ainda não se pode saber se produzirá frutos em quantidade comparável à presente mente obtida no Oriente, na América Central e no Congo Bélgica, porque as plantas ainda não atingiram idade de dar frutos.

IAN tem cerca de 10.000 palmeiras de todas as idades em suas estufas, viveiros, e plantações no campo, mas todo este material é proveniente da Bahia, e provavelmente de pouco valor comercial. Para ser iniciada uma plantação para fins comerciais será necessário obter tipos de árvores de alta produção, preferivelmente da United Fruit Company na América Central.

Ao menos um particular e uma colônia japonesa custeada pelo seu governo estão desejando começar uma plantação em pequena escala (de 100 a 200 hectares) de dendêzeiro. Um particular demonstrou grande interes-

se em iniciar uma plantação de 100 hectares se puder conseguir que o ETA lhe forneça assistência técnica, semente, e equipamento agrícola necessário, que ele tem desejado comprar mas que não tem possibilidade de importar. Futuramente, instalará uma usina de beneficiamento do tamanho que for preciso.

Recomenda-se que seja preparado uma minuta de um projeto de cooperação entre o ETA e os órgãos estaduais e federais do Pará para ser estudada por todas as partes contratantes. Foi indicado ao autor que cada organização poderia enviar um representante ao Rio para este fim ou o ETA poderia mandar alguém à Belém.

O autor acha que é importante conseguir um projeto organizado, o mais cedo possível antes de 1 de fevereiro de 1955 se o SPVEA tiver que fazer parte do mesmo. Será necessário um ano inteiro para se obter sementes, equipamento agrícola, preparar o terreno, germinar sementes e iniciar viveiros, antes de se começar uma plantação em grande escala.

4. Relatório de Viagem.

a) Seção de Fomento Agrícola no Pará.

O autor chegou à Belém às 4,55 da manhã, no dia 15 de outubro de 1955, e no aeroporto o esperava o Engenheiro Agro. Antonio Lopes Roberto, da Seção do Fomento Agrícola do Pará Sr. Lopes informou que Dr. Oscar Espinola Guedes, Diretor do Instituto Agronômico do Norte não estava em Belém no momento e não se sabia onde estava e quando voltaria, mas que ele (Sr. Lopes) e outros o levariam à visitas à instituições onde entrevistaria diretores e funcionários no sentido de obter as

As 8,00 o Sr. Lopes levou o autor informações desejadas.

À Seção de Fomento Agrícola do Pará onde teve uma conferência com o Dr. Francisco Coutinho de Oliveira (Chefe); Ramiro da Cunha Coutinho (formado em Cornell e primo do Dr. Coutinho); Dr. Edgar Cordeiro, Chefe da Estação Experimental de Belém do Instituto Agronômico do Norte e o Diretor interino Sr. Lopes, que foi a primeira da série.

O autor explicou o propósito de sua visita e a natureza de informação que desejava, algumas das quais foram fornecidas imediatamente tanto verbalmente como em forma de relatórios e publicações. De modo a se obter uma idéia mais precisa sobre o que o autor precisava pediram-no que escrevesse um apanhado geral do propósito de sua visita e as informações que necessitava para que pudesse ser traduzido para o Português. Isto foi feito no fim da semana e apresentado na segunda-feira dia 18.

Todos os funcionários, e particularmente Dr. Coutinho, do Fomento Agrícola do Pará ajudaram muito. Além das várias conferências realizadas no Fomento, foram feitas visitas ao Instituto Agronômico do Norte (IAN), à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), à Associação Comercial; e à fábrica de óleo da Brasil Extrativa S. A.

Durante as várias conferências com Dr. Coutinho e outros membros do Fomento foram obtidas informações sobre precipitações, geologia, e solos do estado do Pará; também estatísticas da produção de óleos e gorduras, e importação e exportação através dos portos de Belém. Os dados e informações foram fornecidos datilografados ou impressos que foram mais tarde discutidos enquanto o autor ainda estava em Belém.

Dados sobre precipitação mensal e total anual foram obtidos para o período de seis anos de 1948 a 1953 no Campo Agrícola "Lira Castro", Igarapé-Açu. Pela seguinte condensação de dados meteorológicos pode-se deduzir que devido às precipitações este terreno é adequado para a boa cultura do dendê.

Precipitação em mm.

ANO	Total	Média mensal	Média diária
1948	2.305.11	183.76	61.26
1949	2.864.38	238.70	79.57
1950	2.492.04	207.67	69.23
1951	1.567.89	130.66	43.55
1952	2.281.04	190.09	63.36
1953	2.041.30	170.11	56.70
Média 1948/53	2.241.96	186.83	62.81

Os meses mais secos são de setembro a Dezembro durante os quais as precipitações se apresentam somente de 5 a 15% das totais anuais.

No Pará e nas vizinhanças de Belém há três zonas agrícolas gerais com diferentes tipos de solo. Estas, em geral, representam três elevações diferentes acima dos níveis normais dos rios. São 1) Várzea (Novo Quaternário) consistindo de terra ao longo dos bancos do rio, sujeita à enchente; 2) igapó (terra firme) terreno um pouco mais alto e mais ou menos ondulado; e 3) terreno inclinado, em ladeira, entre o igapó e a várzea. A terra acima da várzea é velha, Quaternária em idade e está depositada sobre uma camada aluvial Terciária a diferentes profundidades e distâncias da superfície.

Há um número considerável, disponível, de informações, quanto a físicas dos vários tipos de solos da composição química e propriedades zona. Em geral, os solos elevados são excessivamente pobres e consistem principalmente de laterite empedrada; as terras mais baixas, devido ao depósito de sedimento durante as estações das enchentes, são as mais férteis. A maioria dos solos são altamente ácidos. O arroz cresce muito bem na várzea, produzindo até 4.000 quilos por hectare (com variedades do Texas) e até 700 quilos por hectare produzidos com variedades nativas. O leste de Belém ao longo da extensão do Rio Guamã é ocupado por uma colônia japonesa (10.700 hectares) e perto dela Pirelli está iniciando uma grande plantação de borracha (Fazenda Oriboca, 4.300 hectares). Para o norte entre a Estrada de Ferro de Bragança e o Oceano Atlântico, a Goodyear está começando uma plantação de borracha, e a Dunlop Co. está procurando um local nesta área para plantação de borracha. Dr. Coutinho pensa que uma plantação de dendêzeiro pode muito bem ser feita na Colônia Japonesa, que está situada num local distante de Belém, precisando viajar 8 horas de lancha para alcançá-lo.

b) Instituto Agrônomo do Norte: Muitas visitas foram feitas pelo autor ao Instituto Agrônomo do Norte (IAN) variando de muitas horas a dias inteiros e provavelmente tomou cerca de metade do tempo do autor em Belém e vizinhanças. Conferenciou com o diretor interino, Dr. Edgar Cordeiro; com os funcionários da Divisão de Solos; Dr. Paul Ledoux da divisão de botânica, e o bibliotecário e muitos outros cujos nomes e títulos não foram obtidos.

O trabalho do Dr. Ledoux e de seus predecessores sobre o dendêzeiro foi o interesse principal do autor. Esse trabalho é somente parte de um trabalho maior, de estabelecer um jardim botânico principalmente de

árvores da flora Amazônica. O jardim é sistematicamente plantado de acordo com a classificação de plantas de Linnean. O propósito deste jardim não é unicamente ter na Estação exemplares da flora Amazônica e de outras, mas também fornecer material do qual podem ser selecionadas sementes para experiências em larga escala, em campo, de árvores e arbustos tendo valor potencial em um sistema de plantação para produção de palpa de madeira, frutos e castanhas comestíveis, glicérides e óleos essenciais, remédios, resinas, etc.

A seção de palmeiras contém no presente 21 espécies identificadas da seguinte maneira:

1. Dendê (*Eleaesis guineensis*).
2. Bacaba (*Oenocarpus bacaba* Mart.)
3. Açaí (*Euterpe olearacea* Mart.)
4. Inajá (*Maximiliana regia* — Mart.)
5. Caraná (*Mauritia martina*).
6. Curuá (*Attalea* sp.).
7. Mucajá (*Acronomia sclerocarpa* Mart.)
8. Pataú (*Oenocarpus bataua* — Mart.)
9. Paxiúba (*Triarteia exorrhiza* — Mart.)
10. Pupunha (*Guilielma speciosa* Mart.)
11. Tucumã (*Astrocaryum vulgare* Mart.)
12. Ua-Uaçu (Babaçu) (*Orbignya speciosa* (Mart.) Barb.)
13. Ubim membeia (*Geonoma paniculigera* Mart.)
14. Calauê (*Elaeis melanocarpa* ou *oleifera*) do Estado do Amazonas.
15. Piassava da Bahia (*Attalea junifera* Mart.)
16. Piassava do Rio Negro.
17. Paphia (*Oreodoxa oleracea*).
18. Carnaúba (*Copernicia cerifera*).
19. Bacabi ou bacabinha (*Oenocarpus minor* Mart.)
20. Palmeira que não foi identificada da praia do lago de Farro (Rio Njemum do Pará).

Além das palmeiras do Jardim Botânico há um número de outras plantações e vários viveiros dedicados ao dendê e poucas palmeiras nativas. Ao todo no campo, viveiros, canteiros de germinação e estufas há cerca de 10.000 dendêzeiros, quantidade bastante para plantar cerca de 100 hectares. A semente para a plantação do dendê foi obtida da Bahia, Nigéria, e do Congo Belga. Dr. Ledoux não se lembrava o número de vezes que o dendê foi introduzido, os lugares de onde foi trazido, e tipos, mas prometeu mandar esta informação ao autor.

Várias plantações de dendê cobrem vários hectares e se encontram em diferentes tipos de solo e de terreno variando do lodoso ao delaterite empedrado. Estas plantações demonstram, em conclusão, que o dendê não

pode se desenvolver em terras baixas aluvial lodosa, sem que se faça a drenagem e o melhoramento do solo, ou em solos elevados de laterite empedrada. Quando o autor as viu todas as palmeiras plantadas nos terrenos pantanosos estavam mortas e as plantadas na terra elevada de laterite empedrada estavam sem crescimento e clodóticas.

Apesar da maioria das plantações de dendê serem somente de 2 a 3 anos de idade o autor acha que Dr. Ledoux demonstrou que uma palmeira pode crescer nesta zona desde que o tipo próprio de solo e terreno sejam escolhidos. Se elas darão suficiente quantidade de fruto e óleo para uma plantação econômica em larga escala não se sabe, porque nenhuma das palmeiras, exceto algumas na Horta Gustavo Dutra alcançaram a idade de dar frutos. Também muitas sementes que vieram da Bahia não servem para plantio comercial (veja Horta Gustavo Dutra). Dr. Ledoux espera fazer seleções de grande número de espécies para serem introduzidas, vindas da Bahia e para serem usadas em plantações comerciais. Isto, porém, requer muitos anos de trabalho e provavelmente na sua vida não terá ocasião de completar o trabalho. E por isso, essencial que as sementes de qualidade de alta produção sejam importadas, se desejarem estabelecer uma plantação que produza lucro dentro de poucos anos. As espécies de qualidade superior representando muito anos de seleção existente em outras partes do mundo, mas não se pode saber se é possível obter sementes.

O trabalho do Dr. Ledoux em outras palmeiras da mesma maneira levará mais anos para terminar e é provável que não revele a existência de outra palmeira que seja superior ao dendê em produção de óleo. Outras palmeiras, como pataú, devido à sua especial composição de seu óleo pode noutra ocasião provar ser de considerável benefício para a zona. No entanto, de todas as árvores conhecidas como produtoras de óleo, somente quatro foram consideradas como tendo valor comercial apreciável e cada uma por uma razão diferente. Estas são, o coqueiro largamente distribuído pelos trópicos, a oliveira na Europa e no Norte da África, a tuingue da China, as últimas duas delas tendo sido cultivadas por vários milhares de anos, e o dendê ou palmeira Africana sendo cultivada em plantações desde o final de 1800; e uma quinta que pode em qualquer tempo provar ser de enorme valor é o abacate no México e na Guatemala.

Outra cultura de plantas oleíferas na qual Dr. Ledoux está muito interessado é a do feijão soja. Ele tem poucas variedades plantadas mas nenhuma parece muito promissora. O feijão soja é uma planta de zona temperada e é extremamente sensível à duração do dia. Apesar de muito trabalho em todas as zonas tropicais do mundo, não provou ser de sucesso econômico como uma planta oleaginosa nestas áreas, apesar de ser considerada de valor para o feno, pastagem e estrume verde. Dr. Ledoux pediu nossa ajuda para conseguir a semente de algumas das variedades mais adaptáveis no Sul dos Estados Unidos o que devemos atender porque a zona está precisando muito de forragem para porcos e para o gado.

O autor deixou com o Dr. Ledoux cerca de um punhado de sementes de dendê obtidas de Nicaragua, e um quilo vindas de Honduras. As sementes de Nicaragua são da árvore "Dura-Deli" cultivadas na Estação Experimental STAN em El Recreo, Nicaragua. As sementes de Honduras são das árvores de Java-Deli de alta produção, cultivadas pela United Fruit Company. Amostras em duplicata de cada um desses tipos foram também mandadas para Cruz das Almas na Bahia.

*c. Horta Gustavo Dutra. A Horta Gustavo Dutra é uma subestação da IAN na qual também tem sido realizadas experiências sobre dendêzeiros. Foi visitada em companhia do Dr. Coutinho, Professor Ledoux, e do Secretário da Agricultura do Pará, Dr. Cotte.

Os primeiros dendêzeiros foram plantados há cerca de 15 anos por Dr. Felisberto C. de Camargo que pensou que eles eram *Elaeis melanococco*. As palmeiras foram plantadas formando avenidas estreitas com o comprimento de um quarteirão. Infelizmente, foram plantadas tão perto que foram forçadas a crescer à uma altura anormal para a idade. Os troncos eram finos e as copas cônicas ao invés de globulares. As árvores apresentam considerável esterilidade; a produção de fruto é excessivamente pobre, e tal plantação não seria econômica, comercialmente falando. Isto, em parte é devido ao espaçamento impróprio, fertilidade inadequada do solo, e principalmente pela qualidade inferior da semente. As árvores estão sendo mal tratadas durante a poda, por ignorarem as práticas de cultura que deveriam ser seguidas quando lidando-se com estas palmeiras. Deve-se dizer que estas palmeiras foram plantadas mais para fins ornamentais do que comerciais.

Plantações mais recentes do Prof. Ledoux são bastante interessantes, porque podem ser tiradas das mesmas fáceis conclusões. As últimas plantações têm cerca de dois anos e meio de idade, estão plantadas em terreno nivelado, num solo uniforme, e as sementes foram selecionadas na Bahia. O que logo chamou a atenção foi a evidente heterogeneidade das plantas. Numa certa fileira podem ser vistos gigantes e anões e muitas outras plantas entre elas. Algumas árvores, bem formadas e fortes não tinham mais de 3 pés de altura; outras com troncos finos e copa em forma de cone tinha 10 pés ou mais de altura. Havia também (em fileiras diferentes) diversos grãos de clorosis variando do mínimo ao máximo.

Esta plantação que cobre muitos acres, demonstra fortemente a inutilidade de tentar o uso da semente vinda da Bahia para iniciar as plantações comerciais. Plantações iniciadas com tais espécimens selecionados jamais seriam econômicas, devido à sua falta de uniformidade. Uma plantação comercial deve consistir de árvores de alta produção e uniformes, com boa circunferência, e relativamente pouca altura, que somente poderá ser conseguida com o uso de espécimens altamente selecionados e de pura estirpe.

d. Brasil Extrativa S.A. Na manhã de 18 de outubro, o Dr. Francisco Coutinho (Fomento Agrícola no Pará) acompanhou o autor a uma visita à "Usina Conceição" em Icoraci, que a Brasil Extrativa S.A. tem em funcionamento. O Sr. Francisco Miranda, Diretor-Presidente da Brasil Extrativa S.A., também nos acompanhou à Icoraci, e nos mostrou, a usina que está estrategicamente localizada entre o Rio Guamã e a estrada de rodagem, tendo um cais no rio. Portanto, há possibilidade de receber sementes oleaginosas e embarcar óleo por mar e por terra.

A usina geralmente trabalha com sementes e castanhas de babaçu, murumará, tucumã, andiroba, usahuba, e pracaxi, sendo que todas são encontradas em estado selvagem nas florestas do Amazonas. A usina não tem fonte de sementes oleaginosas cultivadas. Em outras palavras, é uma indústria extrativa que depende da colheita de sementes selvagens, feita pelos "caboclos". As sementes e castanhas destas palmeiras e outras plantas oleaginosas exceto a do babaçu eram armazenadas em lugares apropriados afim de esperar o beneficiamento. Na ocasião da visita à usina, a quantidade bruta de sementes disponível era de murumará.

A usina consiste de uma fábrica para beneficiamento da semente, refinaria para óleo, armazem para guardar as sementes e uma oficina para fundição e reparos. A fábrica está equipada com 5 "expellers" (2 Anderson Duos e 3 pequenas prensas fabricadas na França). Sabe-se que este equipamento tem capacidade para 30 toneladas de amêndoas por dia (10 horas), entretanto não há quantidade suficiente de sementes para a base de um ano de trabalho. Uma certa vez a fábrica conseguiu uma quantidade de sementes para um funcionamento contínuo, mas atualmente as entregas são extremamente variáveis, e em certos anos quase nada foi recebido.

Há equipamento disponível para refinaria, alvejamento, desodorização, congelamento e acondicionamento de óleos e gorduras. As tortas das sementes oleaginosas, exceto a da andiroba que é tóxica, é vendida no local para alimentação do gado, ou para exportação. A fábrica é muito limpa e ocupa um espaço considerável. É muito mal dividida, não há condutores mecânicos e muito pouca canalização entre as várias unidades de beneficiamento. Não há condutores para carregar e descarregar no armazem, visto ser uma estrutura de galpão com depósitos temporários que são construídos conforme a necessidade. Trilhos com bitola estreita para carrinhos de mão "buggies" para transportar sementes, é a única forma de transporte, exceto a manual.

O armazem também possui diversos secadores de vários tipos e desenhos que são necessários porque a maior parte das sementes e amêndoas chega molhada e em péssimas condições de deteriorização. Muitas amêndoas são mofadas, estragadas e parcial ou completamente consumidas pelas larvas. Este dano é causado nas florestas antes da colheita das sementes e amêndoas. Entretanto, as sementes e amêndoas molhadas continuam a deteriorar no espaço de tempo entre a colheita e a entrega na usina. Grande parte da matéria prima vista na usina, era de qualidade tão inferior que não seria aceita por nenhuma usina nos Estados Unidos ou na Europa.

Com exceção do óleo extraído da palmeira pataú (*Oenocarpus pataú*) que se parece muito com o óleo de oliva na composição química, os óleos e gorduras são principalmente próprios para fabricação de sabão. Entretanto, algumas das mais sólidas gorduras são refinadas, alvejadas, desodorizadas e acondicionadas em latas de 1/4 de quilo e 1/2 quilo como as gorduras comestíveis por exemplo, gordura ucububa (*Virola sebifera*) e tucuman (*Astrocaryum tucuman*).

A firma fabrica suas próprias latas, mas tem muita dificuldade em conseguir folha-de-flandres sendo a melhor disponível ainda de qualidade inferior. Devido a dificuldade ou impossibilidade de importar peças de reposição para o equipamento, a firma possui uma oficina de fundição e reparos para fazer-las, geralmente de pedacos de metal. A despesa do tamanho da fábrica e o fato de que contém algum equipamento de boa qualidade, não é eficiente porque é muito mal dividida e o equipamento não está completo. Provavelmente não foi planejada como uma entidade mas foi aumentada naturalmente quando o custo de mão de obra estava mais barato do que atualmente, não havia capital adequado disponível, e os conhecimentos técnicos eram pobres. A ineficiência de tais fábricas, aliada ao fato do aumento de custo de mão de obra, sua dependência de sementes e amêndoas selvagens colhidas nas florestas, explicam porque os produtos (óleos e tortas) são dispendiosos para o consumidor do país e seus preços são os mais altos do mercado internacional. O Diretor-Presidente da firma está ciente da situação mas não vê solução para o problema.

O que mais necessita esta área é de gorduras líquidas comestíveis que infelizmente não são manufaturadas pelas primitivas fábricas tropicais. O óleo de pataú é uma exceção a esta regra.

A responsabilidade de uma fábrica de clima tropical é trabalhar com gorduras sólidas e semi-sólidas, enquanto que a localizada em clima da Zona Temperada é produzir tipos líquidos de gorduras. (Os termos gorduras e óleos referem-se a diferentes estados físicos: gorduras sólidas tornam-se líquidas (óleos) quando a temperatura é aumentada, e os óleos tornam-se sólidos ou gorduras e semi-sólidos quando a temperatura é abaixada).

O Sr. Francisco Miranda, Diretor Presidente da Brasil Extrativa S. A. está muito interessado no possível desenvolvimento de uma indústria de dendezeiros nesta área, embora isto não provesse sua usina com outras coisas a não ser castanhas do dendê e, portanto, outra gordura sólida, mas estabilizaria suas operações porque daria uma fonte de matéria prima com a qual se poderia contar. O óleo do pericarpo ou da polpa do fruto do dendê deve, necessariamente, ser produzido numa plantação onde sejam usadas máquinas especiais, que não existem numa usina adaptada. As amêndoas que são os sub-produtos, entretanto, estariam à disposição dele pois são raramente trabalhadas na plantação.

O Sr. Miranda forneceu ao autor amostras dos diversos tipos de óleos e sementes oleaginosas que são elaboradas em sua fábrica. Estão em exposição na Sala 607.

e. Conferências com o Senhor Antonio da Silva Magno — Três conferências foram realizadas com o Sr. Antonio da Silva Magno e membros de sua família. Ele toma conta de uma fazenda na Ilha de Marajó e plantou alguns dendezeiros, por experiência, a fim de determinar a possibilidade do crescimento dessas palmeiras para fins comerciais. Ele teve muita dificuldade em conseguir sementes da Bahia, não recebendo respostas às solicitações feitas às repartições federais e estaduais da agricultura e somente apelando diretamente ao Ministro da Agricultura é que conseguiu obter a semente, depois de muitos meses.

Infelizmente, não foi possível ir à Marajó a fim de ver as plantações, devido à dificuldade em conseguir um avião ou uma lancha. Entretanto, julgando-se pelos dendezeiros vistos em IAN que foram originados de sementes da Bahia, a probabilidade é que seus esforços serão em vão, quanto ao que concerne ao sucesso comercial.

O Sr. Magno está interessado em conseguir sementes de árvores altamente selecionadas, tais como as que foram plantadas pela United Fruit Company na América Central, pela Unilever Ltda. na África, ou por firmas holandesas e inglesas em Sumatra e Malaya. Na falta de tal semente ele perder tempo tentar estabelecer plantações de dendezeiros em larga escala.

O Sr. Magno tem meios suficientes e está apto e interessado em iniciar uma plantação de 100 hectares e consequentemente construir uma usina com capacidade suficiente para trabalhar com esta quantidade de frutos. Sua maior necessidade é obter sementes e equipamento necessário e adequado — (tratores, arado, cultivador, etc.). Ele está disposto a cooperar com o ETA em qualquer programa ou projeto para introdução de dendê no Pará e deseja auxílio do ETA para obter sementes, equipamento agrícola, assistência técnica a fim de ajudá-lo a iniciar a plantação, e futuramente obter o tipo adequado do equipamento para a usina.

O Sr. Magno impressionou o autor por ser um homem muito inteligente e enérgico, e considerado como sendo um homem de valor. Seu filho está estudando medicina mas está mais interessado em ciência agrônômica do que em medicina; uma filha é casada com um engenheiro.

Se o ETA está pretendendo iniciar a cultura do dendê no Pará não poderia encontrar pessoa melhor para cooperar no sentido de começar a produção depressa e em larga escala. Uma plantação com bom resultado provavelmente será tudo que o estabelecimento de uma nova indústria no norte precise.

f. A viagem ao Rio Gaumá: — Na primeira conferência no Fomento Agrícola do Pará, no dia 15 de outubro foi combinado levar-se o autor, de lancha, pelo Rio Gaumá acima para observar o tipo do solo, a elevação do terreno, a drenagem e vegetação da zona. A viagem foi feita do Dr. Edgard Carneiro e Professor no dia 16 de outubro, em companhia Dr. Paul Ledoux (IAN) e os Senhores Etienne Collart, Diretor da Agronomia e Agricultura, e Forêt — "Gouvernement General, Leopoldville, em Congo Belge"; e Guy J. Valaerys, Chefe da Divisão de Café e Cacao, do "Institut National pour l'Etude Agronomique du Congo Belge, Yangambi, Congo Belge".

O grupo saiu das docas do IAN na lancha da Estação às 13,30 e chegou ao cães municipal de Belém cerca das 21,15. Parou-se em vários lugares ao longo da margem do rio e foram feitas excursões curtas pelos caminhos das seringueiras e dos cacoeiros, infelizmente sob uma chuva torrencial. O tempo passado em terra foi muito pouco e as condições do tempo muito desfavoráveis para se fazer um acesso mais preciso na zona para cultura do dendê.

g. Visita ao Consulado Americano: — O Consulado Americano no Pará foi visitado por duas vezes e a natureza da visita do autor foi conversar com Mr. George T. Coleman e Alfonso U. Hidalgo, Secretário comercial. O Secretário informou que IAN tinha plantado 100.000 dendezeiros com sementes obtidas no Congo Belga. O Secretário também mencionou que a produção de pimenta do reino na área este ano chegaria a cerca de 10.000 toneladas métricas ou bastante para suprir todo o mercado nacional. Declinou que os bancos deixaram de fazer empréstimos para iniciar novas plantações de pimenta. Quando perguntaram sobre o mercado para exportação, disse que foi verificado que o preço nacional da pimenta era Cr\$ 180.000 libras contra \$ 0,75, por libra, nos Estados Unidos e os plantadores não estavam interessados em plantar para exportação.

Essas duas declarações estavam em desacordo com a informação previamente obtida do Professor Ledoux no IAN que disse que tinham cerca de 10.000 dendezeiros que é quase tudo que o autor viu; e que também a produção de pimenta do reino correspondia somente a cerca de 10% das necessidades do país.

O autor não teve meios de conferir, independentemente, a produção de pimenta e o consumo porque a mesma não aparece na estatística de exportação de Belém, por ser, na maioria, transportada por via aérea.

h. Jardins Botânicos de Belém: — Belém possui um Jardim Botânico pequeno juntamente com um Jardim Zoológico, Aquário, Museu e Herbario. Houve época em que esta instituição era mundialmente conhecida e famosa devido à sua excelente coleção de plantas da flora amazônica, especialmente palmeiras e árvores de floresta. Hoje em dia está abandonado e decado devido à falta de verba especial para seu funcionamento. Agora não há botânico empregado

pelos Jardins e o outrora excelente Herbario está tão abandonado como as plantas vivas. Apesar de estarem muito crescidas e muito copadas, várias espécies de palmeiras da Amazônia do Jardim ainda dão margem para serem observadas.

Dr. Ledoux está usando um número delas como fonte de sementes de Inhagem para investigar a possibilidade de desenvolver estas palmeiras num sistema de cultivo. É uma pena não se poder obter uma verba para restaurar esses jardins, para que retomem as suas condições originais.

i. Associação Comercial: — O autor, em companhia do Dr. Coutinho, visitou a Associação Comercial e explicou ao Sr. Otavio Franco, o Presidente, o propósito da visita do autor ao Pará. O Sr. Franco deu a impressão de estar interessado e pronto a cooperar com todo esforço que visasse o estabelecimento de um sistema permanente de cultura agrícola no Pará mas não estava interessado particularmente em qualquer desenvolvimento específico, a não ser que pudesse vir a influenciar a vida comercial de Belém e a área. Não tinha sugestões a fazer quanto a uma maneira e meios construtivos para financiar tanto as plantações como as fábricas de beneficiamento.

j. Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia — (SPVEA). O autor visitou o escritório da SPVEA em companhia do Dr. Coutinho e passou várias horas estudando as possibilidades de estabelecer uma plantação de dendê em grande escala na Amazônia, com o Sr. Hugo Cruz Mascarenhas e Dr. Ricardo Borges Ferreira e Silva.

SPVEA foi criado pela Lei Federal n.º 1.806, de 6 de janeiro de 1953, e foi instalado em Belém, Pará, no dia 21 de setembro de 1953. No princípio de outubro a Comissão consistindo de seis Technologistas do Governo Federal e um representante de cinco Estados — (Pará, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso e Goiás); e de quatro Territórios — (Acre, Amapá, Rio Branco e Guaporé), começaram a trabalhar no desenvolvimento de um programa de emergência para a solução de alguns dos problemas social-econômicos de maior premissa da região, os quais não podiam esperar a finalização dos planos para um programa de cinco anos.

Foram postos à disposição para o programa de emergência os recursos de Cr\$ 1.163.821.000 destinados pelo Congresso ao emprêgo de desenvolvimento econômico na Amazônia, Cr\$ 300.000.000 mais Cr\$ 30.000.000 para serem contribuídos pelos Estados e pelas Municipalidades. Esta soma já foi gasta ou comprometida e no momento não há fundos disponíveis para um projeto de cooperação com o ETA. SPVEA, no entretanto, está desejando tomar parte e subvencionar um projeto que tenha como objetivo o melhoramento do Vale do Amazonas. Porém, tal subvenção financeira não pode ser realizada antes de 1956, então só se pode providenciar para que aquele item seja incluído no orçamento daquele ano. Este orçamento deve ser submetido antes de 1 de fevereiro de 1955, daí seria necessário desenvolver um projeto de cooperação e estabelecer a amplitude da contribuição da SPVEA antes daquela data.

Em vista do SPVEA ser formado por órgãos municipais-estaduais e federais; do seu objetivo específico de melhorar as condições no Vale do Amazonas incluindo a agricultura; do seu atual prestígio e contatos através daquela zona; seria interessante para o ETA e para o SPVEA um projeto de cooperação entre ambos.

k. Conferências com o Senhor Lauro Correia — Engenheiro Químico da Moraes S. A. Parnaíba, Piauí. — No sábado, dia 24 de outubro, o

autor receberam a visita do Sr. Lauro Andrade Correia, Eng. Quím. da Moraes S. A. Parnaíba, Piauí, que desejava saber se seria possível parar em Piauí para uma reunião e visita às fábricas de beneficiamento da Moraes S. A. Esta firma tem uma usina em funcionamento e uma refinaria, produz óleos vegetais, sabão, glicerina e ácidos gordos ou graxos, cera de carnaúba, e silicato de sódio.

Não foi possível fazer uma parada na viagem presente porque já tinha sido combinado parar em Fortaleza, Ceará, o autor prometeu aquiescer na próxima viagem ao Pará, Belém.

Foi então sugerido por Mr. E. J. Burlando que o autor também passasse em São Luiz, Maranhão, para ver o Sr. Thomas Moses, Funcionário do Consulado America no, que tem estado tomando informações a tirando fotografias de palmeiras do Brasil, há cerca de 20 anos originariamente como profmadorphenemalmente como comprador de copra, de amêndoas das palmeiras, caroços e óleo para a General Foods Corpor.

Senhor Diretor do S.N.P.A.: Quanto ao relatório apresentado pelo Sr. Klare Markley, com referência à plantação de dendê no Pará, devo apresentar as seguintes considerações:

Observa-se, pelo que o Sr. Markley relatou sobre as plantações de dendê do Instituto Agronômico do Norte, que o Dr. Paul Ledoux e outros lhe deram informações arradas, pelas seguintes razões:

1. O Dr. Paul Ledoux nunca esteve encarregado do plantio de dendê no I.A.N. e muito menos da seleção desta espécie.

2. O I.A.N. possui plantas de dendê proveniente da Bahia, Nigéria, Congo Belga, Malaia e Java, todas as sementes provenientes da Nigéria (Unilever) são de países conhecidos e de alta produção (130-140 quilos de frutos por planta e por ano), bem como as sementes originárias da Malaia.

3. As plantas da Nigéria (Unilever) são o resultado de cruzamentos entre as variedades Dura x Dura, Dura x Tenera e Tenera x Tenera.

4. As conclusões a que chegou o referido técnico não são exatas, porque ele partiu do falso princípio de que as plantas de dendê do I.A.N. são todas da Bahia, e também porque as diferenças de desenvolvimento das plantas por ele observadas, na maioria dos casos, são devidas às diferenças de idade.

5. Sendo o I.A.N. um estabelecimento de pesquisas agronômicas, deve reunir plantas originárias da Bahia, como também de outras localidades; a ciência agronômica é, antes de tudo, experimental, o que equivale a dizer que só se pode tirar qualquer conclusão depois de ter experimentado e experimentado o maior número possível de variedades.

6. O I.A.N. iniciou, em 1949, cruzamentos entre *E. guineensis* e *E. melanococca*, visando a obter tipos mais adaptados às várzeas, de menor porte e mais ricos em óleo e carotenóides.

7. O Horto "Gustavo Dutra" é uma dependência da Seção de Fomento da Produção Vegetal do Pará, não tendo o Dr. Felisberto Camargo plantado ali qualquer espécie de dendê.

Em 11 de fevereiro de 1955. — George O'Neill Addison, Técnico em Experimentação, ref. "31".

Excelentíssimo Senhor Ministro: Com referência aos relatórios do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos (E.T.A.), da autoria do Sr. Klare S. Markley, solicitados por Vossa Excelência e incluídos neste processo, torna-se necessário esclarecer os seguintes pontos:

1) Os dendzeiros existentes no Horto "Gustavo Dutra", cujo plan-

tio, com nome errado, o técnico norte-americano Sr. Klare S. Markley atribuiu a Felisberto C. Camargo, não foram plantados pelo ex-Diretor do I.A.N. e, sim, por técnicos da Seção de Fomento Agrícola no Pará, conforme declaração do próprio Diretor daquele órgão.

2) O erro na denominação botânica das mudas plantadas no Horto "Gustavo Dutra" ocorreu anteriormente à própria criação do Instituto Agronômico do Norte, e foi o primeiro Diretor daquele Instituto que estabeleceu a identificação botânica correta dos dendzeiros do Horto "Gustavo Dutra".

3) As informações prestadas pelo técnico norte-americano, autor dos relatórios, não representam, portanto, a realidade dos fatos com relação ao erro citado, que, involuntariamente, foi atribuído ao ex-Diretor do I.A.N., Felisberto C. Camargo.

Em 10 de novembro de 1955. — Felisberto C. Camargo, Diretor do S.N.P.A.

C.N.E.P.A. — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas.

Instituto Agronômico do Norte, Belém, PA

OF. IAN

Em 7 de outubro de 1955.

Do Diretor Interino do Instituto Agronômico do Norte.

Ao Ilmo. Sr. Aristides Carvalho de Oliveira, DD. Sr. Chefe do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro da Agricultura — Rio de Janeiro.

Assunto: Relatório sobre a cultura do Dendê no I.A.N.

Senhor Chefe do Gabinete:

Cumpro o dever de apresentar a Vossa Senhoria, em atenção à Papeleta n. 341, desse Gabinete, um relatório elaborado por esta Diretoria, dando conta do que existe neste Instituto sobre a cultura do Dendê. Para a confecção deste relatório, além das observações pessoais feitas no próprio campo, foram consultados os atuais chefes das seções de Melhoramento de Plantas e Experimentação, Botânica (Setor de Introdução) e Química, a fim de que fosse possível apresentar todos os dados obtidos no I.A.N., até a presente data, no que respeita à cultura do Dendê.

Anexos se encontram também os ofícios apresentados no corrente ano pelo Dr. R.F.A. Altman, e Relatórios apresentados em anos anteriores pelos técnicos João Murça Pires e Gerson Pereira Pinto, o deste último versando especificamente sobre a análise dos frutos de Dendê, determinações químicas do óleo, etc.

Junto segue também o que foi extraído de Relatórios anuais apresentados pelo técnico George O'Neill Addison, ex-chefe da Seção de Melhoramento de Plantas do I.A.N., bem como cópia de um plano visando ao estudo comparativo da produção de quatro descendências do tipo "Dutra" (Ensaio de competição de variedades de Dendê), plano esse elaborado em conjunto com o técnico assistente da Seção de Melhoramento de Plantas do I.A.N., Agrônomo Milton Albuquerque.

Junto ainda ao presente Relatório cópia de um trabalho intitulado "Considerações relativas à sistemática de algumas plantas úteis", de autoria dos Srs. George O'Neill Addison e João Murça Pires, — destacando um item sobre Dendê.

Os Relatórios dos citados técnicos, à exceção do Agr. Milton Albuquerque, deixam de ser assinados e rubricados pelos responsáveis dada a circunstância de estarem ausentes do I.A.N. o Dr. João Murça Pires, atualmente fazendo um curso de aperfeiçoamento nos Estados Unidos, o Dr. George O'Neill Addison, relatado em outra repartição deste Ministério no Estado de Santa Catarina, o Dr. R. F. A. Altman, presentemente trabalhando no Instituto Nacio-

nal de Pesquisas da Amazônia, e o Dr. Gerson Pereira Pinto, em exercício no Instituto Agronômico do Nordeste, para onde foi transferido há mais de dois anos.

Dos Trabalhos realizados no I.A.N. O Instituto Agronômico do Norte iniciou em 1949 os seus trabalhos visando a um perfeito estudo da cultura do Dendê, considerando, sobretudo, a possibilidade de se desenvolver, na Amazônia, uma nova fonte de riqueza particular e pública.

Possui hoje o I.A.N. o melhor material de Dendê existente no Brasil e uma soma de trabalhos de caráter experimental que possibilitará, dentro em pouco, o fornecimento de resultados dos mais importantes para o de-

senvolvimento dessa cultura em todo o país.

A Bahia, apesar de ser o maior centro produtor de óleo de Dendê, nada sabe a respeito dessa cultura porquanto só recentemente iniciou estudos sobre o assunto por intermédio do Instituto Agronômico do Leste.

A introdução de sementes no I.A.N. data de 1949, possuindo-se hoje material procedente da Nigéria (Lever), da Libéria (Firestone), bem como do Congo, Belga, Malaia e Bahia, conforme pode ser verificado através do quadro abaixo, cujos dados foram fornecidos pelo Setor de Introdução de Plantas (Seção de Botânica), constando, em cada caso, o número, data de entrada do material, quantidade de sementes e respectiva procedência.

N.º Introdução	Data	Sementes	Origem
3.801	2- 8-49	100	Congo Belga
3.820	3-10-49	100	Congo Belga
3.829	28-10-49	3 quilos	Bahia (Sombra)
3.830	28-10-49	3 quilos	Bahia (Caroço de quiabo)
3.834	18-11-49	120 quilos	quiabo)
3.853	18-11-49	(planta) ..	S.F.A. Bahia
3.931	23- 6-50	425 grs.	Lever
3.945	22- 8-50	400 grs.	Lever
3.947	22- 8-50	450 grs.	Lever
3.948	22- 8-50	800 grs.	Lever
3.949	22- 8-50	450 grs.	Lever
3.953	13- 9-50	220 grs.	Firestone
3.987	24-10-50	200 quilos	Bahia
4.017	18-11-50	790 sementes ..	Lever
4.018	18-11-50	1.000 sementes ..	Lever
4.019	18-11-50	7.000 sementes ..	Lever
4.020	18-11-50	1.530 sementes ..	Lever
4.021	18-11-50	1.000 sementes ..	Lever
4.048	16- 1-51	1,35 quilo	Lever
4.049	—	1,7 quilo	Lever
4.050	—	4,6 quilo	Lever
4.051	—	3,8 quilo	Lever
4.052	—	4,2 quilo	Lever
4.053	—	4,0 quilo	Lever
4.092	2- 5-51	150 sementes ..	Lever
4.093	2- 5-51	150 sementes ..	Lever
4.094	2- 5-51	300 sementes ..	Lever
4.095	2- 5-51	1.400 sementes ..	Lever
4.615	3- 3-52	1.000 sementes ..	Lever
4.096	2- 5-51	2.000 sementes ..	Lever
4.096	2- 5-51	138 sementes ..	Lever
4.157	12- 6-51	309 sementes ..	Lever
4.158	12- 6-51	525 sementes ..	Lever
4.159	12- 6-51	100 sementes ..	Lever
4.160	12- 6-51	95 sementes ..	Lever
4.161	12- 6-51	232 sementes ..	Lever
4.162	12- 6-51	463 sementes ..	Lever

N.º Introdução	Data	Sementes	Origem
4.163	12-6-51	300 sementes	Lever
4.164	12-6-51	1.044 sementes	Lever
4.165	12-6-51	699 sementes	Lever
4.166	12-6-51	276 sementes	Lever
4.167	12-6-51	819 sementes	Lever
4.168	12-6-51	989 sementes	Lever
4.425	1-8-51	1.088 sementes	Lever
4.426	1-8-51	542 sementes	Lever
4.427	1-8-51	437 sementes	Lever
4.428	1-8-51	882 sementes	Lever
4.429	1-8-51	240 sementes	Lever
4.430	1-8-51	822 sementes	Lever
4.431	1-8-51	3 quilos	I—A—L
4.467	21-8-51	200 sementes	Malaia
4.520	12-11-51	200 sementes	Malaia
4.521	12-11-51	200 sementes	Bahia
4.523	17-11-51	120 quilos	Bahia
4.561	4-2-52	200 sementes	Malaia
4.604	28-2-52	200 sementes	Malaia
4.605	28-2-52	1.180 sementes	Lever
4.606	3-3-52	487 sementes	Lever
4.607	3-3-52	634 sementes	Lever
4.608	3-3-52	1.310 sementes	Lever
4.609	3-3-52	763 sementes	Lever
4.610	3-3-52	224 sementes	Lever
4.611	3-3-52	720 sementes	Lever
4.612	3-3-52	2.270 sementes	Lever
4.613	3-3-52	410 sementes	Lever
4.614	3-3-52	2.110 sementes	Lever

Da utilização do material recebido

Todas as sementes recebidas, das procedências indicadas, nos anos também mencionados na relação acima, foram aproveitadas para formação dos atuais campos de cultura existentes no I.A.N., sendo que cerca de 240.000 (duzentas e quarenta mil) sementes, das procedentes da Bahia, foram cedidas ao Departamento de Produção do Governo do Território Federal do Amapá.

Todas as sementes, após a germinação, foram transplantadas para viveiros, em dois pontos diferentes da área territorial do I.A.N., isto é, um situado no local denominado "Sapucajuba" e outro na "Horta", donde posteriormente passaram para as quadras definitivas em áreas previamente escolhidas, onde hoje se encontram em forma de cultura experimental e já em pleno início de frutificação.

Devo mencionar a existência, ainda, nos dois viveiros, acima referidos, de cerca de 5.520 mudas, cujo transplante na época adequada não chegou a ser efetuado. Trata-se, em parte, de material de primeira ordem, cujo aproveitamento, apesar de muitas plantas já atingirem idade superior a três anos, ainda é possível, o que está sendo providenciado. O estado sanitário dessas plantas é muito bom, notando-se apenas pouco desenvolvi-

mento, o que é natural em material envidreado há mais de três anos.

Na ocasião do transplante, que será efetivado dentro de trinta dias para local devidamente preparado, será feita inclusive adubação, a fim de que todas as plantas recuperem todo o tempo de atraso que tiveram nos viveiros.

É a seguinte, a relação do material citado, existente em cada viveiro abaixo indicado:

Viveiro de Sapucajuba:
I.A.N. — 1.411 — Procedência — km. 18-Pa.
N.º 4.431 — 381 — Procedência — Sapele, Nigéria — África.
N.º 4.095 — 554 — Procedência — Lever, África.
Total — 2.346 mudas.
Viveiro da Horta:
Mudas procedentes da Bahia — 2.334.
Mudas procedentes da Bahia — 140.
Mudas procedentes da África — 700.
Total — 3.174 mudas.
Plantio definitivo (quadras existentes):

a) Quadra do timbosal (Dendê — Calaué e Hidridos).
Há nessa quadra experimental, instalada em 1949 pelo técnico George O'Neill Addison, 157 plantas F. 1 (Calaué x Dendê) obtidas de sementes do Calaué (*Elaeis melanococca*) existente no Museu Emilio Goeldi, após o cruzamento efetuado pelo Dr. Felis-

berto C. Camargo, então diretor do I.A.N., conjuntamente com o técnico antes mencionado, empregando pólen de *Elaeis guineensis* existente, na ocasião, no Horto "Gustavo Dutra" (Seção de Fomento Agrícola do Pará). A idade dessas plantas gira em torno dos 6 anos; 68 plantas da espécie *Elaeis guineensis* proveniente do material que foi empregado como pai do hidrido, plantadas em 1950; 70 plantas com dois anos de idade, provenientes de sementes de *Elaeis melanococca*, do Museu E. Goeldi (planta mãe do F-1 citado); 75 plantas com aproximadamente 6 anos, oriundas de sementes obtidas na Bahia (*Elaeis guineensis*), enviadas a este Instituto pelo I. A. L., quando ainda em fase de instalação (viagem Murça Pires), plantas essas que serviram de bordadura a toda a quadra (ver croquis anexo).

Os trabalhos iniciados em 1949 pelos Drs. F. C. Camargo e George O'Neill Addison, com relação ao cruzamento Calaué x Dendê, visavam, sobretudo, a obtenção de uma planta adaptada às condições das várzeas amazônicas (terras periodicamente inundáveis) e diminuir a altura do Dendê para facilitar a colheita (uma vez que o Calaué é planta de várzea e de porte muito menor), indicando, por outro lado, possuir maior riqueza em carotenoides e, possivelmente, óleo.

A razão do plantio do material citado, Dendê, Calaué e Hidridos, em uma só quadra, prende-se a facilidades para um melhor estudo comparativo entre eles, especialmente no que tange a detalhes de ordem botânica, desenvolvimento, etc. (verificar o anexo "Considerações relativas a sistemática de algumas Plantas Úteis" Addison e M. Pires).

Todas as plantas se encontram devidamente fichadas, já tendo sido iniciada a colheita das que começam a produzir. Neste particular, devo mencionar uma planta híbrida que, em primeira colheita, iniciada em março do corrente ano, produziu, até setembro próximo passado, 9 cachos, com uma produção de 19.455 grs. de peso total e 8.210 grs. só de frutos, peso este em 892 frutos. Considerando-se o fato de ser esta a primeira frutificação, os pesos obtidos e o número de cachos constituem dados bastante animadores quanto ao sucesso do trabalho, ainda mais levando-se em conta as possibilidades de bons resultados nas análises químicas de seus frutos.

Oitenta plantas híbridas já foram colhidas, com uma produção total de 523.458 grs. em 135 cachos, com uma média de 3.877 grs. por cacho (primeiras frutificações — o que deve ser considerado).

Quanto às plantas da espécie *Elaeis guineensis* procedentes do km. 18 (Horto "Gustavo Dutra"), foram colhidos 20 cachos em 16 plantas, com uma média de 1.080 grs. por cacho completo.

Quanto às plantas da mesma espécie, procedentes da Bahia, bordadura da quadra), a produção média por cacho completo tem sido de 3.602 grs., e 662 grs. considerados apenas os frutos. A planta de maior produção forneceu 14 cachos com um peso bruto de 8.790 grs., o usejam 627 grs. por cacho, considerando apenas os frutos num total de 1.640. Já foram colhidas 47 plantas, não se devendo esquecer que se trata de primeira frutificação.

Quanto à espécie *Elaeis melanococca*, ainda não iniciou sua frutificação, tendo as plantas apenas a idade de 2 anos. O estado sanitário e o desenvolvimento deste material são plenamente satisfatórios.

b) Quadra II....
Formada de 1.622 plantas (*Elaeis guineensis*), oriundas de sementes provenientes da África, no ano de 1951. O transplante para esta quadra (plantio definitivo) ocorreu em princípio de 1952. A produção de sementes foi iniciada em fins de 1954, indi-

cando desta forma uma notável precocidade em determinadas plantas, cujo controle vem sendo feito com todo rigor, conforme programa previamente estabelecido, isto é, precocidade de comportamento, produção, etc., cujos detalhes serão abordados mais adiante na parte referente ao nosso plano de trabalhos.

Do total de 1.622 plantas existentes nesta quadra, 270 constituem o primeiro ensaio experimental montado no I.A.N. com *Elaeis guineensis*, num esquema de Blocos ao acaso com 10 repetições, visando ao estudo comparativo da produção de 4 descendências do tipo "Dura" (Verificar o projeto, anexo ao presente, e a autoria dos Drs. G. O. Addison e Milton Albuquerque). O plano estabelecido neste ensaio vem sendo cumprido fielmente pela Seção de Melhoramento de Plantas deste Instituto.

Apesar de ser uma quadra formada de material tido como de alta produção, segundo as indicações que acompanhavam as sementes recebidas da África, ainda deverá sofrer uma seleção local, nas bases de sua produção, para efeito de eleição das plantas a serem reservadas como produtoras de sementes do mais alto valor, destinadas à formação de novos jardins genéticos nas Estações Experimentais da rede do I.A.N. em toda a região amazônica (presentemente quatro novas Estações Experimentais estão sendo instaladas, nos Estados do Maranhão e Mato Grosso e Territórios Federais do Acre e Amapá), bem como fornecer material aos Institutos Agrônimos do Leste e Nordeste.

Transcrevo abaixo, na língua original, algumas indicações que acompanharam o material recebido, que é controlado, e obtido de cruzamentos, especialmente o da Lever:

5.050 — 23/102.110 x 23/102.110 seeds. Lever Dura x Dura:
% pericarp 43.8, Nuts 54.68, % water 20.2,

% fiber 6.2, % oil 22.5, % kernels 13.75,
% shell 35.8.

4.052 — 13/2.802 x 13/2.802 seeds.

Lever Dura x Dura:
pericarp 57.9, Nuts 42.7, water 19.7, fiber 12.4, oil 29.6, kernels 11.0, shell 27.8.

4.092 — Research Nigeria Research Dept. Palmol Ltda.

Tenera x Tenera % pericarp 72.7, % nuts 26.7, water 28.3, % fiber 14.1, % oil 32.9, % kernels 9.7, shell 13.4.

4.049 — 10/5.166 x 13/1.114 seeds. Lever Tenera x Tenera.

% pericarp 80.26, % nuts 18.8, % water 39.9, % fiber 12.2, % oil 32.3, % kernels 6.36, % shell 9.35.

4.052 — 13/2.802 x 13/2.802 seeds.

Lever Dura x Dura:
pericarp 43.4, Nuts 55.1, water 24.2, fiber 6.8, oil 19.7, kernels 7.7, shell 40.1.

4.051 — 13/3.801 x 13/3.801 seeds. Lever Dura x Dura:

pericarp 57.9 nuts 42.7, water 19.7, fiber 12.4, kernels 11.0, shell 27.8.

4.094 — 23/101.109 x 23/101.109 Research, Nigeria Dept. Palmol Ltda.

Tenera x Tenera % pericarp 72.7, % nuts 26.7, water 28.3, % fiber 14.1, % oil 32.9, % kernels, shell 13.4.

c) Quadra do Cafetal.

Formada em janeiro de 1954 com material dos viveiros iniciados em 1951. Possui um total de 5.726 plantas, sendo 92 oriundas de sementes provenientes da Bahia e o restante de sementes africanas (Nigéria, Libéria, etc.). Plantio recentemente feito em quadra definitiva, e frutificação esperada a partir do terceiro ano.

Esclarecimento oportuno.

1. O material do tipo "Pisifera" a ser obtido no I.A.N. e criado de sementes importadas da África poderá fornecer o pólen necessário à produção de sementes do tipo "Tenera". Neste sentido, a Bahia será grandemente beneficiada porquanto, recebeu

do pólen para cruzamento de plantas comuns, poderá obter grandes quantidades de sementes de maior valor econômico, necessárias à formação de plantações particulares e em áreas próprias do Estado.

2. *Trabalhos experimentais efetuados antes da distribuição dessas e controle da percentagem do óleo da polpa.* Ainda não foram distribuídas mudas oriundas das sementes introduzidas, especialmente das procedentes do exterior. Como foi mencionado linhas atrás, as mudas produzidas foram utilizadas na instalação das quadras experimentais na sede do IAN.

Das sementes procedentes da Bahia, foram cedidas cerca de 240.000 (duzentas e quarenta mil) ao Departamento de Produção do Governo do Território Federal do Amapá, ficando a cargo deste a formação de sementeiras, viveiros e plantio definitivo, bem como os tratamentos culturais necessários, manutenção, etc. Recente visita feita a esse Território, por um dos técnicos do I.A.N., para efeito de observação do comportamento do material cedido, revela que as plantas localizadas em áreas pertencentes ao Governo desse Território apresentam bom desenvolvimento.

3. *Distribuição dessas mudas na região amazônica, seu número e se houve ou tem havido qualquer controle direto ou indireto do aproveitamento dessas mudas.*

Prejudicado em face da informação anterior. Quanto às plantações existentes no Território Federal do Amapá, e formadas pelas primeiras sementes recebidas da Bahia e cedidas pelo I.A.N., são elas da inteira e exclusiva responsabilidade do Departamento de Produção daquele Território. Devo esclarecer que o I.A.N. assumiu compromissos com o Governo do referido Território no sentido de fornecer, no ano próximo vindouro, mudas oriundas de sementes de plantas controladas em Belém, assegurando, através da Estação Experimental de Mazagão, toda a assistência técnica necessária.

4. *Qual a percentagem de óleo de Dendê obtido em laboratório desse Instituto nas análises de controle as efetuadas, dando o número de análises e resultado, e se são superiores às obtidas em outras regiões.*

Juanto ao presente cópia das análises efetuadas pela Seção de Química deste Instituto no período compreendido entre 1949 e março do corrente ano. Dos resultados obtidos pode-se verificar a percentagem de óleo encontrado em *E. guineensis*, *E. melanococca* e híbridos (F1 — Dendê x Caiuê), podendo-se inclusive comparar com as percentagens referidas no material introduzido e procedente da África (verificar quadro anterior).

Quanto aos dendezinhos formados no I.A.N., com sementes oriundas da África, cuja frutificação foi iniciada em fins de 1954, somente em 1956, será possível a distribuição de sementes e mudas, porquanto só então estará completada a frutificação de todas as plantas, ocasião em que serão iniciadas as análises químicas dos frutos da primeira frutificação dentre as plantas que apresentem maior índice de produtividade controladas na segunda frutificação.

Quanto a outras regiões do País, a Biblioteca do IAN infelizmente não possui os dados obtidos pelo Instituto Nacional de Óleos, para efeito de comparação.

Ainda para efeito de comparação, numa demonstração clara de que o trabalho iniciado pelo I.A.N., com relação aos F-1 obtidos e já em frutificação, solicita atenção especial para os resultados da análise do primeiro cacho colhido da primeira planta a frutificar na quadra do Imbozal. (Of. S.Q. 24-55, junto por cópia).

Quanto ao atual programa de trabalho do I.A.N., com relação ao Dendê, não é mais do que o prosseguimen-

to daquilo que foi estabelecido desde 1949, constando, em linhas gerais, do seguinte:

I) Estudar a produção individual das plantas formadas com sementes provenientes da África;

II) Realizar cruzamentos entre as plantas formadas com sementes importadas, visando à produção de sementes destinadas à formação à produção de sementes destinadas à formação de mudas para os novos "jardins de genética";

III) Continuar o trabalho de cruzamento inter-específico entre o Dendê africano e o Dendê americano utilizando pólen do "F-1" sobre flores do tipo "Tenera" de origem africana, e pólen de "Pisifera" e de "Tenera", de origem africana, sobre flores femininas do F-1 (Dendê x Caiuê) criado em 1949;

IV) Estudos sobre a citologia do "F-1": verificação da normalidade da meiose, comparar a forma, o número e o pareamento dos cromossomos; aplicação da colchicina nas sementes (embriões), para efeito de controle de possíveis casos de esterilidade (estabilizar); estudar o retro-cruzamento (Back cross) para conhecimento de como se comporta a transmissão hereditária;

V) Fornecer pólen de "Pisifera" e "Tenera" de origem africana, para o Instituto Agrônomo do Leste;

VI) Outros trabalhos programados:

- a) estudo das melhores condições para germinação;
- b) ensaio de espaçamento;
- c) culturas consorciadas (ciclo curto);
- d) instalação de novos ensaios de competição de variedades;
- e) ensaios de adubação;
- f) comportamento dos "F-1" na varzea e na terra firme.

Considerando a vasta área amazônica e seguras possibilidades de êxito econômico para a cultura do Dendê, o Instituto Agrônomo do Norte assinou um Convênio com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia tendo em vista obter novas sementes altamente selecionadas e de produção controlada, da África, Malásia e América Central (United Fruit). Com essas sementes se produziram 500.000 mudas, destinadas à instalação imediata de plantações feitas em cooperação com particulares, mediante contratos de plantio, com a cláusula, entre outras, de poder o I.A.N. efetuar as observações de caráter técnico e realizar os mesmos trabalhos de natureza experimental, principalmente tratando-se de áreas ainda não cobertas pela rede de Estações Experimentais deste Instituto.

Dadas as dificuldades de obtenção de material realmente controlado e de alta produção, especialmente da América Central (United Fruit), acreditamos que não será possível cumprir o convênio firmado, na escala prevista.

Devo esclarecer, entretanto, que, em 1956, poderá o IAN fornecer mudas com as características requeridas, atendendo assim aos interesses da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Atualmente, o I.A.N., através de sua Estação Experimental em Belém, pode ser considerado o primeiro centro de pesquisas para todos os trabalhos relacionados com o Dendê no Brasil, e, dentro em breve, poderá servir de ponto de partida para a formação de outros centros no Leste (I.A.L.), Nordeste (I.A.Ne.) e rede experimental na Amazônia, especialmente no Estado do Amazonas.

Estas são, Senhor Chefe do Gabinete, as informações que tenho a honra de prestar a V. S. quanto ao item "d", do Requerimento n.º 250, de 1955 (Senado Federal) s. autor, enviado por cópia com as recomendações contidas na Papeleta n.º 341, desse Gabinete.

Srvo-me do ensejo para apresentar a V. S. as minhas mais Atenciosas saudações. Archimar Bittencourt Buleiro, Diretor Interino do IAN. C.N.E.P.A. — S.N.P.A. — Instituto Agrônomo do Norte. Considerações relativas à sistemática de algumas plantas úteis. (*) Por George O'Neill Addison e João Murça Pires

Estas notas são baseadas principalmente em experiências feitas com algumas plantas cultivadas no I.A.M., com a intenção de contribuir para uma melhor compreensão dos seus nomes botânicos.

Elaeis Jacq

Considera-se presente o gênero *Elaeis* como constituído de duas espécies: uma africana e outra nativa da América equatorial.

Elaeis guineensis Jacq., a útil palmeira africana conhecida no Brasil por *dendê*, foi descrita por Nicolai H. Jacquin, em 1763, pelo estudo de plantas dessa espécie cultivadas em Maritima (1). Os outros nomes, dados a essa planta, não passavam de designações referentes a variedades de cultura, que não justificam a adoção de nomes latinos. Essas variedades agrícolas são baseadas, principalmente, em colorações e formas dos frutos, espessura do endocarpo, soldadura dos folíolos e presença ou ausência de carpelos suplementares (2). O binômio *Elaeis guineensis* é universalmente aceito, não havendo controvérsia quanto à sua aceitação. A planta é conhecida no Brasil por *dendê*, em inglês por *oil palm*, em francês por *palmier a huile*, encontrando-se, ainda hoje, em estado nativo, na África, conforme os trabalhos de A. Chevalier.

A outra espécie é sul-americana, conhecida entre os sertanejos e indígenas da Amazônia por *caiuê* (algumas vezes, entre os mais civilizados, por *dendê do Pará*) e o seu nome botânico é muito discutido e confuso. A espécie tem sido conhecida por *Elaeis melanococca* Gaert., descrita em 1788, sendo a descrição baseada unicamente no fruto desprovido de casca, somente o caroço lenhoso (endocarpo) (3).

Em 1815, Humboldt, Bonpland e Kunth descreveram a mesma planta (4) com o nome de *Alfonsia oleifera* H.B.K., como nativa do Rio Sinu, lado atlântico, norte de Colômbia.

Em 1792, o editor Giseke (4) publicou a descrição do gênero *Corozo*, sem ligar qualquer espécie botânica a esse gênero.

Pois bem, em 1933, Bailey analisou detalhadamente o assunto (5) e chegou às seguintes conclusões: (a) o endocarpo do fruto em que Gaertner se baseou para a criação de *E. melanococca* não passava do endocarpo de *E. guineensis* Jacq.; (b) o gênero *Corozo*, descrito por Giseke, corresponde ao nosso *caiuê*; (c) como Giseke não ligou nome específico a esse gênero, o primeiro nome certo de *caiuê* seria realmente o estabelecido por Humboldt, Bonpland e Kunth; (d) pretendeu resolver a questão criando o binômio *Corozo oleifera* (H.B.K.) Bailey (5.6).

(*) Trabalho executado no Instituto Agrônomo do Norte.

Como conclusão, isto tudo não passa de uma complicação extraordinária, como não é raro acontecer no campo da taxonomia botânica, confusão oriunda da precipitação de se publicar trabalhos incompletos e baseados em material deficiente, causas que são agravadas pela interpretação rija de regras de nomenclatura.

Bailey pode ter razão, o caroço do fruto usado por Gaertner poderia pertencer à planta africana, porém, uma prova definitiva disto torna-se muito difícil porque teria de se basear no desenho de um material tão deficiente, feito a mais de 150 anos. Gaertner e Giseke prejudicaram o estudo da ciência publicando trabalhos incompletos e mal documentados, Bailey

fêz o mesmo querendo exumar nome imprimeável.

Segundo Bailey (7) "Under all these circumstances I have no alternative so far as present evidences are involved, but to write the binomial *Corozo oleifera* (H.B.K.) Bailey, for the *Panamá oil palm*. What the Costa Rican and Brazilian oil pms may be cannot yet be stated".

Ao nosso ver, provavelmente a mesma espécie amazônica deve chegar até a América Central, não obstante, na Amazônia, ela se encontra em terrenos de muito baixa altitude.

Devido à confusão estabelecida, conforme foi exposto acima, não é possível, por enquanto, precisar qual deve ser o nome botânico correto da palmeira *caiuê*. Porém, de acordo com os trabalhos experimentais, de campo, realizados no I.A.M., por Addison, podemos afirmar que o *caiuê* da Amazônia e o dendê africano são espécies distintas muito relacionadas e que devem pertencer ao mesmo gênero, no caso, ao gênero *Elaeis*. Na falta de maiores recursos, conservaremos provisoriamente, o nome *E. melanococca* Gaert., para designar nosso *caiuê*, evitando-se fazer apressadamente uma nova combinação.

Os dados experimentais de cruzamento entre o *caiuê* e o dendê justificam nossa opinião de que essas duas plantas representam espécies distintas do mesmo gênero (*Elaeis*).

As palmeiras *dendê* são monóicas, porém, algumas produzem maior percentagem de flores de um dos sexos, sendo esta uma questão muito variável, até com a idade da planta.

Entre as palmeiras *caiuê* cultivadas no horto do Museu Goeldi, em Belém, existem algumas plantas que só dão flores femininas.

Para os trabalhos de cruzamento, iniciados em 1949, usou-se pólen de *E. guineensis*, Jacq., procedente da Granja do Fomento Agrícola Federal, próxima da cidade de Ananindeua.

Usou-se como mãe, uma planta de *caiuê*, cultivada no Museu Goeldi, que definitivamente só produz flores femininas (observação de vários anos).

O pagamento foi, aproximadamente, de 100%. As sementes das plantas cruzadas (F1) tiveram alta percentagem de germinação. Mais de 100 plantas híbridas cresceram no I.A.M. intercaladas com *E. guineensis* para se poder observar as diferenças entre elas.

Pode-se afirmar, com segurança, que as plantas obtidas eram de fato produto de cruzamento, não um caso aberrante de reprodução, nem houve contaminação com pólen não controlado, porque os híbridos mostram claramente caracteres intermediários.

A planta usada como mãe (*caiuê*), definitivamente só produz flores femininas que, na ausência de pólen da mesma espécie, nunca se desenvolvem.

O dendê usado como pai produz normalmente inflorescências masculinas e femininas.

Não existiam plantas próximas, portadoras de pólen, na ocasião do cruzamento.

O pólen de *E. guineensis* usado foi trazido de local distante, mais de 20 quilômetros.

As plantinhas de *caiuê*, de *dendê* e híbrido, são bastante parecidas quando novas.

O híbrido (F1) revelou-se tão precoce quanto o dendê: os folíolos são dispostos mais ou menos no plano, como em *caiuê*; no dendê os folíolos são presos, alternadamente, mais acima e mais abaixo, no rágua dando uma aparência encrespada as folhas.

Os híbridos já estão frutificando, dando, por segregação, plantas com flores somente masculinas, outras com masculinas e femininas; às vezes as flores masculinas se desenvolvem dando frutos atrofiados (flores incompletamente unisexuais).

As características do híbrido são intermediárias e seu desenvolvimento

um pouco mais vigoroso do que nas duas espécies.

A maioria dos híbridos produz frutos abortivos, mal desenvolvidos, parthenocárpicos; alguns deram sementes normais que já foram semeadas mas ainda não germinaram. O tamanho dos frutos híbridos é mais ou menos intermediário.

O dendê usado como pai tinha frutos pretos, o caiaué verdes e depois alaranjados. Os do híbrido, como na planta mãe.

E F 1 o pólen tem baixa percentagem de fertilidade, muitos grãos são vazios, só tem casca e, tratados por fogo, não se colorem de azul.

Na continuação destes trabalhos, para o futuro, será de grande interesse verificar a citologia de F 1, constatar se a meiose é normal, comparar a forma, o número e o pareamento dos cromossomos; tratar as sementes (híbridos) com colchicina para obter poliploides, a fim de controlar a estabilidade (estabilizar); estudar o retrocruzamento (back-cross) para conhecer o comportamento da transmissão hereditária.

Como finalidade prática, este trabalho de cruzamento visa a obtenção de uma planta adaptada às condições de várzea amazônicas (terras periodicamente inundáveis) e diminuir a altura do dendê para facilitar a colheita (caiaué é baixo e de várzea). O caiaué deve produzir também maior percentagem de caroteno no fruto.

Literatura Citada

1 — Jacquini, Nicolai, J. — *Selectarum Stirpeum Americanarum Hist.* v. I: 280. t. 172, 1763, Viena.

2 — Beirnaert, A. & Vandorwyen, R. — *Contribution à l'étude génétique et métrique des variétés d'Elais guineensis* Jacquini, Publ. de l'Inst. Nat. Pour l'Étude Agron. du Congo Belge n.º 4, série scient. n.º 27-1941.

3 — Gaertner, J. — *De Fructibus et Seminibus Plantarum*, v. I: 18, t. 6 f. 2; 1788, Stuttgart.

4 — Giseke, P.D., editor — *Linnaeus Prelectiones in Ordines Naturales Plantarum* 42, 92, 1792 — Hamburg.

5 — Bailey, L. H. — *Gentes Herbarium* 3, 2: 59, fig. 32, 34, 35, 37, 39, 40, 1933.

6 — Bailey, L. H. — *Gentes Herbarium* IV, X: 373-374, 1940.

Confere com o original. — Olga Queiroz, Dactilógrafa.

Este ensaio que é o primeiro a ser montado no I.A.N. com *Elais guineensis*, tem como principal objetivo o estudo comparativo da produção de 4 descendências do tipo Dura que são:

Número de Introdução

N.º 1 — 23/102.110 — 4050
N.º 2 — 13/3801 — 4051
N.º 3 — 13/2802 — 4052-4053-4093
N.º 4 — 23/101.109 — 4094

Obedecerá o ensaio a um esquema de Blocos ao acaso com 10 repetições.

Cada canteiro será constituído por 10 plantas.

Entre as plantas do mesmo será montado o espaço de 5 metros, enquanto entre as plantas dos canteiros vizinhos a distância será de 10 metros. Haverá uma bordadura geral envolvendo o ensaio e constituída por uma linha de plantas dispostas segundo a orientação do ensaio.

Receberá o ensaio um total de 270 plantas, sendo 200 do ensaio (20 em cada repetição) e 70 de bordadura. Ocupará uma área de 90x130m ou seja, 11.700 m².

Distribuição dos Canteiros no Campo

V	I	VI	X	VIII
IV	II	III	IX	VII

Sorteio dos Canteiros

Repetições

I-II-III-IV-V-VI-VII-VIII-IX-X

3 - 3 - 2 - 1 - 1 - 3 - 4 - 4 - 3 - 2
1 - 4 - 3 - 2 - 2 - 1 - 2 - 2 - 4 - 3
2 - 2 - 1 - 4 - 4 - 2 - 3 - 1 - 2 - 1
4 - 2 - 4 - 3 - 3 - 4 - 1 - 3 - 1 - 4

SORTEIO DE PLANTADORES Plantadores

1 — Antonio Faustino
3 - 2 - 3 - 1 - 4 - 2 - 4 - 1
- 3 - 2 - 2 — Pedro V. Alves
- 1 - 1 - 2 - 3 - 3 - 3 - 2 -
2 - 4 - 1
3 — Oscar C. Gomes
- 2 - 4 - 4 - 4 - 1 - 1 - 3
- 4 - 2 - 4
4 — Amaro Rodrigues
- 4 - 3 - 1 - 2 - 2 - 4 - 1 -
3 - 1 - 3

Deverão ser tomadas anotações sobre:

- 1.º) Data do plantio
- 2.º) Data da frutificação
- 3.º) Data da colheita
- 4.º) Pesagem dos frutos
- 5.º) Pragas e moléstias
- 6.º) Precocidade
- 7.º) Diversos

Nos levantamentos de "Stand" e por ocasião da colheita, não serão computadas as bordaduras.

O croquis em anexo, esclarece quanto ao formato dos canteiros e blocos e sua disposição no campo.

Belém, 18 de fevereiro de 1952. — George O'Neill Addison, Chefe da S.M.P. — Milton de Albuquerque, Assistente da S.M.P.

RELATÓRIO DE VIAGEM A BAHIA

João Murça Pires

Em fins de junho fui designado pela Diretoria do IAN para adquirir até cinco toneladas de sementes de Dendê da variedade "tenera" (conhecida na Bahia por Dendê) ("Sombra" ou "Caroço Mole"), sementes estas que serviriam para os trabalhos deste Instituto e para plantio a ser feito pela Companhia Siderúrgica Nacional (Proc. I.A.N. 2.274-51).

Para custeio das despesas, recebi das Plantações Ford de Belterra o adiantamento de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), conforme of. I.A.N. n.º 3.017-51.

Acompañado de um auxiliar da Seção de Botânica do N. A. N., Senhor Nilo Thomaz da Silva, saí de Belém em avião da Panair dia 29 de junho de 1951, às 4 horas, chegando em Salvador às 16 horas do mesmo dia.

Em Salvador procurei relacionar-me com pessoas da região para melhor orientação do serviço. Logo de início, verifiquei estarmos completamente fora da época de frutificação do Dendê. Mesmo assim, encontrando esta grande dificuldade para o serviço, procurei em primeiro lugar conseguir a quantidade de sementes que fosse possível, depois de relacionar-me com pessoas idôneas da terra de maneira a deixar tudo articulado para que o I. A. N. venha a receber, na época própria, toda a quantidade de sementes que necessita.

De início fui à região de Itaparica, que fica em segundo lugar na produção de azeite de Dendê do Estado, procurei entender-me com pessoas relacionadas no lugar e com os dirigentes da Fazenda Mocambo. Esta Fazenda é de propriedade do Governo do Estado, possui uma pequena usina de beneficiamento de Dendê e suas terras são das que apresentam maior concentração de palmeiras Dendê, se bem que, como em qualquer outro lugar não tenham sido plantadas pelo homem.

A fazenda Mocambo ultimamente foi arrendada pelo Estado ao Senhor Pasquale Magnavita que trouxe alguns imigrantes italianos para explorar as

terras, o Dendê, e montar uma usina de cerâmica. Essa organização não está dando muito resultado pois que os imigrantes trazidos da Itália, na maior parte já preferiram seguir para o sul do país. De início, tive bom entendimento com o Senhor Magnavita, ficando estabelecido que, a começar do próximo corte, os cachos de Dendê Sombra, encontrados, seriam separados para o I. A. N. Tive, porém, que viajar para outras localidades e, ao voltar, talvez devido à influência de outras pessoas que não gostam de ver seus produtos saírem da região, a situação tinha mudado, as sementes tinham sido todas cozidas e não pude mais encontrar um meio de adquirir as sementes que nos interessavam.

A época em que os encontrávamos era, sem dúvida, a pior possível. A colheita do Dendê se distribui por todo o ano, os cortes vão sendo feitos periodicamente, mais em certas épocas, a produção é muito escassa. No nosso caso, tínhamos ainda a dificuldade de estarmos interessados somente em uma variedade (Tenara) e ser esta pouco abundante. Tentamos, por todos os meios, obter ao menos uma parte das sementes, trazendo-as em costas de animais e em canoas a vela. Assim, foram percorridas as localidades seguintes: Mutá, Narandiba, Caçães, Santo Amaro, Caixa Prego, Jaguaribe, Pires, Santo Antônio da Barreira, Porto de Pedra, Nazaré, Encarnação, Salinas, Maragogipe, Coqueiro, Anagé, São Francisco, São Roque, Enseada, Araripe, Monte Cristo, Cairú, Conceição etc.

Apesar de todo este esforço não pude conseguir em Itaparica mais de uns 200 quilos de sementes, assim mesmo por um preço muito elevado, por distâncias em costa de animais. Fiz que tinha que transportá-la a grandes algumas contagens que verifiquei que um quilo de fruto maduro (com polpa antes de secagem) regula ter cerca de 120 sementes.

Nada mais sendo possível fazer em Itaparica, segui para Valença, que fica mais ao sul, região bahiana que ocupa o primeiro lugar na produção de azeite de Dendê. Com a experiência que tinha de Itaparica achei melhor não fazer um esforço inútil e dispendioso em procurar sementes e preferi ter entendimento com alguma pessoa que pudesse fornecê-las com segurança na época própria. Encontrei-me então com o agrônomo do Fomento Agrícola Federal, Dr. Carlos Lobão Muniz de Souza, que se prontificou a ir separando, a começar dos próximos cortes, toda a quantidade de Dendê, tipo Tenara, que for sendo encontrado até perfazer o total de sementes que o IAN desejar. Deixei em sua mão a importância de Cr\$ 1.100,00 (mil e cem cruzeiros) para início dos serviços e fiquei de me entender com a Diretoria do IAN sobre os futuros adiantamentos a lhe serem feitos. A maior concentração de palmeiras Dendê na Bahia fica há uma légua de Valença, num lugar denominado Caiaíba.

Para despacho das sementes colhidas em Itaparica e outros serviços, deixei Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) nas mãos do senhor Plácido Amorim da Silva, Chefe do Serviço Administrativo do Instituto Agronômico do Leste.

Chegando a Belém a 1 de agosto de 1951, tendo eu comunicado verbalmente o que tinha sido feito na Bahia, o Senhor Diretor do I. A. N., achou melhor que os serviços de despacho em Salvador ficassem a cargo da Seção de Fomento Agrícola Federal, em vez do Instituto Agronômico do Leste, e, nestas condições, redigimos os ofícios aos senhores Diretor do I.A.L., Chefe da Seção de Fomento Agrícola na Bahia e Dr. Carlos Lobão Muniz de Souza (Ofícios IAN 1.398-51).

Portanto, resumindo o que foi dito, podemos informar:

1) — Nossa viagem para a Bahia foi feita em julho, época em que é impossível a coleta de grandes quantidades de sementes de Dendê. A melhor época seria de janeiro a março.

2) — Level o adiantamento de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) fornecido pelas Plantações Ford, a maior parte dessa importância ainda não foi gasta e servirá para custear a compra de sementes na época própria.

3) — O agrônomo Carlos Lobão Muniz de Souza, do Fomento Agrícola Federal em Valença, comprometeu-se a ir adquirindo, a começar nos próximos cortes (colheitas), as sementes de Dendê, de endocarpo delgado, que, naquela localidade, é conhecida por Dendê caroço mole. Ficou com um adiantamento de Cr\$ 1.100,00 (mil e cem cruzeiros) e conforme venha a precisar de mais dinheiro, comunicar-se-á com o I.A.N. Poderá conseguir cinco toneladas de semente desejadas ou mesmo maior quantidade se for necessário. Pode-se, com segurança, estimar o preço de aquisição das sementes em Cr\$ 3,00 (três cruzeiros) por quilo e admitir a existência de 120 frutos por quilo.

As sementes de Valença serão despachadas, em caixas de madeira, pelo agrônomo Lobão, endereçadas à Seção do Fomento Agrícola em Salvador e dali redistribuídas para Belém, com fretes a cobrar. Todas as despesas serão custeadas pelo I. A. N.

Variedades de dendê da Bahia

Designados pela Diretoria do Instituto Agronômico do Norte, durante um mês percorremos as regiões mais produtoras de Dendê, da Bahia, com a finalidade de trazer material de propagação das diversas variedades ali existentes dessa planta, para início de trabalhos com sua cultura.

A palmeira Dendê, *Elais guineensis* L. não é planta nativa do Brasil, mas aqui foi, há muito tempo, introduzida e aclimatada, encontrando-se hoje sob forma espontânea mesmo em mata, principalmente na Bahia. Produzindo um óleo muito utilizado na África, deve ter sido, com toda certeza, introduzida de lá com os pretos, na época da escravidão.

O Dendê do Pará, ou "Caiaué", nativo da Amazônia até a América Central, está, aparentemente colocado em outro gênero — "Corozo oleífera" (H.B.K.) Bailey — (*Elais melanococa* Gaert. — *Alfonsia oleífera* H.B.K.).

Tivemos ocasião de, no curto prazo de um mês, encontrar na Bahia quase todas as variedades e formas da palmeira dendê e citadas para a África, conforme consta de um detalhado estudo apresentado por A. Chevalier, Palmier a Huile, em *Les Végétaux Utilisés de l'Afrique Tropicale Française*, Fasc. VII. 1.ª Parte, Julho de 1910, Paris.

Chevalier dividiu a espécie *Elais guineensis* L. em duas subespécies (*nigrescens* e *virescens*) e estas em diversas variedades e formas. As diferenças que separam estas diferenças que separam estas divisões, principalmente relacionadas com coloração e tamanho do fruto, são bastante pequenas e variáveis e com mais propriedade, poderiam ser consideradas como variedades hortícolas, porque em se tratando de plantas cultivadas e que mais sofrem a influência do homem, é comum o aparecimento de formas que dificilmente podem ser tratadas sob o ponto de vista da sistemática botânica propriamente dita. Assim, é, por exemplo, o caso dos diferentes tipos que se podiam encontrar entre as laranjas ou outra fruta qualquer. Todavia, o citado de Chevalier nós foi de muita utilidade e por ele podemos constatar que a maioria das formas africanas de Dendê estão representadas na Bahia e, para uma melhor compreensão, trazemos abaixo uma chave apresen-

tada por esse autor para a sua identificação (o.c.p. 65):

1.ª — Frutos pretos antes da maturidade, pelo menos na extremidade. subsp. *nigrescens*.
2.ª — Folhas longas: de 3-5 m, 100 folíolos livres. Frutos maduros, ou novos com polpa espessa, com mais de 1 mm: — 3.

3.ª — Frutos de tamanho médio pesando comumente — 3-10 gr. 5;
5.ª — Fruto inteiramente vermelho na maturidade ou com uma pequena aureola preta ou castanha na extremidade — var. *comunis*.
6.ª — Espadices androgynos — fma. *androgyna*.

6b. — Planta dioica — fma. *dioica*.
6c. — Tronco ramificado ... fma. *racemosa*.

5b. — Fruto preto na maturidade, na parte superior vermelho para a base. var. *semper nigra*.

7.ª — Frutos grandes, muito pesados, 10-15 gr. alguns chegando a 18-20 gr. var. *marocarpa*.

3b. — Todos os endocarpos, reduzidos a um feixe de fibras que se destacam facilmente. Todas as amêndoas paradas com um ervilha — var. *pisifera*.

3c. — Uma parte dos frutos em cada cacho com caroço duro, grosso e normal, os outros de caroço (endocarpo) reduzido a fibras não contendo amêndoas ou com algumas amêndoas como ervilha — var. *ceredra*.

2b. — Folha de 3-5 m., 100-150 folíolos, a maior parte soldados entre si. Frutos maduros ou novos com polpa de 1-3 mm. de espessura — var. *idolatria*.

2c. — Folhas de 5-8 m., com 150-200 folíolos livres. Frutos maduros ou novos, grossos, mas com a polpa de 1 mm. de espessura — var. *macrophylla*.

1b. — Fruto verde antes da maturação, ao menos na extremidade, inteiramente vermelhos depois — subsp. *virescens*.

7.ª — Folha de 3-5 m., com 100-150 folíolos livres — 8;

8.ª — todos os endocarpos duros — 9.
9.ª — Frutos pouco numerosos, grossos, muito ventricosos e arredondados — var. *repanda*.

9.ª — Frutos numerosos, oblongos ou ovóides, atenuados na base — var. *intermedia*.

8b. — Nozes reduzidas a um feixe de fibras ou com endocarpo muito delgado — var. *gracillux*.

7b. — Folhas de 3-5 m., folíolos, na maior parte, soldados entre si — var. *spectabilis*.

Os principais nomes vulgares corretos para designar as variedades de Dendê da Bahia, comumente relacionados com a cor do fruto, são: Criolo (fruto preto) Caboco (fruto roxo), quase preto, e Periquito (fruto verde quando quase maduro; depois de bem maduro alaranjado ou avermelhado ou continuando sempre verde).

Qualquer destas variedades ainda são subdivididas em Sombra (com endocarpo muito delgado, com menos de 2,5 mm., de espessura, algumas vezes tão fino que pode ser quebrado nos dentes) e Caroço de Quiabo (endocarpo com a camada lenhosa não diferenciada, ausente ou reduzida a um feixe de fibras que podem ser destacadas). A variedade Periquito, de frutos verdes que continuam com esta cor mesmo depois de bem maduros, é conhecida alguns lugares por Dendê das Almas. Também os frutos maiores e mais arredondados ou globosos são algumas vezes designados por Assu (como Criolo Assu) a opasso ou os frutos menores e mais alongados, com a base mais estreitada, são chamados Mirim.

Levando-se em consideração a espessura do endocarpo (parte dura, lenhosa), os dendês da África, para efeito industrial, têm sido classifica-

Macrocarpa — Endocarpo com espessura de 4-8 mm.

Dura — Endocarpo com espessura de 2-4,5 mm.

Tenera — Endocarpo com espessura de 0,5-2,5 mm.

Pisifera — Endocarpo mole (sem a camada lenhosa).

Os termos acima têm, portanto correspondente entre nós. Macrocarpa corresponde ao nosso Caboco; Criolo ou Periquito, de endocarpo muito espesso; Dura, aos de endocarpo menos espesso; Tenera, a endocarpo bem delgado e Pisifera ao nosso Caroço de Quiabo.

Notamos também que uma palmeira produz frutos de um só desses tipos, sendo isto um caráter que deve ser considerado em primeiro plano no trabalho de seleção, porque a parte lenhosa além de dificultar o trabalho industrial por ser dura de quebrar, constitui matéria inerte que se tende a desprezar. Assim é que as palmeiras que produzem sempre frutos do tipo "Sombra" ou "Caroço de Quiabo" são bem conhecidas pelos sertanejos.

As palmeiras Caroço de Quiabo são bastante raras, e em todo o tempo que passamos na Bahia só encontramos sete exemplares delas. Os habitantes da região dizem que as suas sementes (aparentemente normais, semelhante a uma ervilha, mas sem a proteção lenhosa) não germinam e talvez tenham, até certo ponto, razão porque a semente desprotegida pode ser facilmente estragada por agentes externos ou mesmo pela fermentação da polpa. Se este for o caso, a propagação da variedade estará condicionada a hibridação (pólen de "Caroço de Quiabo"), e posterior dissociação. No entanto, nos laboratórios no I.A.N., sementes por nós trazidas germinaram em estufa a 38° C. com muita rapidez, cerca de uma semana, ao passo que os frutos das outras variedades plantadas levam normalmente meses para germinar. Infelizmente as platinhas não se desenvolveram porque fomos obrigados a viajar, sendo o grande desenvolvimento de fungos nas sementes responsável por este insucesso.

Os colhedores dos frutos de Dendê usam para trepar na palmeira um aparelho leve e muito prático que consta de duas cordas que enlaçam o tronco prendendo numa delas um dos pés e na outra a coxa da outra perna, vão se firmando numa e suspendendo a outra corda alternadamente. Estas cordas são feitas com a casca do raque da folha de Dendê servindo para isto somente as folhas que dão fibras mais flexíveis e que não se partem quando torcidas, as quais tiradas justamente das palmeiras do tipo Sombra ou Caroço de Quiabo, conforme observaram os sertanejos. Dizem eles que as palmeiras desses dois tipos domes ser reconhecidas de longe porque o raque sendo menos rijo, o peciolo normalmente verga-se com o peso da folha.

Nalguns indivíduos são raramente encontradas flores masculinas e femininas no mesmo cacho e, também, casos muito raros aparecem de palmeiras com o estipe ramificado, com duas copas. Nalguns cachos com frutos normais aparecem alguns frutos menores, com sementes pequenas ou atrofiadas e sem endocarpo duro sendo estes frutos anormais chamados vulgarmente cafunê. Tudo isto aliás, como foi visto, já observado por Chevalier (cf. var. *communis* fma. *androgyna* e fma. *dioica* e var. *ceredra*).

O tipo "Tenera", que corresponde ao nosso "Sombra" é o mais indicado para o aproveitamento industrial por causa dos frutos grandes e cachos (endocarpo) delgado. Os frutos deste tipo (como no outro) ainda podem ser separados em duas classes — num predomina a polpa e noutros a amêndoa (sementes). A polpa produz o conhecido "azeite de Dendê" de co-

loração bem amarelada, enquanto a amêndoa produz o óleo de palmiste, muito utilizado em caboarias, ambos de alto valor comercial.

Uma interessante conclusão podemos tirar de bibliografia consultada sobre o assunto: Nalgumas regiões da África (Bengala), o tipo Tenera é conhecido vulgarmente por "Lisombe" ou "Esombe" (E. Leplae, Le Palmier et Huile en Afrique pag. 97, 1939, Bruxelas), termos que, por semelhança, devem ter dado em português origem à palavra "Sombra" que, na Bahia, também corresponde a "Tenera".

Ultimamente a Companhia Lever tem-se interessado pela cultura de Dendê no Brasil, onde a palmeira se acha perfeitamente aclimatada. É possível que a planta ainda venha a desempenhar um papel importante na economia nacional ou da Amazônia em particular, para o que o nosso *Catálogo* poderá também trazer a sua contribuição.

De trabalho racional sobre a cultura do Dendê da Bahia, como possivelmente em qualquer outra parte do Brasil, nada existe. Palmeiras ali se encontram em número até bastante elevado mas em estado de abandono, dando impressão de que as plantas ali são nativas porque não obedecem alinhamento ou qualquer ordem que indiquem intervenção do homem. As plantas mais novas produzem cachos rentes ao chão, mas as de idade avançada chegam a mais de 20 metros de altura e nalguns lugares encontram-se em estado semi-selvagem, em plena mata, o que indica ter sido a espécie ali introduzida há muitos anos. O urubú, é conhecido como o principal ou um dos principais disseminadores do Dendê.

Na Bahia, além de análises químicas de frutos, nada foi feito sobre o Dendê. O Instituto Agrônomico do Norte está iniciando trabalhos sobre este assunto, para o que trouxemos da Bahia sementes das variedades ali existentes, principalmente da variedade de Sombra, bem como uma planta viva, em produção, da variedade "Caroço de Quiabo" (Pisifera) que irá produzir pólen para os cruzamentos.

Os municípios habianos que possuem maior quantidade de palmeira Dendê são principalmente Itaparica, Valença, Taperoá e Camamu. — João Murça Pires — Chefe da Seção de Botânica do I.A.N.

C.N.E.P.A. — Serviço Nacional de Pesquisas Agrônomicas — Instituto Agrônomico do Norte.

Belém, P.A.

S.Q. 76-55.

Em: 11 de outubro de 1955.

Do: Resp. pela Seção de Química.

Ao: Sr. Diretor do I.A.N.

Assunto: Remessa de trabalhos sobre Dendê.

Anexo: o original e 3 cópias.

Senhor Diretor:

Atendendo à solicitação verbal de V.S., pelo presente passo às vossas mãos cópias de trabalhos sobre Dendê, executados pelos Srs. Gerson P. Pinto e R.F.A. Altman, em 1949 e 1955 respectivamente, e devidamente conferidos, constantes dos arquivos desta Seção.

Sem outro assunto, subscrevo-me atentamente. — Hilkiás B. de Souza — Resp. pela S.Q.

C.N.E.P.A. — Serviço Nacional de Pesquisas Agrônomicas — Instituto Agrônomico do Norte

S.Q. 24-55 —

Belém, PA.

Em: 23 de março de 1955.

Do: Chefe da Seção de Química

Ao: Sr. Chefe da Seção de Melhoramentos de Plantas.

Assunto: — Resultados de análise.

Prezado Senhor:

Em resposta à vossa solicitação de 23 de dezembro p. p. passo às vossas mãos o resultado da análise pro-

cedida por esta Seção, em um cacho de F 1 do gênero Elaeis:

O fruto é constituído de: 90,02% de polpa; 7,71 de caroço; 2,30% de perianto.

A polpa contém, calculado sobre a substância seca: 82,02% de graxas, i.é., 73% sobre o fruto inteiro.

Este óleo contém 1,07% de insaponificáveis (caroteno, outras matérias corantes, esteróis, etc.).

Sem outro assunto, subscrevo-me atentamente.

a) R. F. A. Altman — Chefe da S. Q.

Confere com o original: — (a) Olga Queiroz, Datilógrafa.

VISTO: — Hilkiás Bernardo de Souza — Respondendo pela S. Q. do LAN.

C. N. E. P. A. — Serviço Nacional de Pesquisas Agrônomicas. Instituto Agrônomico do Norte

S. Q. 92/49 -

Belém — PA.

Em: 4 de agosto de 1949

Do: Assistente Gerson P. Pinto.

Ao: Sr. Diretor do I. A. N.

Assunto: Resultados de análise para a Lever Brothers.

Prezado Sr. Diretor:

Atendendo ao vosso despacho no Processo IAN 2.142, de 1949, referindo-se às análises de frutos de Dendê e Inajá, comunicamos que foram obtidos os resultados que são relatados adiante.

Recebemos, em dois sacos, as amostras em apreço, acompanhadas das etiquetas, com os seguintes dizeres:

Dendê

Produto: — Dendê

Local colhido: — Santa Izabel.

Município: — Santa Izabel

Estado: — Pará

Data: — 7 de agosto de 1949

Inajá

Produto: — Inajá

Local colhido: — Estrada Bragança.

Município: — Tracuateua

Estado: — Pará

Data: — 7 de julho de 1949

(Observações: — Os dados analíticos abaixo mencionados referem-se às amostras enviadas).

Resultados analíticos do Dendê

Peso máximo (por fruto) — 24,7 gr.

Peso médio (por fruto) — 15,7 gr.

Peso mínimo (por fruto) — 7,0 gr.

Composição e peso médio dos frutos:

grs. Por cento

Polpa 6,6 62,2%

Casca 6,7 42,7%

Amêndoa 2,4 15,3%

15,7 100,0%

Composição e peso médio dos frutos secos:

grs. Por cento

Polpa 4,8 37,5%

Casca 6,0 46,9%

Amêndoa 2,0 15,6%

12,8 100,0%

Unidade (+) média dos frutos: —

18,5%

Óleo na polpa (seca — 73,5% (extraído com éter de petróleo):

Óleo na amêndoa (seca) — 30,7% — (extraído com éter de petróleo):

Óleo no fruto total (seco) 32,4%:

Óleo no fruto total (úmido) — 26,4%

Resultados analíticos do Inajá

Peso máximo (por fruto) — 20,4

Peso médio (por fruto) — 20,4

Peso mínimo (por fruto) — 14,5

Composição e peso médio dos frutos úmidos:

grs. Por cento

Casca externa 4,60

Polpa 5,23

Casca da semente 9,60

Amêndoa 1,60

20,43

Composição percentual média dos frutos úmidos:	
Casca externa	22,5%
Polpa	25,5%
Casca da semente	44,2%
Amêndoa	7,8%
Óleo na polpa (seca)	49,5%
(extraído com éter de petróleo)	
Óleo de amêndoa (seca)	47,2%
(extraído com éter de petróleo)	

Como salientamos no decorrer da exposição dos dados, os valores para as quantidades de óleos foram achados por meio de extração do material respectivo com éter de petróleo.

O valor para o peso médio dos frutos de Dendê, em estado natural foi achado menor que o resultante da análise dos frutos da árvore 1-A, do quilômetro 18 da Estrada de Ferro Bragança. Outrossim, na composição centesimal imediata, o valor encontrado para a polpa foi inferior ao mes-

mo da árvore 1-A enquanto que o teor percentual em amêndoas é maior que o da mesma árvore em referência.

O peso dos frutos úmidos foi menor e o dos frutos em estado seco foi encontrado igual (praticamente) ao dos frutos da árvore referida.

Quanto aos resultados analíticos do Inajá, achamos o peso dos frutos "per capita" superior ao citado na literatura com o peso médio; também encontramos maior teor em óleo na polpa, que o achado nas referências da literatura regional (+/+)

Sendo tudo para o momento, aproveitamos o ensejo para apresentar a V. S. nossos elevados protestos de consideração — (a) Gerson P. Pinto, (+/+) Pesce, Celestino — "Oleaginosas da Assistente da S. Química Amazônia".

(+) Sempre que anotamos "umidade" queremos nos referir à umidade natural acrescida da água de constituição celular.

C. N. E. P. A. — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas

INSTITUTO AGRONÔMICO DO NORTE

BELEM — PA.

Em: 13 de setembro de 1949

Do: Assistente Gerson Pereira Pinto

Ao: Sr. Chefe da Seção de Química

Assunto: Resultados de análises procedidas de dendê.

Prezado Sr. Chefe:

Passo às vossas mãos os resultados de análises procedidas em frutos de dendê do Pará — Elaeis melanococa, enviados a esta Seção, pelo Doutor Felisberto de Camargo e procedente dos arredores de Manaus.

Os frutos em referência foram colhidos pelo Sr. R. Fróes.

Eis os resultados analíticos:

Peso médio	7,8
Peso máximo	11,9
Peso mínimo	2,4
Composição dos frutos: Procedemos à separação das partes componentes dos frutos, considerando apenas a massa fibrosa externa (polpa), a parte lenhosa da semente (casca) e a amêndoa interna.	

UMIDOS

Polpa	2,84	36,4
Casca int.	3,86	49,5
	5,80	100,0

SECOS

Polpa	2,05	32,6
Casca int.	3,44	54,8
Amêndoa	0,80	12,6
	6,29	100,0

Determinamos o teor em óleo (extrato com éter de petróleo) na polpa e amêndoa.

Óleo na polpa	39,3% (s/substância seca)
Óleo na amêndoa	20,8% (s/substância seca)

Em seguida expomos os resultados de análise de dendês (Elaeis guineensis) por nós efetuadas.

ARVORE 1-A — DENDÊ COLHIDO EM STA. IZABEL

Peso médio (úmido)	gr. 19,3	gr. 15,7
Peso médio (seco)	12,5	12,8
Polpa (úmida)	8,5	FF
Polpa (seca)	5,3	4,8
Amêndoa (úmida)	2,3	2,4
Amêndoa (seca)	1,5	2,0
Umidade (média)	35,2	18,5
Óleo (polpa seca)	69,9	73,5
Óleo (amêndoa seca)	33,6	30,7

Peso médio: O peso médio (úmido) do dendê do Pará, analisado é aproximadamente 45% do peso médio úmido encontrado para os dendês africanos acima relatados. No estado seco atinge a 50%.

Polpa: Em estado úmido é cerca de 38% da polpa dos dendês africanos analisados; no estado seco é cerca de 42% daquela.

Amêndoa: Em estado úmido é de aproximadamente 46% e em estado seco de 45%.

Óleo na polpa (seca: — Tem o teor cerca de 55% em relação ao óleo das amêndoas dos dendês africanos analisados.

Proporcionalmente, temos, pela comparação da composição percentual:

ESTADO UMIDO

Polpa	36,4	44	42
Polpa	14,1	12	15,3

ESTADO SECO

Polpa	32,6	42,4	37,5
Amêndoa	12,6	12,0	15,6

Proporcionalmente, também existe inferioridade do Dendê do Pará, que se apresenta com maior porcentagem de "casca" da amêndoa, justa-

mente o material indesejável sob o ponto de vista do aproveitamento dos óleos.

Como podemos constatar, de um modo geral as amostras de dendê Elaeis melanococa são inferiores às do seu congêner africano, tanto em relação aos componentes do fruto (polpa), amêndoa, etc.) como em relação ao teor em óleos, com relevo o da polpa. Eis um fator de grande destaque em se tratando da fitogenética.

Sendo tudo para o momento, subscrevo-me atenciosamente

Gerson P. Pinto, Assistente da S. Q. — Confere com o original: — Olga Queiroz, Datilógrafo. — Visto: Húlkias Bernardo de Souza, Resp. pela S. Q. do I. A. N.

C. N. E. P. A. — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas

INSTITUTO AGRONÔMICO DO NORTE

BELEM — PA.

Rel. 6

Em: Em 22 de março de 1949

Do: Sr. Gerson P. Pinto

Ao: Sr. Chefe da Seção de Química

Assunto: Trabalhos executados com frutos de dendê.

Prezado Sr. Chefe:

Acham-se transcritos, em seguida, os resultados das determinações efetuadas na amostra representativa da árvore 1-A (Dendê).

Iniciamos o estudo dos frutos da mesma, visando à comparação entre indivíduos daquela palmeira, plantados na Seção Experimental do Fomento Agrícola Federal, no quilômetro 18 da Estrada Belém-Bragança.

Recebemos 56 frutos em bom estado: os restantes estavam deteriorados. Os 56 frutos pesaram 1.081 grs. seja peso "per capita" de 19,3 gr. Este peso refere-se ao material úmido, com cerca de 35,2% de água de constituição celular, acrescida da umidade natural.

Os frutos sofreram, em seguida, a separação da polpa fibrosa, e as sementes foram pesadas novamente: peso das sementes colhidas igual a 10,8 grs.

Em seguida, foi executada a separação entre a casca e a amêndoa: pesadas em separado, encontramos os valores de 8,5 grs. para a casca e 2,3 grs. para a amêndoa oleosa.

Resultado daí a seguinte composição por fruto nas condições de análise:

Polpa	grs. 8,5
Casca	8,5
Amêndoa	2,3

Fruto

Determinadas as unidades em separado (quando escrevemos umidade, queremos tornar a frisar que nos referimos à água de constituição celular acrescida da umidade natural), encontramos os seguintes valores:

Polpa	38,1
Semente	33,0

Descontando-se dos dados (A) os valores achados para a umidade e fazendo-se o cálculo proporcionalmente, teremos para a composição dos frutos secos:

Polpa = 5,3
Casca = 5,7
Amêndoas = 1,5
Fruto = 12,5

As determinações efetuadas, conforme consta no prático anexo, forneceram os resultados seguintes:

éter de petr.	éter sulf.
Óleo na amêndoa seca 33,6%	35,2%
Óleo na polpa seca 69,9%	65,4%

Todavia, pelo valor do q. (1) temos como solvente mais eficiente o éter de petróleo. Tomamos então os seus dados como os mais aproximados da realidade.

Temos, então, em última análise: Óleo na polpa seca 69,9%

Óleo na amêndoa seca 33,6%

Pela análise vista dos frutos desta árvore, calculamos o teor em óleo no material úmido:

Óleo na polpa úmida	43,4%
Óleo na amêndoa úmida	30,8%
Atada, pela mesma análise, o fruto inteiro pode fornecer:	
Óleo no fruto úmido	22,8%
Óleo no fruto seco	25,2%

Assim, 100 frutos nas condições desta análise, poderão fornecer 228 gramas de óleo. Portanto, 1.000 frutos fornecerão apenas cerca de 2,3 quilogramas de óleo.

Supondo uma produção de 250 frutos cacho (valor bem abaixo da média) necessitam-se de 1.750 cachos (pelos dados acima) para a produção de 1 tonelada de óleo, sendo 830 quilos do chamado óleo palma e 270 quilos de palmito: supondo-se uma extração com 100% de acurácia.

Todavia, achamos o peso médio dos frutos verdes por nós determinado, muito superior ao peso médio dos frutos anteriormente encontrados nesta Seção, que oscilava entre 11 e 12 gramas para o fruto úmido e 9 a 10 gramas para o fruto seco: achamos, portanto, que os frutos analisados tinham desenvolvimento acima da média comum.

Assim, o valor do extrato total seco é um valor teórico e nunca obtido na prática: contudo, o valor prático oscila (dependente da eficiência do solvente empregado), no entorno de 5% daquele.

$$y = \frac{x \cdot S}{s + q \cdot S}$$

Sem outro assunto, subscrevo-me
atenciosamente

a) Gerson P. Pinto.

tax: $Ry = k + q Rx$ sendo Ry e
 Rx os números recíprocos respec-
tivos.

(1) As equações constantes do grá-
fico anexo, estão sob a forma de re-

(2) Em anexo se encontra um
gráfico sobre as anotações.

DENDÊ CAIAUE

Local da colheita: Santo Antônio

(Correspondente ao perfil 14).

Peso médio 4,45.

Peso de 30 frutos	133,5
Peso de 30 endocarpos	76,2
Peso de 30 amêndoas	12,2
Peso de 30 polpas	53,1
Umidade:	
Amêndoa — 14,80 % ..	
Polpa — 14,76 % ..	
Casca — 11,33 % ..	

22 de junho de 1949.

Índice de Refração dos extratos de Dendê:

Solvente	Polpa	Amêndoa
Eter sulfúrico	1,4608	1,4513
Eter de petróleo	1,4614	1,4520
Acetona	1,4607	1,4608
Clorofórmio	1,4629	1,4523
Tetracloro	1,4644	1,4515
Benzina	1,4644	1,4534
Bzono	1,4631	
Alcool butílico	1,4638	
Visulfeto de C.	1,4665	

Extraído do Protocolo do Sr. Gerson P. Pinto — Livro n.º 2.

Confere com o original: a) Olga Queiroz — Datilógrafa. — Visto: a)

Hilkias B. de Souza — Resp. pela S. Q.

C.N.E.P.A. — Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas

INSTITUTO AGRONÔMICO DO NORTE

S. Q. 25-55 — Belém, PA.

Em: 29 de março de 1955.

Do: Chefe da S. P.

Ao: Chefe da S. M. P.

Assunto: Apresenta resultado da extração do óleo da polpa do dendê.

Prezado senhor:

Levamos ao vosso conhecimento os resultados da extração do óleo da
polpa do dendê, solicitada por vossa Secção à S. Q.

Umidade	14,7 %
Óleo (extração c/clorofórmio)	66,82 %

Sem outro assunto, no momento, subscrevo-me

Atenciosamente,

a) Dr. R. F. A. Alteman — Chefe da S. Q.

Confere com o original: a) Olga Queiroz — Datilógrafa. — Visto: a)

Hilkias Benardo de Souza — Resp. pela S. Q. do IAN.

Árvores do quilômetro 18 (Amostra geral,

	Am. 1	Am. 2	Am. 3
Peso do cacho	5,08 kg	4,6 kg	5,0 kg
Número de frutos (bons)	273	226	293
Peso "per capita" (média)	12,0 gr	12 gr	11,0 gr
Peso de 1 semente (média)	6,1 gr	6,2 gr	5,9 gr
Peso de 1 amêndoa	1,3 gr	1,4 gr	1,4 gr

Composição centesimal (sobre matéria seca)

	Am. 1	Am. 2	Am. 3
Polpa	40,2	46,9	46,0
Casca	46,8	40,6	41,2
Amêndoa	13,0	12,5	13,0

Composição centesimal média (fruto úmido)

Peso médio do fruto	12,5 gr
Casca	44 %
Amêndoa	12 %

Confere com o original: a) Olga Queiroz — Datilógrafa. — Visto: a)

Hilkias Benardo de Souza — Resp. pela S. Q. do IAN.

DOCUMENTO N.º 9

Extração das informações prestadas
pelo Diretor do Serviço Nacional de
Pesquisas Agronômicas do Ministério
da Agricultura, agrônomo Felisberto
Cardoso de Camargo, sobre o Reque-
rimento número 250, de 1955, apresen-
tado pelo Senhor Senador Vivaço Li-
ma.

Quesito a):

"a situação em que se encontra a
cultura do dendzeiro";

A cultura do dendzeiro no país,
ainda hoje, se encontra em estado
incipiente.

Inicialmente o dendzeiro foi intro-
duzido no Estado da Bahia pelos es-
cravos provenientes da África, que
consigo tronxeram clandestinamente
as primeiras sementes.

A propagação foi se fazendo na Ba-
hia, formando-se aqui e ali grupos de
palmeiras propagadas pelos próprios
escravos, pelos urubus que espalharam
sementes através da floresta e, final-
mente, por pequenos agricultores que,
pouco a pouco, se foram interessan-
do pela produção e comércio do azeite
de dendê.

Grças à influência africana, o
azeite de dendê entrou na arte culi-
nária da Bahia, o que concorreu
para incentivar as pequenas planta-
ções do dendzeiro.

Com o desenvolvimento da siderúr-
gica no país, com especial referência
à produção da "folha de Flandras",
abriu-se um campo vasto para pro-
dução do azeite de dendê, e as deque-
nas plantações feitas na Bahia, para
fins culinários, passaram a ter um
papel especial para fins industriais.

O Estado da Bahia, que contribui
com 99% da produção comercial de
azeite de dendê, forneceu aos estados
do sul, nos anos de 1949 — 1950 —
1951 — 1952 e 1953, respectivamente,
as seguintes quantidades de azeite de
dendê: — 1.253 — 921 — 653 — 813
e 1.280 toneladas.

Essa produção é, todavia, insignifi-
cante, em face do comércio interna-
cional e das aplicações que a própria
indústria nacional pode oferecer den-
tro do país.

A exportação dos três principais
centros de produção do azeite de den-
dê no mundo, nestes últimos anos, foi
a seguinte:

Toneladas	ANOS		
	1938	1953	1954
Nigéria	114.000	204.000	130.000
Congo Belga	70.500	134.000	140.000
Indonésia	221.000	132.000	120.000
Diversos países	92.000	86.000	60.000

(Dados do "Monthly Bulletin, F. A. O., número 3 1955)

Assim, enquanto a Nigéria, o Congo
e a Indonésia exportaram 471.000 to-
neladas de óleo de dendê em 1953 e
500.000 em 1954, o Brasil produziu
800 toneladas em 1952 e 1.200 em
1953.

A atual produção do óleo de dendê
nacional representa, apenas, 2 por mil
da exportação que realizam a Nigéria,
o Congo Belga e a Indonésia.

A capacidade mundial de importa-
ção do óleo de dendê para fins indus-
triais monta, atualmente, em 600.000
toneladas, das quais a Europa absorve
500.000.

Dentro do país, a produção é insig-
nificante para atender às necessida-
des mínimas industriais do presente,
pois a nossa importação de óleo de
dendê, nestes últimos anos, foi a se-
guinte:

Anos	1938	1950	1951	1952	1953
Toneladas	23	434	320	370	573

(Dados extraídos do "Yearbook Trade", F. A. O., — 1954)

Na indústria nacional, além do em-
prêgo específico nas diversas aplica-
ções relacionadas com a siderúrgica, o óleo
de dendê tem um futuro extraordiná-
rio na fabricação de sabões finos.

A indústria brasileira de sabões está
potencialmente capacitada para consu-
mir mais de 20.000 toneladas de óleo
na fabricação de seus produtos.

A indústria nacional de sabões po-
derá absorver, dentro de 5 anos, mil-
ta mil toneladas de óleo de dendê, re-
servando-se, no país, a produção ex-

O óleo de dendê, proveniente de
culturas convenientemente organiza-
das, bem refinado, poderá vir a suprir
o déficit nacional de gorduras para
alimentação humana, que monta
atualmente em mais de 300.000 ton-
eladas, tomando-se a base de 18 quilos
de gordura "visíveis" por homem e
por ano.

Considerando que o valor internacional do óleo de dendê a granel, para o ano de 1954, foi de 216 dólares por tonelada, P. O. B. Congo Belga, pode-se prever para o Brasil uma extraordinária possibilidade de exportação futura.

Um hectare de palmeira de dendê, do tipo comercial, produz duas toneladas e meia de óleo de polpa, o que corresponde a uma renda bruta, para exportação, no valor de USA \$549,99 por hectare ou mais de trinta mil cruzeiros por hectare (dólar a Cr\$ 60,00).

Uma exportação de 200.000 toneladas de óleo de dendê da Amazônia e Maranhão para a Europa e Estados Unidos da América, poderá dar à região norte do país riqueza no valor de 2,5 bilhões de cruzeiros por ano. Além de ser exportada anualmente toda essa riqueza, ficaria na região quantidade abundante e barata de torta para alimentação do gado leiteiro e para o desenvolvimento da criação de pequenos animais.

Em resumo, a situação do dendê é a seguinte:

1) Produzimos, em 1953, a insignificante quantidade de 1.200 toneladas de óleo.

2) Estamos importando, nestes últimos anos, 500 toneladas de óleo de dendê.

3) No mercado internacional, a importação de dendê se elevou a perto de 600.000 toneladas em 1954.

4) A indústria nacional de siderurgia e de fabricação de sabões pode absorver, facilmente, 5.000 toneladas de óleo de dendê.

5) As possibilidades de exportação são fantásticas para o futuro, tendo-se, em vista o alto rendimento por hectare, que se pode obter com o cultivo de sementes de alto valor genético, cuja produção poderá ser realizada pelos Institutos Agronômicos do Norte, do Nordeste e do Leste.

Questão b):
"As dotações concedidas, nesses últimos quatro anos, pelo Congresso Nacional para o desenvolvimento dessa cultura e aplicações dessas dotações".

Até 1954, o Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas e seus Institutos Agronômicos regionais não pleitearam e não contaram com verba específica, destinada a promover trabalho de qualquer natureza com a cultura do dendê.

Anteriormente a 1954, os estudos e trabalhos sobre dendê foram realizados às expensas de dotações globais de que eram destacadas pequenas cotas destinadas ao Instituto Agronômico do Norte.

Sómente após o desenvolvimento do trabalho realizado, pelo Instituto Agronômico do Norte, em favor da cultura do dendê, com a plantação de sementes de material genético de alto valor, recebido do Congo Belga, por iniciativa do atual Diretor do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, foram pleiteadas e obtidas as primeiras verbas especiais destinadas a promover, em três Institutos regionais, pesquisas e trabalhos para produção de sementes de dendê, a fim de formar culturas econômicas.

O agrônomo Felisberto C. Camargo, que promoveu o início dos trabalhos com dendê na Amazônia, é também seu iniciador, no corrente exercício, nos Institutos Agronômicos do Leste e Nordeste, com verbas especiais, a fim de desenvolver um programa nacional de trabalhos agronômicos sobre dendê, abrangendo um maior número de estados da União.

A primeira quadra de palmeiras de dendê, com cerca de 1.800 plantas, sementes em 1951, provenientes da África, que se acham no início da frutificação, formada no Instituto Agronômico do Norte por iniciativa de F. C. Camargo, deverá dar sementes de alto valor para instalação de novos jardins genéticos nos Estados do Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Sergipe, Alagoas e Pernambuco.

As palmeiras plantadas em Belém, de variedades autênticas do tipo "Pisifera", obtidas das sementes importadas da África, deverão fornecer pólen para produzir toneladas e toneladas de sementes do tipo "Tenere", em palmeiras comuns existentes na Bahia, a fim de atender às necessidades de sementes no referido Estado.

Para atender ao programa nacional formulado pelo Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas o Orçamento de 1955 inclui uma dotação global de cinco milhões de cruzeiros para ampliação e desenvolvimento da produção, da qual foi destacada a primeira cota para trabalhos de dendê.

O plano geral de economia do Governo Federal reduziu essa dotação para Cr\$ 4.400.000,00.

A cota de quinhentos mil cruzeiros para trabalhos com dendê, obedece ao seguinte critério de distribuição:

Instituto Agronômico do Norte — Cr\$ 100.000,00.

Instituto Agronômico do Nordeste — Cr\$ 100.000,00.

Instituto Agronômico do Leste — Cr\$ 300.000,00.

Cada um desses Institutos está executando o seu programa regional e vem recebendo as cotas trimestrais para seus trabalhos.

O Instituto Agronômico do Norte receberá, até dezembro próximo, sua quota de cem mil cruzeiros.

O principal trabalho do I.A.N. consiste em dar prosseguimento aos programas e projetos traçados para a Estação Central de Belém, em 1948, a saber:

1) Estudar a produção individual de 1.800 plantas formadas com sementes provenientes da África.

2) Realizar cruzamentos entre as plantas formadas com sementes importadas, visando a produção de sementes para formação de novos "jardins de genética".

3) Continuar o trabalho de cruzamento interespecífico entre o dendê africano e o dendê americano, utilizando pólen do "P1" sobre flores de "Tenere", de origem africana, e pólen de "Pisifera" é de "Tenere", de origem africana, sobre flores femininas do "P1" (dendê africano o X dendê amazônico o), criado por Camargo e Addison em 1948.

4) Fornecedor pólen de "Pisifera" e de "Tenere", de origem africana, para o Instituto Agronômico do Leste.

5) Servir de primeiro centro de pesquisas para todos trabalhos com dendê no Brasil e auxiliar a formação do segundo centro na Bahia e de um terceiro centro no Estado do Amazonas.

Questão c):
"os relatórios apresentados pelo especialista americano do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos, com sede nesta capital, e entidade mantida pelos governos americano e brasileiro, original e tradução, sobre a cultura dessa palmeira e trabalhos experimentais realizados pelas instituições oficiais na Bahia e na Amazônia".

O ponto culminante dos relatórios em apêço que naturalmente foi levado ao conhecimento do ilustre Senador, é o seguinte:

"c. Horta Gustavo Dutra. Horta Gustavo Dutra is a substitution of IAN at which experiments are also being carried out with the dendê palm. It was visited in company with Dr. Coutinho, Prof. Ledoux, and the Secretary of Agriculture of Pará, Dr. Ceite.

The first dendê palms were planted here about 15 years ago by Dr. Felisberto C. de Camargo who thought they were *Elaeis melanococca*. The palms were planted in the form of a narrow avenue about a city block in length. Unfortunately, they were planted so close together that they were forced to grow abnormally tall for

their age. The trunks are narrow and the crowns conical rather than globular. The trees exhibit considerable sterility; fruit production is exceedingly poor, and such a planting would be commercially uneconomical. This is partly the result of improper spacing, partly because of inadequate soil fertility, and principally very poor seed stock. The trees now suffer from maltreatment in pruning due to ignorance of the cultural practices which need to be followed with this palm."

Ora, o Horta, hoje denominado "Gustavo Dutra", chamava-se, antigamente, "Campo Lyra Castro"; nunca pertence à rede do Instituto Agronômico do Norte, pois constitui parte da rede da Seção do Fomento Agrícola Federal, no Estado do Pará.

Deve, ainda, ser esclarecido que essas palmeiras de dendê foram plantadas no referido Horta, dois anos antes do agrônomo ter sido designado para dirigir o Instituto Agronômico do Norte.

As sementes que deram origem a essas palmeiras foram sementes pelo agrônomo do Fomento Agrícola Federal, Dr. Leopoldo Pena Teixeira, em canteiros situados ao lado da sede da extinta Escola de Agronomia do Pará.

Leopoldo Pena Teixeira plantou-as na suposição de que pertenciam à espécie *E. melanococca* Gaert., e não *malanococo*, como escreveu o técnico do Escritório de Agricultura Brasil-Estados Unidos.

Posteriormente, o agrônomo Cesar Calandrin Pinheiro transplantou as supostas mudas de *E. melanococca*, dos canteiros da Escola para o antigo Campo "Lyra Castro", hoje denominado Horta "Gustavo Dutra".

Em resumo:
O Horta "Gustavo Dutra" nunca esteve sob direção do Instituto Agronômico do Norte.

As sementes de dendê foram plantadas por Leopoldo Pena Teixeira e não por Felisberto Cardoso de Camargo.

As mudas foram transplantadas, dos canteiros da Escola de Agronomia para o referido Horta, pelo Engenheiro agrônomo Cesar Calandrin Pinheiro.

A correta identificação dessas plantas fez-se no I.A.N., como pertencendo à espécie comum africana, *E. guineensis*, e não à espécie *E. melanococca*, com a circunstância de ter utilizado pólen de uma das melhores plantas desse grupo de palmeiras para fecundar uma inflorescência de *E. melanococca*.

O agrônomo Camargo foi o primeiro técnico a constatar o equívoco inicial do colega Leopoldo Pena Teixeira e, decorridos mais de 12 anos, jamais teve qualquer comentário a esse respeito.

O equívoco do falecido agrônomo Pena Teixeira é compreensível e desculpável por isso que lidou com sementes e não com as plantas de dendê, sabido que é o fato das sementes de *Elaeis melanococca* são muito semelhantes às de *E. guineensis*.

O que não é lá muito desculpável é o fato que se deu com o técnico norte-americano Dr. Markley que se diz técnico em botânica e genética de dendê, passando ao lado de dezenas e dezenas de plantas híbridas (dendê X "caiaué"), criadas por Camargo e por George O'Neill Addison, sem perceber que essas plantas eram híbridas entre *E. melanococca* e *E. guineensis*.

A realidade porém, é que o Senhor Klare Karyley é, apenas, um bom especialista em tecnologia e em matéria de economia de óleos.

Questão e):
"o plano de trabalho que adotou o atual diretor do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas para a cultura do dendêzeiro na Amazônia e exploração extrativa do babaçu, quando diretor do Instituto Agronômico do Norte".

I — Melhoramento do dendê pelo cruzamento interespecífico entre *E.*

guineensis Jacq. o e *E. melanococca* Gaert. O

Há cerca de 7 anos, em 1948, o atual diretor do S.N.P.A., agrônomo F. C. Camargo, interessando-se especialmente pela cultura do dendê para a região amazônica e tomando conhecimento da existência no Museu Goeldi, em Belém, da espécie vizinha americana, *E. melanococca*, resolveu tentar a criação de híbridos entre a espécie amazônica e a africana.

Durante dois anos seguidos, acompanhou o aparecimento de inflorescências femininas na pequena palmeira de *E. melanococca*, plantada à direita de quem entra no Museu Goeldi, em Belém, Estado do Pará, sem, todavia, conseguir inflorescências masculinas dos outros indivíduos da mesma espécie botânica existentes no jardim do Museu.

Visitando, constantemente, as linhas de dendê africano do Horta "Gustavo Dutra" e conseguindo, em dada oportunidade, inflorescência feminina de *E. melanococca*, no Museu Goeldi, e inflorescência masculina de dendê africano, no Horta acima citado, sem ter encontrado inflorescência alguma de *E. melanococca* no jardim do Museu, resolveu fazer o primeiro cruzamento interespecífico.

Para realizar a fecundação destacou o técnico do I.A.N. George O'Neill Addison, e juntos fizeram a primeira hibridação:

Apesar de não haver, nas redondezas do Museu Goeldi, outras palmeiras com flores masculinas, tomou-se a precaução de proteger a inflorescência feminina, para evitar contaminação de pólen por insetos.

Atendendo a pedidos do exterior fornecemos sementes híbridas, então criadas, ao Governo da Libéria e ao Congo Belga, em permuta com material especial de *E. guineensis*.

Os objetivos desse projeto de cruzamento são os seguintes:

- 1) obter formas novas que apresentem adaptação a solos com um nível freático raso.
- 2) obter formas novas com frutos bem coloridos de vermelho, rivos em caroteno, para produzir uma boa torta destinada ao gado leiteiro.
- 3) Tentar obter plantas de pouca altura e de estipe grosso, para facilitar a colheita.
- 4) Procurar conseguir uma forma nova que reúna, de algum modo qualidades e vigor híbrido.

II — Introdução de variedades de formas de alto valor econômico criadas e melhoradas em serviços científicos existentes na África.

O agrônomo Camargo conseguiu sementes de diversas origens, inclusive um material de extraordinário valor que nos foi fornecido pela Companhia "Lever".

Das sementes provenientes do Congo Belga e Libéria, enviadas pela "Lever" e pela "Firestone", obtivemos o I.A.N. 1.800 plantas, atualmente em início de produção que representam uma riqueza extraordinária para a Amazônia, bem como para a Bahia e o Espírito Santo.

Esse material foi recebido pelo agrônomo George O'Neill Addison, que dele zelou e com ele montou o ensaio experimental a que se refere o Direto Interino do I.A.N. (questão d).

Os objetivos dessa importação eram 1) Propagar variedades que dão 2.500 a 2.800 quilos de óleo por hectare.

2) Dispor de plantas de origem comprovada, descendentes de "Pisifera" e de "Tenere", para produzir a sementes necessárias a fim de formar "jardins genéticos", para Manaus e Fonte Boa, no Amazonas; Monte Alegre, no Pará, bem como para atender aos Estados do Nordeste e Leste do país.

3) Dispor de material de valor para realização de novos projetos de genética, visando o melhoramento do dendê para a Amazônia e para Brasil.

4) Dispor de pólen de "tenera" "Pisifera", de origem conhecida, ra produção de sementes destinadas a plantações comerciais. O alto valor do material hoje existente em Belém, permitem ao atual reitor do S.N.P.A a obtenção de rbas para promover, em outros esdos do Brasil, o mesmo programa e traçou para o I.A.N em 1948. É seu desejo formar jardins de riedades de dendê, de alto valor comercial e alto valor para melhoraento, em todos os estados onde uver possibilidade para essa cultu-

A quadra de 1.800 palmeiras de ndê formada no I.A.N vai servir, imediatamente, para realização de tudos, por parte dos três Institutos gionais, a saber: Institutos Agroômicos do Norte, do Nordeste e do ste.

O I.A.N, com sede em Salvador, e I.A.N.E, com sede em Recife, já signaram agrônomo para acomanhar os trabalhos de fecundação ra produção de sementes, utilizando as 1.800 palmeiras de dendê de Belém.

Os dois Institutos acima citados io aproveitar o material criado pefecundação de plantas de origem tipo conhecido, para instalar, em ecife e em Salvador, quadras de atas matrizes, a fim de continuar obra de melhoramento do dendê para produção de sementes capazes dar origem a plantações comer-

ais.

Quando o I.A.N. dispuser de rsos para instalar uma estação ex-perimental nas proximidades de Maus, já terá mudas de dendê, filhas pais e mães conhecidas, para foração de cultura econômica, capa- de criar no Estado do Amazonas na grande riqueza.

A introdução e criação de variedades novas de plantas dotadas de alta ndimento, constituem um dos prin-pais objetivos dos Institutos Agroômicos Regionais do Serviço Na-cional de Pesquisas Agrônomicas.

Enquanto que, na Bahia, a intro-ução do dendê foi fruto da entrada andestina de sementes trazidas pes escravos e, posteriormente, disse-inadas pelos urubús, em Belém do ará as sementes de dendê foram re-bidas de organizações técnicas que spenderam dezenas de anos no elhoramento do tipo.

As 1.800 palmeiras de dendê de Be- que começaram a produzir em provêm da região que, em 1954, portou cerca de 370.000 toneladas esse óleo, enquanto que a Bahia, o aior produtor de dendê entre os tados brasileiros, produziu, em 53, apenas 1.300 toneladas.

Em 2 de agosto de 1955 o S.N.P.A cebeu da África mais cem quilos sementes de dendê, que lhe foram ecridas pela Companhia Firestone A. de suas plantações na Libéria, frica.

Com esse material o S.N.P.A vai ontar um ensaio experimental no tado do Amazonas, em colaboração m a Secção de Fomento Agrícola ederal em Manaus.

Formando-se coleções de matrizes de dendê em Belém, Alenquer, Fon- Boa e Manaus e em outros pontos colhidos na Amazônia, essa região oderá vir a ser o maior centro de odução de óleo de dendê do mundo. O atual diretor do S.N.P.A, após r deixado a diretoria do I.A.N, re-levou estender também o programa de dendê iniciado na Amazônia, aos tados do Nordeste até o Espírito anto, para o que solicitou a primei- verba especial para ampliar os abalhos em Belém e promover o ntrosamento entre os três Institutos ara realização dessa obra, de acódo m a informação prestada na res- ta ao quesito.

O Brasil, se acha, no momento, com n déficit de gorduras para alimen-ção humana, superior a 300.000

toneladas anuais e o dendê repre-senta a nossa maior esperança, ten-do-se em vista que as novas varieda-de de dendê "Tenera" produzem um óleo industrial; todavia, em boas con-nectare.

O dendê tem especial valor como mínimo de 25 toneladas de azeite por dições culturais e refinado rápida e devidamente, virá contribuir, tam-bem, para elevar a produção de óleos comestíveis.

O dendê é, sem dúvida alguma, a planta tropical dotada da mais eleva-da capacidade de produção do óleo, podendo ser cultivada com extraor-dinárias vantagens econômicas pra a Amazônia, para o Nordeste e para a região Bahia-Espírito Santo.

Em síntese, o programa do atual diretor do S.N.P.A consiste em for-mar, nos Estados do Amazonas, Per-nambuco, Bahia e Espírito Santo, quadras de dendê, utilizando semen-tes obtidas pelo cruzamento entre os melhores indivíduos criados na Secção de Conéti cado I.A.N.

O atual diretor do S.N.P.A vem orientando o seu programa sobre den-dê, de acódo com os trabalhos elabo-rados pelo Sr. Dr. R. Vanderwyen, diretor da Divisão de Palmeiras Pro-dutoras de óleo, do Congo Belga.

III — Exploração extrativa do ba-baçu na Amazônia.

Há oito anos, determinou o atual diretor do S.N.P.A ao ex-chefe de Belterra que providenciasse a derru-bada de todas as árvores de uma qua-dra, ao lado do seringaio do próximo ao campo de aviação, deixando vivas, exclusivamente, as palmeiras de ba-baçu, com o objetivo de eliminar a concorrência de espécies arbóreas florestais, para produção extrativa do babaçu.

Feito o trabalho, realizado o en-saio, observei a dificuldade de ser locomover no meio da quadra, tendo em vista o tamanho dos troncos das árvores derrubadas.

Observadas essa dificuldade, foram dadas instruções para que se reali-zasse um segundo ensaio visando ma-tar as árvores sem derrubalas, utili-zando o processo do anelamento.

Dadas essas instruções, foi inicia-do o segundo ensaio, há 6 anos, fi-cando determinado que fossem der-rubadas as árvores de pequeno diâ-metro e que se matassem, "em pé" todas as árvores de grande porte, le-modo a não prejudicar o trânsito de operários dentro da quadra para co-lher babaçu.

Esse segundo ensaio foi abandonado em virtude das contínuas mudanças de diretores do I.A.N. e, por ocasião a última visita do Diretor do S.N. P.A às Plantações Ford, algumas das árvores maiores já haviam realiza-do a soldadura do anel, escapando à morte.

O atual administrador de Belterra providenciara novo anelamento das árvores que resistiram à primeira operação e esse ensaio será mantido, para futuras observações de seu mé-rito como processo para exploração extrativa do babaçu na Amazônia.

AO REQUERENTE.

Ofícios da Câmara dos Deputados, sob ns. 2559 e 2579, comunicando haver sido aprovadas as emendas oferecidas pelo Senado aos Projetos de Leis da Câmara ns. 146, de 1955, que modifica o art. 1.º da lei núme-ro 264, de 25 de fevereiro de 1948, fixa os vencimentos dos funcionários da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências e 248, de 1955, que prorroga, até 31 de dezembro de 1956, com modificações, a lei n. 1.300, de 28 de dezembro de 1950, e dá outras providências, já enviados à sanção.

COMPARECEM MAIS OS SENHO-RES SENADORES:

Mathias Olympio — Parsifal Bar-roso — Novais Filho — Lourival Fon-tes — Neves da Rocha — Juracy Magalhães — Moisés Lupion (7).

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Sr. Cunha Melo, primeiro orador ins-crito.

O SR. CUNHA MELO.

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o nobre Senador Moisés Lupion, cuja ausência à sessão de hoje, lamento, em seus discursos de-fendendo as transações das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacio-nal tão debatidas no Senado, diver-sas vezes manifestou sua estranheza pelo fato de eu só combater essas operações e não muitas outras igual-mente prejudiciais aos interesses da Fazenda Nacional.

No meu primeiro discurso sobre o assunto, desde logo declarei que os bens das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União têm sido objeto das transações as mais irregulares e prejudiciais aos cofres públicos. Se não posso de uma só vez debatê-la, todas, por falta de oportunidade também, porque ao conhecimento do Senado, vieram por enquanto apenas três dessas operações: Arapoti, Mis-sões e Murungaba.

Sr. Presidente, se houvesse uma balança de três conchas e a elas le-vassemos três transações quebrar-se-ia a balança, sem demonstrar qual delas a mais onerosa para os cofres nacionais, a mais irregular.

Sr. Presidente, indo ao encontro das interpelações a mim feitas pelo Sr. Moisés Lupion, enviarei à Mesa do Senado um requerimento de in-formações, sobre essas transações, re-digido nestes termos:

Requerimento n. 583, de 1955

Requeiro que, por intermédio do Ministério da Fazenda, me sejam for-necidas, pela Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimô-nio Nacional, as seguintes informa-ções:

I — Quais os imóveis das mesmas empresas, ora do Patrimônio Nacio-nal, até a esta data, alienados, por vendas ou doações em pagamento;

II — discriminações desses bens, preços das transações, seus adquiren-tes, datas das escrituras públicas e do seu registro ou recusa de registro pelo Tribunal de Contas;

III — qual o montante, em dinhei-ro, de tais vendas, e o das dívidas das empresas já pagas pelo Tesouro Nacional;

IV — depois de fer o Tribunal de Contas recusado registro do contra-to de venda da Fábrica Arapoti, quanto mais, a título de acódo, ofe-receu a compradora pela mesma fá-brica;

V — qual, na íntegra, o parecer do Sr. Procurador Geral da Fazenda sobre essa proposta e sua situação atual;

VI — qual a situação em que se acha o processo de venda da Fazen-da Paracatu.

Com esse pedido de informações desejo mais uma vez demonstrar que, na atuação rigorosa e desassombrada que tenho tido em defesa da morali-dade administrativa do Brasil, não me move ódio ou amizade; não me deixo levar por interesses contraria-dos, nem por injunções políticas; mas simplesmente pela inspiração do meu espírito público e pela minha voca-ção de honestidade.

Respondido o requerimento, pode-rei, oportunamente, ocupar-me de outras transações, se não iguais, na sua falta de moralidade. As transa-ções de Missões, Murungaba e Ara-poti, pelo menos aproximadas nos prejuízos causados à Fazenda Nacio-nal. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

A m.º defere, nos termos do Regi-mento, o requerimento de informa-

ções do nobre Senador Cunha Melo.

Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Vitorino Freire, segundo orador ins-crito.

O SR. VICTORINO FREIRE: 3

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, aguardei a publicação no Diário do Congresso Nacional do discurso ontem aqui pronunciado pelo eminente representante do Amazonas, Sr. Senador Cunha Melo, para dar, como eu prometera, resposta cabal e concreta às acusações formuladas por S. Ex.ª ao Presidente do Banco do Crédito da Amazonia, ex-deputado, Sr. José da Silva Matos.

Infelizmente, do Diário do Con-gresso não consta o discurso do emi-nente colega, discurso proferido sob o império da paixão. Esperarei seja publicado para responder a S. Ex.ª.

Quero, entretanto, desde logo, fazer a defesa do ato do Presidente Nereu Ramos, que, no exercício legítimo de sua autoridade, nomeou o Presidente do Banco da Amazonia. Assim pro-cedeu S. Ex.ª repelindo também im-posição do Senador Cunha Melo.

O Sr. Cunha Melo — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. VICTORINO FREIRE — Perfeitamente.

O Sr. Cunha Melo — Apesar da cordialidade com que sempre tratei V. Ex.ª — e desejo continuar a fazê-lo — sou levado a afirmar que Vossa Excelência não está sendo verdadei-ro. Na sua própria carta, o Governador Plínio Coelho manifesta-se pela continuação dos Srs. Ferreira Reis e Arnóbio Nobre na Presidência e Di-retoria do Banco do Crédito da Ama-zônia, dizendo que caso as substitui-ções fossem feitas, ele não oporia ao Sr. José Matos. Quanto ao Diário do Congresso não haver publicado o meu discurso, deve-se ao fato de eu ter re-servado para fazer-lhe a revisão — direito que assiste a qualquer senador. Não posso ficar aprazado para publi-cá-lo amanhã, somente para satis-fazer V. Ex.ª. Quando ficar pronto, mandarei publicá-lo, e, aí então, V. Ex.ª, poderá responder-me. Afir-ma V. Ex.ª que falei sob o império da paixão. Não fiz qualquer injunção ao Sr. Nereu Ramos. V. Ex.ª, cuja bravura e destemor em todas as cau-sas que abraça eu proclamo, vai muito longe desta vez, querendo negar o que o próprio Sr. Nereu Ramos confessa, e por escrito, que demitiu o Senhor Ferreira Reis por imposição política. Declarou-nos, mais, a meus colegas, nesta Casa, ao Deputados Aureo Melo e Antunes de Oliveira que lhe estavam a fazer injunções sobre essas nomea-ções. Nós não as fizemos nem sobre esta, nem sobre quaisquer outras.

O SR. VICTORINO FREIRE — Não estou faltando à verdade. Afir-meio a V. Ex.ª que o Presidente Nereu Ramos declarou que não se subme-teria a imposições.

O Sr. Cunha Melo — Submeteu-se à de V. Ex.ª.

O SR. VICTORINO FREIRE — Nessa ocasião procurei o Presidente da República, para dizer-lhe ficasse à vontade para resolver sobre a nomea-ção, pois a bancada do Maranhão não acompanharia as ameaças de rompi-mento do nobre Senador Cunha Melo.

O Sr. Vivaldo Lima — Aliás não é só do nobre Senador Cunha Melo.

O SR. VICTORINO FREIRE — Afirinou ontem, o eminente repre-sentante do Amazonas que não ficara dúvidas, nesta Casa, a respeito da carta do Sr. Plínio Coelho, Governador do Amazonas e Chefe do Partido de S. Ex.ª, que havia sido conseguida a mesma graças à intervenção do Executor do estado de sítio, naquela unidade da Federação, Coronel Humberto Amorim, cunhado do Deputado José da Silva Matos.

Sr. Presidente, é uma injúria ao Coronel Amorim que apenas avisou ao cunhado que, em conversa com o Governador, quando os jornais fala-

ram sobre a sua nomeação, ouvira de S. Ex.^a a afirmação de que nada tinha a opor.

É muito diferente de coação para conseguir apoio, e; também um insulto ao Governador Plínio Coelho que, todos sabem é homem corajoso.

O Sr. Mourão Vieira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. VICTORINO FREIRE — Com muito prazer.

O Sr. Mourão Vieira — Penso que o Governador Plínio Coelho não necessita de tão brilhante advogado como V. Ex.^a.

O SR. VICTORINO FREIRE — Estou apenas esclarecendo a posição do Executor do estado de sítio no Estado de V. Ex.^a, meu amigo pessoal e brilhante oficial.

O Sr. Mourão Vieira — Não se zangue V. Ex.^a, na veia da saúde. O nobre colega tem o sangue quente. Sou homem sereno e não desejo, de forma alguma, irritá-lo.

O SR. VICTORINO FREIRE — Pique certo V. Ex.^a de que não me irritarei. Jamais, nesta Casa, obliterei os princípios da cortesia e da tolerância, a que fazem jus todos os membros do Senado da República. Apenas não deixarei de revidar a qualquer agressão, porque não é do meu temperamento sofrê-la sem reagir.

O Sr. Mourão Vieira — Do nosso temperamento, diga V. Ex.^a.

O SR. VICTORINO FREIRE — Perfeitamente, do temperamento de todos nós.

O Sr. Vivaldo Lima — É o temperamento tropical.

O Sr. Mourão Vieira — Desejo, apenas, acentuar, que o Governador do Amazonas não necessita da defesa do nobre Senador Victorino Freire, pelo simples motivo de ter, nesta Casa, três amigos, membros de seu Partido e do seu Estado, que não permitiriam sofreres S. Ex.^a a menor injustiça. Devo ainda frisar que o próprio Governador Plínio Coelho declarou haver recebido do Coronel Humberto Amorim, meu prezado amigo, companheiro e colega de escola do nobre Senador Vivaldo Lima, um pedido no sentido de nomear o Senhor José Matos. Aliás não vejo nada de mal no fato. V. Ex.^a não pode encontrar no caso uma acusação ao Executor do estado de sítio.

O SR. VICTORINO FREIRE — Mas não sou eu, Leila V. Ex.^a o discurso proferido ontem pelo nobre Senador Cunha Mello, e veja se há dúvida quanto acusação do Executor do estado de sítio ao Governador do Amazonas, de quem o nobre Senador Cunha Mello é grande amigo e Vossa Excelência também.

O Sr. Mourão Vieira — Acontece que o Executor do estado de sítio, por uma coincidência, é o Coronel Humberto Amorim.

O SR. VICTORINO FREIRE — Pergunto a V. Ex.^a se o Coronel Humberto Amorim é hostil ao Governador Plínio Coelho, ou a V. Ex.^a ou político partidário no Amazonas.

O Sr. Mourão Vieira — Ao que estou informado, o Coronel Humberto Amorim pediu ao Governador que mantivesse o nome do Sr. José de Matos, por ser seu cunhado.

O SR. VICTORINO FREIRE — Não é exato. Como perguntassem ao Governador Plínio Coelho se tinha motivo para vetar o nome do Sr. José de Matos respondeu S. Ex.^a negativamente, e escreveu ao Sr. Nereu Ramos indicando-o.

O Sr. Mourão Vieira — O Governador também me declarou pessoalmente que se soubesse que a bancada da Amazonia tomaria tal posição, não teria feito o pedido formal como fez. Li a carta de S. Ex.^a onde constava: se for pensamento do Governo a substituição do Sr. Cesar Reis, o que não desejo no momento verei com bons olhos a nomeação do Sr. José da Silva Matos.

O SR. VITORINO FREIRE — Não pretendo dissociar a bancada do Amazonas do seu Governador, que não sou homem de intrigas.

O Sr. Mourão Vieira — É o que estava parecendo.

O SR. VITORINO FREIRE — Ainda hoje li telegrama do Governador Plínio Coelho ao diretor do Banco da Amazonia reiterando-lhe o seu apoio e convidando-o para as solenidades que se realizarão no dia 28 em Manaus.

O Sr. Mourão Vieira — Acredito. O que o Governador me declarou foi que se soubesse que a bancada tomaria essa posição, que reputamos prejudicial principalmente aos interesses do Estado do Amazonas, não teria feito o pedido para aquela nomeação.

O SR. VITORINO FREIRE — Não usamos, nem eu nem o Deputado José da Silva Matos, de qualquer prestígio, nem solicitamos o apoio do Coronel Amorim junto ao Governador para nomeação de seu cunhado. Foi ato espontâneo. Se eu quisesse poderi ainterferir com a minha amizade pessoal junto ao Coronel Amorim para que agisse junto ao Governador, bastaria seguir o exemplo do Senador Cunha Mello, que, quando se afirmava que a nomeação ia ser feita, procurou o Ministro da Guerra para contra ela protestar.

O Sr. Cunha Mello — Não é verdade. Fui ao General Lott, com três colegas; testemunhar-lhe a nossa satisfação pela maneira como se pronunciava em ser favorável ao nosso ponto de vista sobre a inoportunidade de substituição do Sr. Antônio Nobre V. Ex.^a não é mais verdadeiro do que eu.

O SR. VITORINO FREIRE — Nem V. Ex.^a fala mais verdade do que eu.

O General Lott declarou que V. Ex.^a havia pretendido falar-lhe mas não o tinha ouvido. V. Ex.^a foi fazer acusações pessoais quando ex-Deputado José de Matos, isto é apenas porque não conseguiu do General Lott a aprovação de determinado nome para a Chefia da 8.^a Região Militar.

Apesar da amizade e do respeito que tenho pelo Ministro Teixeira Lott disse-lhe que V. Ex.^a lhe havia dado informações falsas quando declara que certas operações foram feitas em desacordo com o Regulamento do Banco.

O Sr. Cunha Mello — Declarei-o aqui no meu discurso. Nunca pedi ao General Lott qualquer nomeação. O Sr. Plínio Coelho pediu-lhe um oficial para comandar a Polícia Militar do Amazonas e foi atendido.

O SR. VITORINO FREIRE — Declarou falsamente como vou provar. Contestarei as alegações de seu discurso com documentos e certidões do Banco. Afirmou o nobre Senador Cunha Mello, em discurso transgredindo o sigilo bancário, para indispor figuras das mais respeitáveis, aliás, da indústria pernambucana que o Dr. José Lopes Siqueira Santos como pagador era cliente relapso do Banco, o que não é verdade.

O Dr. José Lopes Siqueira Santos é um dos mais eminentes homens da indústria açucareira da Pernambuco, proprietário das usinas Ribeirão Caxangá e Bom Jesus.

O Sr. Apolônio Sales — Permite V. Ex.^a um aparte.

O SR. VITORINO FREIRE — Com todo o prazer.

O Sr. Apolônio Sales — Desejo dar meu depoimento quanto a honrabilidade do Sr. José Lopes Além de nome dos mais conhecidos Pernambucos, e homem sempre zeloso pelo progresso de minha terra.

O SR. VITORINO FREIRE — Trata-se de homem dos mais credenciados e, no entanto, vem citado

no discurso do nobre Senador Cunha Mello como pagador relapso, não obstante ter sido eleito Deputado Federal como companheiro partidário de S. Ex.^a.

Hoje mesmo telegrafei ao Deputado José Lopes para que venha usar do direito que o mandato lhe confere e da tribuna da Câmara dos Deputados, responder ao nobre Senador Cunha Mello.

Também o Sr. João Lapa, de tradicional família pernambucana, filho de pais ricos, o Sr. Cunha Mello qualifica de elemento de reputação duvidosa. Quanto a este declarou-me que responderia ao nobre Senador Cunha Mello.

O Sr. Mourão Vieira — Permite V. Ex.^a um aparte.

O SR. VITORINO FREIRE — Com todo o prazer.

O Sr. Mourão Vieira — O que nós da bancada amazonense estranhamos é, justamente, o privilégio injustificável por ilustres firmas pernambucanas, quando o direito era que o dinheiro logo aplicado também pelos nossos homens de negócio.

O SR. VITORINO FREIRE — Declaro a V. Ex.^a que 99% dos negócios do Banco foram feitos na Amazonia como provarei a V. Ex.^a oportunamente.

Afirmam agora os Srs. Senadores Cunha Mello e Lima Teixeira que o Deputado José Matos teria saído da nossa Embaixada em Buenos Aires por injunção do General Eurico Dutra, o que não é verdade. Em primeiro lugar, porque ele nunca serviu com o Embaixador Batista Luzardo e, em segundo lugar, porque, quando saiu, foi por motivo de saúde de sua senhora. Exonerou-se daquela comissão no Governo. Dutra recebendo do preclaro Embaixador Freitas Valle uma carta honríssima foi então nomeado Presidente do Banco, pelo Presidente Dutra.

O Sr. Cunha Mello — Não mais apartarei V. Ex.^a porque não me tratou com a cordialidade e respeito a que me acostumara. Responderei a V. Ex.^a em discurso.

O SR. VITORINO FREIRE — Tratei V. Ex.^a como V. Ex.^a sempre me trata, isto é, gritando comigo da forma por que o fez, perdendo a serenidade, como é do seu hábito. Não estou acostumado a ser tratado assim, e não serei, fique certo V. Ex.^a.

O Sr. Cunha Mello — Amanhã responderei a V. Ex.^a. Reafirmarei tudo quanto disse em meu discurso, dando às minhas palavras a interpretação que devo dar.

O SR. VITORINO FREIRE — E eu lhe darei resposta imediata. V. Ex.^a quer monopolizar a honradez nacional; mas não só V. Ex.^a é honesto. Para V. Ex.^a todos são ladrões neste país. Para ter respeitada sua honrabilidade, deve ser mais cauteloso com a honra daqueles a quem V. Ex.^a se refere.

Pois bem, Sr. Presidente, vimos que o Dr. João Pinto Lapa, homem integro e antigo uzineiro em Pernambuco e no Estado do Rio, é mencionado no discurso do Senador Cunha Mello, elemento de reputação duvidosa. Ele que responde ao Senador Cunha Mello. Se lhe tomo a defesa, é porque o conheço desde o tempo de estudante e sei que pertence a uma das famílias mais tradicionais de Pernambuco.

Filho de pais ricos, o Dr. José Lopes de Siqueira Santos, Deputado Estadual e, posteriormente, Deputado Federal eleito por grande maioria, proprietário de três usinas e espelho da inteligência e do querer dos industriais pernambucanos, é apresentado também a este plenário, como devedor relapso, pela voz apaixonada do Senador Cunha Mello, em acusações caluniosas.

Devo, nesta altura, Sr. Presidente, manifestar minha solidariedade ao Presidente da República, Sr. Nereu

Ramos, que sofreu, aqui, uma injustiça do Senador Cunha Mello. O ilustre representante do Amazonas faz agora o tabelamento da idoneidade dos homens públicos desta terra.

Quando ponderava que o Estado do Maranhão, com uma grande bancada no Congresso e cerca de um milhão de habitantes dentro da área da Amazonia, fora sempre esquecido e não conseguia, S. Ex.^a propôs, aliás, no bremente, naquela ocasião, uma composição no sentido de ser o Dr. José Santos eleito diretor do Banco. Que dizer: para ser diretor, o Senador Cunha Mello reconhecia-lhe a idoneidade; para Presidente, não! Esse tabelamento, feito por S. Ex.^a, devia ser submetido à COFAP.

O Sr. Cunha Mello — V. Ex.^a está equivocado. Não fiz proposta nenhuma nesse sentido. Não sugeri a eleição desse cavalheiro para diretor do Banco. V. Ex.^a não poderá afirmar uma coisa dessas.

O SR. VICTORINO FREIRE — V. Ex.^a afirmou isso, apelo para o nobre Senador Mourão Vieira, a fim de que diga sobre a veracidade do caso.

O Sr. Cunha Mello — V. Ex.^a compreendeu mal. É que, o Maranhão ainda não teve um Diretor. Falei na eleição para o cargo, mas não qualquer referência à presidência do Banco, nem mencionei o nome do Sr. José de Matos.

O Sr. Mourão Vieira — V. Ex.^a licença para mais um aparte?

O SR. VICTORINO FREIRE — Pois não.

O Sr. Mourão Vieira — V. Ex.^a declarou que na região supostamente abrangida, na Amazonia, o Maranhão...

O SR. VICTORINO FREIRE — Supostamente, não. As características são todas idênticas.

O Sr. Mourão Vieira — Provarei V. Ex.^a, dentro de três dias, com dados oficiais e estudos insuspeitos de homens que conhecem geografia, etnografia, geologia, enfim, de cientistas do Brasil, que o Maranhão não tem uma polegada de terra dentro da área amazônica, não digo a legal, concedida para efeito da valorização mas a real e fisiográfica da Amazônia.

O SR. VICTORINO FREIRE — As características do Maranhão são integralmente iguais às da Amazônia.

O Sr. Mourão Vieira — Conheço as regiões do Maranhão e do Piauí tão bem quanto V. Ex.^a. São áreas de transição amazônica, mas jamais verdadeira área amazônica, que tem duas características: a flora, e desta o seringueira, e a água. Nenhum dos rios do Maranhão, sabe V. Ex. nem o Itapicuru, nem o Mearim, subordinam à área da Amazonia.

O SR. VICTORINO FREIRE — Há o Turiaçu e o Pindaré, onde existe uma hevea em quantidade.

O Sr. Mourão Vieira — São, apenas, espécimes rarefeitos da floresta mas não constituem os fundamentos da flora da amazonia.

O SR. VICTORINO FREIRE — Permita-se declarar o seguinte: a definição como área amazônica 53 municípios do Maranhão, de Goiás, Mato Grosso, de Territórios e Amazonas.

A V. Ex.^a, que não tem relação comigo a não ser de cumprimento, responderei com a maior serenidade e respeito. Achava-se ligado ao Amazonas há muitos anos, pela pessoa Sr. Cunha Mello, e S. Ex.^a provocadamente, cria, agora, por paixão, ódio e vaidade um caso desta natureza, porque, neste recinto, levantou voz demasiadamente ao me apartar esquecido de que sempre lhe tribuam maiores homenagens. Não pode mais tratar S. Ex.^a com a cordialidade de outrora: no exercício meu mandato, tratarei S. Ex. apenas como Senador e como homem.

o Sr. Mourão Vieira — Permite V. Ex. novo aparte?

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo os timpanos) Atenção! Está com palavra o nobre Senador Vitorino Freire. Pego aos Srs. Senadores que tem apertes, a fim de não se acalorarem demasiadamente o debate.

O SR. VITORINO FREIRE — Presidente, ouvirei os apertes do nobre Mourão Vieira com paciência meditativa, pois S. Ex.ª é homem eno e não se altera.

Peço desculpas ao Senado pelo tom ir o que considerei agressão do Senador Cunha Mello à minha pessoa. Naturalmente, o temperamento nordestino, pernambucano, de sua velência o fez exaltar-se.

O Sr. Vivaldo Lima — Os temperamentos são iguais, no ardor e na ousadia.

O SR. VITORINO FREIRE — Embora sou nordestino e por isso, o posso ouvir gritos.

O Sr. Cunha Mello — Só pode dizer: não pode ouvi-los...

O SR. VITORINO FREIRE — V. Ex.ª quem os iniciou?

O Sr. Cunha Mello — Gritei para ficar equivocado de V. Ex.ª.

O SR. VITORINO FREIRE — Ex.ª poderia fazê-lo com mais seriedade, e delicadeza, e eu o atendi. No grito ninguém me leva.

O Sr. Mourão Vieira — É verdade contestável.

O Sr. Vivaldo Lima — É verdade. Por isso V. Ex.ª venceu na questão. O Presidente Nereu Ramos "engoliu os pontos".

O SR. VITORINO FREIRE — Isso é esmagado, mas não cede à do peito e ao grito. Minha vida depende por essa decisão.

O Sr. Mourão Vieira — Permite o nobre orador que termine meu aparte?

O SR. VITORINO FREIRE — Não.

O Sr. Mourão Vieira — Um geógrafo brasileiro, o Sr. Lúcio Macedo, publicou trabalho interessante no qual prova que o Maranhão não se incluiu na área amazônica.

O SR. VITORINO FREIRE — O conteste, nobre Senador Mourão Vieira, que V. Ex.ª possa ter razão; a lei já definiu que o Maranhão é dentro da área das Amazonas.

Certa ocasião, declarei ao General Dutra que nós, maranhenses, o estávamos enquadrados nem no polígono das secas, nem na área amazônica, nem na bacia do Parnaíba, eramos, portanto, coisa alguma.

Em caso, ou ficaríamos no ar, ou iríamos separatistas.

O que há, entretanto, é que temos municípios delimitados na área amazônica, e o Vale do Turiaçu, caracteristicamente amazônico.

O Sr. Mourão Vieira — O argumento de V. Ex.ª me auxilia.

O SR. VITORINO FREIRE — O posso, concordar, Sr. Presidente, o nobre Senador Mourão Vieira.

bancada do Amazonas deve propor a modificação da Constituição, a fim de nos expulsar daquela região, sem evitar choques e aborrecimentos, como o de perder eu, neste momento, uma velha amizade que muito valia, a qual não se poderia pautar a antiga cordialidade.

O Sr. Vivaldo Lima — V. Ex.ª, perderia a causa porque sabe de você com muito ardor.

O Sr. Mourão Vieira — O nobre orador labora em erro ao declarar a saída do Maranhão da área amazônica afetaria a Constituição.

Terminada nossa Carta Magna, no artigo 198 que 3% da renda tributária da União serão empregadas na valorização daquela área. O que conta, é que o Maranhão seja área amazônica. Se, no entanto, o nobre orador Vitorino Freire e toda a bancada do Maranhão — muito cara ao nosso coração, por ser a terra de um homem que consideramos o maior dos amazonenses, o Se-

nhor Eduardo Ribeiro — apresentarem projeto de lei enfim, qualquer instrumento legal procurando levar para o Maranhão, como se leva para o polígono das secas, e para o Amazonas, uma parte da verba prevista no Orçamento da República, não nos oporíamos e lhe dispensaríamos todo o acatamento. O que não é possível, porém, é considerar amazônicos certos territórios que a ciência assim não classifica.

O SR. VITORINO FREIRE — A bancada amazonense, Sr. Presidente, labora em equivoco. Vê-se que é um caso de indole pessoal e irritante do Senador Cunha Mello.

O Sr. Mourão Vieira — Agora quem fala sou eu e não o Senador Cunha Mello. Aliás, corroboro todas as declarações de V. Ex.ª. Este o nosso dever, pois estamos aqui, unicamente, defendendo os interesses do Amazonas, com os olhos postos no Brasil.

O SR. VITORINO FREIRE — V. Ex.ª, endossa a parte em que sua Ex.ª, joga a pecha de infidélito ao Presidente do Banco da Amazônia?

O Sr. Mourão Vieira — Acredito, piamente, nas declarações do Senador Cunha Mello. Como até hoje não tenho motivos para nelas descreditar, sou obrigado a crer na palavra desse eminente homem público.

O SR. VITORINO FREIRE — Responderei a V. Ex.ª, provando, o contrário. Demonstrarei com documentos, a falsidade das afirmativas de S. Ex.ª.

Sr. Presidente, alega a bancada do Amazonas que aquele Estado foi preterido. V. Ex.ª, não ignora ser a primeira vez que se verifica essa barulhada.

A Presidência do Banco do Amazonas jamais coube a um amazonense.

O Sr. Vivaldo Lima — É verdade jamais!

O SR. VITORINO FREIRE — Nos governos do Ministro Linhares, do General Dutra, ou do Dr. Getúlio Vargas — chamado governo petebista — jamais nomeado Presidente do Banco da Amazônia um amazonense.

O Sr. Mourão Vieira — É uma grande verdade.

O SR. VITORINO FREIRE — Afirmei o Senador Cunha Mello que o Deputado José da Silva Mattos é estranho ao Amazonas e lhe desconhece os problemas. Não é verdade. S. Ex.ª, os conhece tão bem ou melhor do que o Senador Cunha Mello.

O SR. CUNHA MELLO — Se os conhece o que dúvidas não os trata com o caminho com que eu os tenho tratado.

A Presidência do Banco do Amazonas que faz o Senador Vitorino Freire é questão de sabatina a que eu gostaria de o submeter o Sr. José da Silva Mattos.

O SR. VITORINO FREIRE — Pois não. Quando V. Ex.ª o desejar.

Aliás o Deputado José da Silva Mattos é homem de tal nobreza que procurou o Senador Cunha Mello para declarar que não fazia restrições à Amazônia. Mostrou o que o Banco do Amazonas tem realizado. Quando o Senador Cunha Mello afirma ter aquele estabelecimento dado prejuízo, falta a verdade. Ao contrário, deu lucro e o provarei, com dados estatísticos.

O Sr. Mourão Vieira — Na questão de lucros ocorre que o Sr. José da Silva Mattos fez empréstimos no meio comercial do Amazonas, que redundaram em prejuízo.

O SR. VITORINO FREIRE — Afirmei o Senador Cunha Mello que o Banco do Amazonas, na gestão do Sr. Silva Mattos, deu prejuízo. É falso não é exato. Deu lucro.

O Sr. Mourão Vieira — Vou até o ponto de achar que não deu prejuízo financeiro, mas, sim, econômi-

co porque o dinheiro foi empregado fora da Amazonia.

O SR. VITORINO FREIRE — Demonstrarei a V. Ex.ª, que quando foi realizado o empréstimo ao Amazonas, o maior produtor de Borracha era o Acre e não o Amazonas como o provam as estatísticas.

O Sr. Mourão Vieira — Claro.

O Sr. Vitorino Freire — Neste caso, a maior reivindicação devia ser para o Acre, como maior produtor. Entretanto, a bancada amazonense no Congresso nega apoio à nomeação do Sr. José Mattos e contra ela se insurge, de forma desleal, acusando o candidato; insurgiu-se, repito, falseando fatos, fazendo comícios aos ouvidos de Senadores, agredindo o nomeado, que não é, absolutamente, culpado de coisa alguma.

Perguntei — há alguma crítica de ordem moral; algum fato que atinja a moralidade administrativa? Se há, retiro a indicação. Responderam-me: Não! nada há referente à moral do candidato. Trata-se de reivindicação do Amazonas; por isso vamos nos opor.

Está certo a reivindicação era justíssima e a ela eu nada teria a opor. Declarei ao Senador Cunha Mello, com a maior tranquilidade de espírito, com a alma aberta porque não queria questionar nem travar debates com S. Ex.ª, por conhecer-lhe a aspezeza.

O Sr. Cunha Mello — E eu a de V. Ex.ª.

O SR. VITORINO FREIRE — V. Ex.ª, me provocou. Uma vez desafiado, reajo. Se S. Ex.ª, conhece minha aspezeza, não me devia provocar. No entanto, exaltou-se e gritou comigo.

O Sr. Cunha Mello — Permite V. Ex.ª, um aparte?

Com muito prazer, todas as vezes que me quiser apartear com serenidade.

O Sr. Cunha Mello — Nós trataremos como Senadores e como homens.

O SR. VITORINO FREIRE — Terei prazer em ouvi-lo.

O Sr. Cunha Mello — Muito bem. V. Ex.ª, não pode dar ao meu discurso outra interpretação senão aquela resultante das minhas palavras, na tribuna do Senado. Agora, se V. Ex.ª, declara que levei a outros Senadores informações falsas, injuriosas e caluniosas contra o Sr. José da Silva Mattos, tenho que dizer-lhe que não coloquei a questão nesse ponto de vista. Entendi que, tratando-se de órgão assistencial da Indústria e da Economia amazonense, o Amazonas devia ser ouvido, senão para indicar um candidato, ao menos para vetar um que já lhe tinha sido muito prejudicial. Declarei a Vossa Ex.ª, que o Sr. José da Silva Mattos fora prejudicial porque desviara fundos diversos do Banco...

O SR. VITORINO FREIRE — Atende o Senado para a expressão maliciosa — desviar fundos. O Regulamento do Banco manda emprestar, em todo o território nacional, para financiamentos diversos, como borracha, etc. V. Ex.ª, fala em desvio de fundos — veja-se a maldade da expressão.

O Sr. Cunha Mello — V. Ex.ª, não me permitiu completar o aparte. Desviou fundos para empregá-los em transações que não eram do interesse da região amazônica, e nenhuma preocupação tinham com a indústria amazonense. Afirmei, realmente, que o Sr. Siqueira Santos, homem muito rico, meu colega de turma tinha feito contratasções com o Banco, sem que, nessas transações, houvesse interesse da amazonia e da sua indústria.

O SR. VITORINO FREIRE — O colega de turma de V. Ex.ª, foi o pai.

O Sr. Cunha Mello — V. Ex.ª, não me permitiu completar o aparte. Desviou fundos para empregá-los em transações que não eram do interesse da região amazônica, e nenhuma preocupação tinham com a indústria amazonense. Afirmei, realmente, que o Sr. Siqueira Santos, homem muito rico, meu colega de turma tinha feito contratasções com o Banco, sem que, nessas transações, houvesse interesse da amazonia e da sua indústria.

O SR. VITORINO FREIRE — O colega de turma de V. Ex.ª, foi o pai.

O Sr. Cunha Mello — Talvez. Trata-se de pessoa que conheço ligada à terra e à minha família. Extrañhei estivesse ele a descontar títulos num banco da região amazonense.

O SR. VITORINO FREIRE — Que operava em todo o país, inclusive em São Paulo.

O Sr. Cunha Mello — Declarei que todos esses títulos foram, realmente, avalizados pelo Sr. João Lapa. Por aí se verifica que, ao empregar a frase "falta de idoneidade" aludia eu à situação financeira da pessoa em questão, que tinha títulos protestados, naquela época.

O SR. VITORINO FREIRE — O fato de ter títulos protestados dá, ao indivíduo, reputação duvidosa?

O Sr. Cunha Mello — Não é? Posso provar que o Sr. João Lapa estava em situação duvidosa e tinha títulos no protesto. Conheço-o tão bem quanto V. Ex.ª.

O SR. VITORINO FREIRE — Ele que agradeça a V. Ex.ª.

O Sr. Cunha Mello — Exaltei-me porque V. Ex.ª, atribui, ao meu discurso, intenções que não tive. Não fui ao General Lott pedir coisa alguma. Ao contrário, sempre fiz-lhe ver que não deveria interferir junto ao Sr. Nereu Ramos.

O SR. VITORINO FREIRE — Disse-me o General Lott que havia um caso de lavanderia...

O Sr. Cunha Mello — No meu discurso eu disse exatamente isto. V. Ex.ª, no entanto, quer atribuir-me expressões que não usei.

O SR. VITORINO FREIRE — Ao contrário. Não lhe atribui nada que não tenha ouvido.

O Sr. Cunha Mello — Declarei, por escrito, que fui ao General Lott acompanhado de dois senadores e dois deputados, agradecer-lhe a manifestação, do Catete, sobre nosso ponto de vista e não desejamos agora essa demissão. Não fui pedir ao General Lott coisa alguma; V. Ex.ª me atribui coisas que não fiz.

O SR. VITORINO FREIRE — Para que foi, então? Para dizer que não foi ouvido e que a nomeação não deveria ser feita, pois havia um negócio de lavanderia...

Expliquei a V. Ex.ª, o assunto, e mostrei-lhe a certidão fornecida pela atual Diretoria do Banco, pela qual se verifica que a operação foi feita em tal época, paga um ano antes, e considerada muito boa.

O Sr. Cunha Mello — Qual transação?

O SR. VITORINO FREIRE — A da Lavanderia, de que V. Ex.ª falou. Mostrei-lhe os documentos referentes ao caso e V. Ex.ª disse haver um negócio de lavanderia.

O Sr. Cunha Mello — Disse a V. Ex.ª, que considerava a transação desacertada e infeliz porque foi feita, primeiro, sem nenhum proveito para a região amazônica; e, segundo, em benefício de uma indústria não da Amazônia. Quanto ao fato de V. Ex.ª, afirmar que foi a operação, liquidada no fim de um ano, pelas informações que tenho, acho que o nobre colega está equivocado.

O SR. VITORINO FREIRE — Tenho uma certidão do Banco, é interessante cotejarmos.

O Sr. Cunha Mello — Agora V. Ex.ª está em melhor partido, com o Banco em suas mãos.

O SR. VITORINO FREIRE — Não avance o sinal assim para o meu lado, porque V. Ex.ª, terá de parar. A certidão que tenho foi passada muito antes da nomeação do Sr. José Mattos. Tudo isto explica-me lealmente a V. Ex.ª, que, porém, não correspondeu nem a atenção nem ao cavalheirismo de um velho amigo e companheiro. Por paixão e vaidade, V. Ex.ª, acaba de fracionar uma velha amizade.

O Sr. Cunha Mello — Pelos elementos que tenho, a transação levou quatro anos para ser liquidada.

O SR. VICTORINO FREIRE — Trago, aqui, as certidões, que devem ser cotejadas, porque vamos lavar aqui todo esse assunto.

O Sr. Cunha Mello — Se o caso é da Lavanderia...

O SR. VICTORINO FREIRE — E por isso que vamos lavar essa roupa, daqui para o fim da legislatura. V. Ex.^a fala um dia, e eu respondo no seguinte. Vamos ver quem aguenta a pisada, porque sou bom nela.

Se o Deputado José Matos não tivesse idoneidade para Presidente do Banco jamais o teria indicado, pois não iria expor um amigo. Tenho servido com as melhores personalidades deste país. Fui secretário de um homem altamente de bem, o Cel. Landry Sales, trabalhei com o Major Carneiro de Mendonça, de quem fui Oficial de Gabinete e ainda o nobre Senador Alencastro Guimarães, durante vários anos, no Ministério da Viação.

O Sr. Cunha Mello — Isso é V. Ex.^a, e aqui não tratamos de sua pessoa, mas do Deputado José Matos.

O SR. VICTORINO FREIRE — Conheço muito bem o passado do nobre Deputado José Matos. Não poderia, assim, deixar de me opor — e o faço com toda energia — às acusações que julgo falsas e caluniosas, formuladas pelo Senador Cunha Mello.

O Sr. Cunha Mello — V. Ex.^a que tanto fala de minha exaltação, deve recordar-se dos boatos, das ameaças que me fazia, em seu discurso.

O SR. VICTORINO FREIRE — Afirmando V. Ex.^a, pela minha honra pessoal, que essas acusações não passam de mentiras. V. Ex.^a se deixou influenciar por interessados, adversários do Governo e da política do Maranhão, e meus inimigos pessoais, — os tenho criado muitos na vida, com o que me sinto satisfeito — que desejam jogar V. Ex.^a, Senador Cunha Mello, contra a bancada do Maranhão.

Há dias, eu afirmava ao nobre Senador Lima Teixeira não querer brigar com um velho amigo, o Senador Cunha Mello, cujas asperezas conheço.

O Sr. Cunha Mello — V. Ex.^a não está em tela, como se quer colocar.

O SR. VICTORINO FREIRE — Dizia mais: "Sei de seu temperamento irritadíssimo, e se S. Ex.^a trouxer o assunto para a tribuna do Senado, haverá o choque, porque me verei na obrigação de contestar. Essa era minha opinião.

O Sr. Cunha Mello — V. Ex.^a está ficando em foco quando não é V. Ex.^a quem está em tela. Não há nem ataque a V. Ex.^a, mas ao Sr. José da Silva Matos.

O SR. VICTORINO FREIRE — Eu seria cúmplice, como meus companheiros de bancada, se indicasse ao Presidente da República um nome que não tivesse a idoneidade precisa. Amanhã, que me diria o Chefe da Nação? Indiquei a S. Ex.^a o nome de um homem que conheço desde os seus 17 anos. Foi funcionário do Ministério da Viação, ao tempo do Ministro Alencastro Guimarães, e adido comercial na Argentina.

O Senador Cunha Mello pedira-me há pouco, indicasse o nome dos Senadores a quem eu havia falado. Não cometo essa levandade, porque não quero deixar em constrangimento amigos e companheiros. Deixar não me faltará com a superioridade moral, permitindo-me, mesmo dentro desta exaltação, fazer a defesa de um amigo que, nos postos em que serve, se conduz de maneira brilhante, honesta e preclara. Deus não me faltará com superioridade moral, para que não cite nomes de em-

panheiros do Senado, que ouviram suas acusações ao nomeado.

Como disse ao Senador Lima Teixeira, — a cuja serenidade e boa vontade para resolver esse impasse rendo o tributo das minhas homenagens — não quero absolutamente brigar e nem desejo choque com a bancada do Amazonas...

O Sr. Mourão Vieira — Mas queria uma nomeação.

O SR. VICTORINO FREIRE — ...nem com meus companheiros de representação. Fui, porém, provocado e ferido várias vezes pelo Senador Cunha Mello. Em duas ou três ocasiões dei-lhe explicações, o que depois, não fiz mais, fazendo-o agora, desta tribuna, lugar que me foi dado pelo Maranhão para defender meu partido e seus interesses.

O Sr. Mourão Vieira — O maior culpado é o Presidente da República, Sr. Nereu Ramos, e não V. Ex.^a.

O Sr. Vivaldo Lima — S. Ex.^a foi de uma inabilidade tremenda.

O SR. VICTORINO FREIRE — Apoiada a nomeação do Sr. José Matos, nenhuma bancada se opunha. Somente o nobre Senador Cunha Mello, com a bancada do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar os timpanos) — Lembro ao nobre orador que faltam apenas dois minutos para término da hora do expediente.

O SR. APOLÔNIO SALES (Pela Ordem) — Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a consulte a Casa sobre se consente na prorrogação regimental da hora do expediente, a fim de que o nobre Senador Victorino Freire possa terminar seu discurso.

O SR. PRESIDENTE — A Casa acaba de ouvir o requerimento formulado pelo nobre Senador Apolônio Sales.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Victorino Freire.

O SR. VICTORINO FREIRE — Sr. Presidente, agradeço a gentileza de meu eminente líder, Senador Apolônio Sales, e a generosidade do Senado de me conceder a prorrogação da hora do expediente, para prosseguir no debate de um assunto começado fora desta Casa, e que longe deste recinto deveria prosseguir.

E' justo, porém, se diga não me caber a culpa desse desperdício de tempo, e, sim, ao nobre e eminente Senador Cunha Mello, que para aqui o trouxe, num longo discurso de crítica a um ato legítimo do Presidente da República, quando os cargos são de sua confiança pessoal, sendo atribuído a S. Ex.^a nomear ou demitir quem quisesse. Não brigariamos nem romperíamos com S. Ex.^a e não viríamos agredi-lo aqui nem criticá-lo, e como não o faria a bancada do Pará...

O Sr. Mourão Vieira — Porque o direito de V. Ex.^a era menor.

O SR. VICTORINO FREIRE — ...que aprovava a nomeação, eram as bancadas de Goiás e Mato Grosso, que nada tinham a opor a nomeação do Sr. José Matos, nem a dos Territórios.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. VICTORINO FREIRE — Com todo o prazer.

O Sr. Lima Teixeira — Evidentemente, tomei a mim a incumbência de harmonizar os interesses do Maranhão como os do Amazonas. Neste sentido, tive ensejo de entender-me com V. Ex.^a e, muitas vezes, também com a bancada do Amazonas, sobretudo porque são três companheiros do Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa, e era meu dever, como líder da bancada, evitar o choque que, lamentavelmente, agora se verificou.

O SR. VICTORINO FREIRE — Pergunto então a V. Ex.^a: percebeu

o nobre colega, de minha parte, qualquer desejo de entrar em choque com o Senador Cunha Mello? Não por medo, porque não tenho receio de ninguém.

O Sr. Mourão Vieira — Nenhum de nós tem medo.

O Sr. Vivaldo Lima — Não vamos por esse caminho. Isso de ter medo é bobagem.

O SR. VICTORINO FREIRE — Era meu intuito não quebrar uma velha amizade de família nem criar no Senado um clima de constrangimento entre companheiros. Esta Casa é testemunha de que sou homem de consciência tranquila, e paz interior, alegre, comunicativo e respeitador por todos os colegas, tanto os que militam no meu partido quanto os que atuam em campos opostos. O que eu não queria, infelizmente aconteceu, por iniciativa do Senador Cunha Mello.

O Sr. Vivaldo Lima — Ao Sr. Nereu Ramos cabia, justamente, promover a aproximação entre os elementos dos dois Estados, mas com essa nomeação conseguiu o contrário. S. Ex.^a foi de uma inabilidade lamentável.

O SR. VICTORINO FREIRE — Não comungo do ponto de vista de V. Ex.^a.

O Sr. Mourão Filho — E' evidente, pois V. Ex.^a obteve a nomeação pretendida. Está, pois, vitorioso.

O Sr. Cunha Mello — V. Ex.^a está até tripudiando sobre nós.

O Sr. Vivaldo Lima — O Amazonas é infeliz.

O SR. VICTORINO FREIRE — Então V. Ex.^a fere um membro da minha bancada, faz restrições à honrabilidade de meu companheiro e ainda diz que estou tripudiando?! Senador Cunha Mello, faça justiça à cultura do Senado! Tenho suportado ao máximo as provocações de V. Ex.^a.

O Sr. Cunha Mello — Depois de proclamar sua coragem pessoal, declarando que não tem medo de ninguém, em característico diapasão de voz, V. Ex.^a quer tirar-nos o direito de protestar contra essa nomeação.

O SR. VICTORINO FREIRE — O diapasão de minha voz não é agressivo como o de V. Ex.^a.

O Sr. Cunha Mello — V. Ex.^a colocou a questão no terreno da honra pessoal, quando eu a analisei tendo em mira os interesses do meu Estado.

O SR. VICTORINO FREIRE — V. Ex.^a afirmou que o Sr. José Matos causara prejuízos ao Banco. Mostrei, por meio de documentos relativos e certidões tiradas anteriormente, que isto não é verdade. Se o Banco tem 5% sobre as operações realizadas não está obrigado a ganhar sempre. Pode perder em uma ou outra transação. O importante é saber como se realizou o negócio; se se cercou de garantias, se foi aprovado pelos 4 diretores e pelo Presidente.

O Sr. Cunha Mello — Neste ponto está a nossa divergência, sem que isso importe afirmação caluniosa de minha parte.

O SR. VICTORINO FREIRE — O Presidente do Banco é obrigado a encaminhar à Diretoria qualquer proposta. Por exemplo: V. Ex.^a envia ao Banco proposta de empréstimo no valor de dois milhões de cruzeiros. O Presidente não poderá arquivá-la. Terá de submetê-la à Diretoria, que dirá da conveniência ou inconveniência da operação.

O diapasão de minha voz não é agressivo como V. Ex.^a disse; agressivo foi o de V. Ex.^a; e eu me senti na obrigação de contestar. Peço ao nobre Senador Lima Teixeira que me desculpe por ter deixado o aparte de S. Ex.^a em meio para ouvir o do nosso ilustre colega Cunha Mello.

O Sr. Lima Teixeira — Permita-me V. Ex.^a continuar, sobretudo no sentido de apaziguar, pois é meu único propósito. Em palestra com o Senador Cunha Mello, S. Ex.^a afirmou não

ter tido em mira atingira honrabilidade do Sr. José Matos mas tão somente defender os interesses da Amazônia.

O SR. VICTORINO FREIRE — Senador Lima Teixeira, V. Ex.^a, mem tranqüilo, ao ler o discurso nosso colega, deve ter percebido que nele, não se tratava de defender interesses do Amazonas, e sim "descer a lenha" de rijo no Presidente nomeado.

O nobre Senador Cunha Mello ocupou a tribuna senão para este fim atacar o Deputado José Matos.

O Sr. Lima Teixeira — Declarou o Senador Cunha Mello que fazia restições a orientação que o Dr. José Matos havia dado ao banco mas não quanto a sua honrabilidade. Faço aqui a ambos, a V. Ex.^a e ao colega Senador Cunha Mello...

O SR. VICTORINO FREIRE — Tenho as certidões e os dados, e, amanhã, hei de os ler porque ainda não apresentei as provas que afirmei por sul e vou fazê-lo Sr. Presidente, com a maior serenidade.

Já ontem, o Senador Cunha Mello ameaçava-me de fazer muitos discursos a respeito desta nomeação. S. Ex.^a pôs até o fim da legislatura nessa pisada, irei acompanhando.

Apresentarei os documentos para invalidar as afirmações do Senador Cunha Mello e responderei sempre diapasão em que me tratar. E' o desejo deixar bem claro ao Senador V. Ex.^a um aparte (Assentimento).

O Sr. Lima Teixeira — Permita orador) — Reconheço que está havendo grande exaltação. O assunto, foi objeto de muitos debates, de sorte que é natural tenha assumido estas proporções.

O SR. VICTORINO FREIRE — E tranchei que o Senador Cunha Mello não tivesse consideração a minha pessoa, razão por que assim agi.

O Sr. Lima Teixeira — Convido V. Ex.^a e o Senador Cunha Mello a procederem com maior serenidade, porque propósito pessoal não há de parte qualquer dos eminentes colegas.

O SR. VICTORINO FREIRE — E o nobre Senador Cunha Mello que colocou o problema no terreno pessoal.

Não adianta por exemplo declarar eu que nada tenho, pessoalmente contra o Senador Lima Teixeira e o Sr. Cunha Mello, pois... "haja lenha" sobre S. Ex.^a A declaração anterior não invalida caráter pessoal da questão.

Assim procedeu comigo o Senador Cunha Mello. Ora, eu não podia, lutamente, ser emburrado. Tive de revidar com documentação como faria amanhã invalidando conceitos altamente desprimorosos de S. Ex.^a relativos ao Sr. José Matos, porque o diretor de Banco que causa prejuízo ao estabelecimento através de operações danosas não tem idoneidade.

Só o aspecto moral da questão interessa. Disse-o ao Senador Cunha Mello, e S. Ex.^a respondeu-me que quanto a isso, não havia nada; apenas, apresentava as reivindicações do Amazonas. Aliás julgo-as justíssimas como também as de Mato Grosso, Goiás, Acre, Amapá, Rio Branco, Guaporé ou qualquer outro Território do Estado, mas S. Ex.^a não colocou bem a questão porquanto a localizou no terreno pessoal.

Terei que revidar, mas fique tranqüilo nobre Senador Lima Teixeira certo de que não quebrarei a serenidade nem diminuirei a cultura do Senado. Apenas faço o que V. Ex.^a e qualquer um dos nobres colegas faria. Não serei capaz de me tornar agressivo com um companheiro que me trata com serenidade e delicadeza. Se o fizesse, pediria desculpas porque não tenho ânimo de menosprezar nem humilhar qualquer dos meus pares.

Sr. Presidente, outro representante do Amazonas a quem estou ligado na velha amizade é o Senador Vivaldo Lima. Com S. Ex.^a tive oportunidade

de travar discussão sem contudo perder a serenidade, tendo havido até passagens pitorescas em nosso debate em torno de um aeroporto no Amazonas.

O Sr. Vivaldo Lima — Essa qualidade V. Ex.^a tem.

O SR. VICTORINO FREIRE — Cheguei até a transmitir ao Ministro da Aeronáutica a reclamação de V. Ex.^a que foi prontamente atendida. Eis como ajo nesses casos. Mas não posso permitir que me firam.

O Sr. Mourão Vieira — Quando se trata da Amazonia, de modo geral, V. Ex.^a é um anjo de paz mas quando está em causa o Maranhão o assume aspecto novo.

O SR. VICTORINO FREIRE — V. Ex.^a está fazendo grande elogio ao meu espírito publico.

O Sr. Mourão Vieira — Todos o reconhecemos, mas não dá a V. Ex.^a o direito de perder a serenidade.

O SR. VICTORINO FREIRE — Absolutamente, não a perco.

Tenho-me batido por toda aquela região. Membro da Comissão de Finanças, jamais deixei de, com meu voto aprovar qualquer reivindicação do Amazonas. Ai estão os nobres Senadores Vivaldo Lima Filinto, Muller e Domingos Velasco meus companheiros de Comissão testemunhas de que nunca deixei de me bater para que fossem atendidas as pretensões da região amazônica. Sempre procurei entender-me com os meus companheiros interessados no caso, defendermos os interesses coletivos sem me preocupar com bandeiras partidárias.

Discuto com afincos os interesses do meu Estado, como V. Ex.^a os do seu muito legítima, digna e nobremente. Entretanto, não pereço a serenidade ao ver atacado o Presidente do Banco da Amazônia, só porque é Maranhense. Eu jamais acusaria uma pessoa que nunca faz mal, como o fez fazendo o nobre Senador Cunha Melo S. Ex.^a assim age movido pela paixão, pelo ódio e pela vaidade.

O Sr. Mourão Vieira — V. Ex.^a faz praça de uma serenidade que não conheço.

O SR. VICTORINO FREIRE — O nobre colega esta me apartando desde o início e eu costumo ouvir os homens serenos e educados como V. Ex.^a Acaso no decorrer do debate ataquei V. Ex.^a usando qualquer expressão que o pudesse ofender?

O Sr. Mourão Vieira — Há grande diferença entre nós, V. Ex.^a sabe que o êxito suborna.

O Sr. Vivaldo Lima — Está vaidoso.

O SR. VICTORINO FREIRE — Neste caso, também me considero exaltado.

O Sr. Mourão Vieira — V. Ex.^a está subornado pelo êxito obtido, nesta pendência, e nós prejudicados, feridos.

O SR. VICTORINO FREIRE — Nobre Senador Mourão Vieira confesso que os debates já cansaram os contendedores. Eu pelo menos, já estou.

O Sr. Mourão Vieira — Eu ainda estou em forma para discutir.

O SR. VICTORINO FREIRE — Acredito. Mas para que V. Ex.^a possa ver que não há má vontade por parte do Presidente do Banco da Amazonia adianto ao nobre colega ainda hoje.

O Sr. Mourão Vieira — Já sei o que V. Ex.^a vai dizer mas ele não fez mais do que cumprir seu dever.

O SR. VICTORINO FREIRE — Há gente, entretanto que não cumpre o seu dever.

O Sr. Mourão Vieira — Se ele não assinasse as ações seria atacado por nós, na defesa dos legítimos interesses da região.

O SR. VICTORINO FREIRE — Poderia ser atacado, emitido e não faria coisa alguma.

O que estou salientando é a isenção com que S. Ex.^a trata os proble-

mas que lhe são afetos. V. Ex.^a pode estar certo do seguinte:

O Amazonas não será prejudicado. O tempo mostrará que a nomeação de um homem do Maranhão para dirigir o Banco da Amazonia não acarretará ao Estado de V. Ex.^a qualquer dificuldade. Nem máguá restará dos debates aqui travados.

O Sr. Mourão Vieira — Acredito mas principalmente porque o Amazonas possui três representantes vigilantes no Senado.

O SR. VICTORINO FREIRE — Não será por isso. O Maranhão possui dez no entanto o Presidente do Banco não liberou as verbas que lhe eram destinadas.

O Sr. Mourão Vieira — Todos nós temos direito a reclamar.

O SR. VICTORINO FREIRE — Quando reivindicar tais direitos não haverá debates entre nós. Nessa hora irei ao encontro de V. Ex.^a

O Sr. Mourão Vieira — Não desejamos concessões do Sr. José Matos mas reconhecimento dos direitos da amazonia.

O SR. VICTORINO FREIRE — Que haja uma isenção e sem o apaixonamento dos direitos.

O SR. VICTORINO FREIRE — E' dever do homem consciente ser isento de paixão e V. Ex.^a não pode em absoluto demetir as demonstrações, que tenho dado, do devotamento do Sr. José Matos à região, embora compreenda a restrição da bancada amazônica, não à idoneidade do atual Presidente do Banco da Amazonia mas à escolha de um cidadão do Maranhão e não do Amazonas. Pode V. Ex.^a estar certo de que S. S. agirá com o maior devotamento e absoluta isenção de ânimo, alheio ao debate travado no Senado com tanta aspereza, em torno de sua pessoa.

O Sr. Mourão Vieira — Então, abençoada rebeldia da bancada do Amazonas, que conseguiu, com o debate levar à noção exata do cumprimento do dever o Sr. José Matos!

O SR. VICTORINO FREIRE — S. S.^a não precisa de lições sobre cumprimento de dever.

O Sr. Mourão Vieira — No entender de V. Ex.^a o Sr. Victorino Freire. Foi sempre funcionário zeloso; possui inata essa qualidade.

Fique V. Ex.^a certo de que o Amazonas não será prejudicado. E o tempo demonstrará que não foi por causa da rebeldia da bancada do Amazonas, — pois o nobre Senador Cunha Mello fará outros discursos é porque o Sr. José Matos tem isenção partidária e a noção de que está dirigindo propriedade pública, cumprindo-lhe atender as legítimas reivindicações do Amazonas, Pará Goiás e Mato Grosso, na proporção das suas maiores e prementes necessidades.

O Sr. Mourão Vieira — Esperamos que desta vez, não faça transações não permitidas por lei.

O SR. VICTORINO FREIRE — A lei hoje não permite tais transações.

A anterior abrangia o território nacional como um todo; a atual restringe seu âmbito à região Amazônica.

O Sr. Mourão Vieira — Sabe V. Ex.^a o porquê da limitação?

O SR. VICTORINO FREIRE — Não sou o autor da lei.

O Sr. Mourão Vieira — Por causa do que ocorreu anteriormente.

O SR. VICTORINO FREIRE — Mas foi só o Sr. José Matos quem fez essas transações? Não todos os Presidentes interiores as realizaram.

O Sr. Mourão Vieira — Mas os outros não foram nomeados.

O SR. VICTORINO FREIRE — O presidente anterior do Banco fez transações muito mais vultosas que o Deputado José Matos.

O Sr. Mourão Vieira — Não está em debate o outro Presidente.

O SR. VICTORINO FREIRE — Digo-o eu ao Senado. E foram feitas

contrariando a lei; ao passo que o Sr. José Matos sempre se cingiu à letra da lei.

Sr. Presidente, não desejo mais tomar o tempo do Senado. Como estou inscrito para falar amanhã, prosseguirei, lendo documentos que invalidam as afirmações do eminente Senador pelo Amazonas, Sr. Cunha Mello.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem. Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa um projeto de lei que vai ser lido.

E' lido, apoiado e vai à Comissão de Constituição e Justiça, o seguinte

Projeto de Lei do Senado N. 36, de 1955

Modifica a Lei n.º 2.550, de 25 de julho de 1955.

Art. 1.º O artigo 70 da Lei n.º 2.550, de 25 de julho de 1955 passará a ter a seguinte redação:

"Os atuais títulos eleitorais e os expedidos até 31 de dezembro de 1955 perderão sua validade a partir de 31 de julho de 1956, sendo substituídos por folhas individuais de votação, segundo o disposto nos arts. 68 e 69 desta lei.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação: O preceito legal, cuja modificação é visada pelo projeto supra está assim concebido:

"Os atuais títulos eleitorais e os expedidos até 31 de dezembro de 1955 perderão a sua validade a partir de 1.º de julho de 1956, sendo substituídos por folhas individuais de votação, segundo o disposto nos arts. 68 e 69 desta Lei, facultado, porém ao requerente instruir o pedido com o título atual em substituição aos documentos referidos no § 1.º do art. 33 do Código Eleitoral.

Ora, o § 1.º do art. 33 do Cód. El. assim dispõe:

"§ 1.º O requerimento, que dispensa reconhecimento de firma será instruído com qualquer dos seguintes documentos:

- a) certidão de idade extraída do Registro Civil;
- b) documento do qual se infira, por direito, ter o requerente idade superior a 18 anos;
- c) certidão de batismo, quando se tratar de pessoas nascidas anteriormente a 1.º de janeiro de 1889;
- d) carteira de identidade, expedida pelo serviço competente de identificação do Distrito Federal, ou por órgão congêneres nos Estados e nos Territórios;
- e) certidão de reservista de qualquer categoria, do Exército, da Armada ou da Aeronáutica;
- f) documento do qual se infira a nacionalidade brasileira, originária ou adquirida, do requerente.

Exige ai o Cód. El. que o pretendente à inscrição como eleitor faça a prova plena e cabal de que tem mais de 18 anos e de que é brasileiro nato ou naturalizado. E essa prova não pode ser feita com os atuais títulos eleitorais, cuja falsidade da sua grande maioria vem sendo motivo da avalanche dos recursos interpostos nas eleições realizadas no país e tem sido tema de afirmações repetidas no Congresso e nos Tribunais.

Além do alistamento ex-officio, que abrangeu todo o funcionalismo das entidades de direito público e das autarquias e todos os associados dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, sem especificação de idade, nem prova de nacionalidade brasileira, é sabido que, em todo o país houve uma derrama de títulos não legítimos criadores da legião dos eleitores fantasmagóricos. Se se deseja, de fato, sanear

as eleições brasileiras, tornando-as expressão legítima da vontade de legítimos eleitores, não é de se admitir que os atuais títulos eleitorais sirvam de prova para o futuro alistamento.

S.S. do Senado Federal 28 de dezembro de 1955 — João Villasbôas.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento formulado pelo nobre Senador Parsifal Barroso, que vai ser lido.

E' lido o seguinte

Requerimento n. 584, de 1955

Nos termos do artigo 156 § 3.º do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara n. 263-55, que inclui os candidatos aprovados em provas de habilitação homologadas até 31 de dezembro de 1954 na exceção contida no art. 2.º da Lei n. 2.284, de 9 de agosto de 1954.

Sala das Sessões, em 28 de dezembro de 1955. — Parsifal Barroso. — Ary Viana. — Lima Teixeira. — Mourão Vieira. — Caiado de Castro. — Vivaldo Lima. — Arturdo Rodrigues. — Magalhães Barata.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento será votado no fim da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 210, de 1955 que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 103.000,00, para atender às despesas com o pagamento de sentença arbitral e honorários de advogados, proferida em lide para revisão de aluguel do imóvel ocupado pelo Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil na França, tendo parecer favorável, sob n. 1.425, de 1955, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

— Em discussão. Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão (Pausa).

Encerrada.

Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa).

E' aprovado e vai à sanção o seguinte

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 210, de 1955

N.º 249-B, de 1955, na Câmara dos Deputados).

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 103.000,00 para atender às despesas com o pagamento de sentença arbitral e honorários de advogado, proferida em lide para revisão de aluguel do imóvel ocupado pelo Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil na França.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 103.000,00 (cento e três mil cruzeiros, equivalentes a F. 1.909.80 (Um milhão, novecentos e nove mil e oitenta francos franceses) para atender às despesas com o pagamento de sentença arbitral e honorários de advogado,

proferida em lide para revisão de aluguel do imóvel à rua La Boétie, 28, em Paris, ocupado pelo Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil na França.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 243, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a doar à União Beneficente de Cariús, prédio e respectivo terreno, situados à Praça 15 de Novembro, em Marius, no Estado do Ceará, tendo parecer favorável, sob n.º 1.428, de 1955, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

— Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão. (Pausa).

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa)

E' aprovado e vai à sanção o seguinte

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 243, de 1955

(N.º 3.580-C, de 1953, na Câmara dos Deputados)

Autoriza o Poder Executivo a doar à União Beneficente de Cariús, prédio e respectivo terreno situados à Praça 15 de Novembro, em Cariús, no Estado do Ceará.

O Congresso nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a doar à União Beneficente de Cariús o prédio, em construção desde 1922, e o respectivo terreno medindo 15,50m. de frente por 22,83 metros de fundos, pertencentes ao Domínio da União e situados à Praça Quinze de Novembro, em Cariús, no Estado do Ceará.

§ 1.º A União Beneficente de Cariús terminará a construção e utilizará o referido prédio nos seus fins estatutários de assistência à população pobre desse Distrito e, notadamente, de educação, a menores desamparados.

§ 2.º — A instituição assistencial a que se refere esta lei não poderá, a qualquer título, dispor dos bens ora doados, nem sobre eles construir direitos reais a favor de terceiros.

§ 3.º A doação ficará automaticamente revogada, revertendo os bens doados ao Patrimônio da União se a União Beneficente se dissolver, sem ser substituída por outra entidade da mesma natureza e com os mesmos objetivos.

§ 4.º A União caberá o direito de pleitear judicialmente a revogação da doação se a União Beneficente de Cariús modificar fundamentalmente o seu objetivo social, em discordância com os princípios desta lei.

Art. 2.º E' o Poder Executivo autorizado a firmar as escrituras que forem necessárias.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Discussão única do projeto de Lei da Câmara n.º 258, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 3.277.882,80, para pagamento de horas extraordinárias de serviço a funcionários daquele Ministério, relativo aos exercícios de 1949, 1950 e 1951, tendo parecer favorável, sob n.º 1.429, de 1955, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

— Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão. (Pausa)

Encerrada.

Em votação

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa)

E' aprovado e vai à sanção o seguinte

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 258, de 1955

(N.º 4.685-B, de 1955, na Câmara dos Deputados)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 3.277.882,80 para pagamento de horas extraordinárias de serviço a funcionários daquele Ministério relativos aos exercícios de 1949, 1950 e 1951.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 3.277.882,80 (três milhões duzentos e setenta e sete mil, oitocentos e oitenta e dois cruzeiros e oitenta centavos) para pagamento de horas extraordinárias de serviço a funcionários daquele Ministério, nos exercícios de 1949, 1950 e 1951, de acordo com o item III do art. 120 do Decreto-Lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Veio à Mesa um ofício que vai ser lido.

E' lido o seguinte

OFÍCIO

Senhor Presidente:
Achoando-se ausente desta Capital o Sr. Senador Saulo Ramos solicito se digne Vossa Excelência de designar-lhe substituto temporário na Comissão de Redação na forma do disposto no art. 39 § 2.º do Regulamento Interno.

Atenciosas saudações. — *Júlio Leite.*

O SR. PRESIDENTE:

Designo o Senador Mourão Vieira. Em votação o requerimento n.º 584 lido na hora do expediente, de urgência para a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 263, de 1955.

O SR. JOÃO VILASBOAS:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito que V. Ex.ª me informe do que trata o Projeto de Lei n.º 263, para o qual é solicitada urgência.

O SR. PRESIDENTE — Inclui os candidatos aprovados em prova de habilitação, homologadas até 31 de dezembro de 1954, na isenção contida no art. 2.º da Lei n.º 2.284, de 9 de agosto de 1954.

O SR. JOÃO VILASBOAS — Muito obrigado a V. Ex.ª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento de urgência.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O projeto será incluído na Ordem do dia da próxima sessão (Pausa).

Nos últimos dias da sessão legislativa anterior haviam sido recebidos dois vetos presidenciais cuja apreciação ficou para o presente período de trabalho do Congresso Nacional, dada a impossibilidade de se observar o prazo estabelecido no art. 45 do Regulamento Comum.

No período de recesso do Poder Legislativo foi recebido mais um veto, constante da Mensagem n.º 612, de 20 do corrente, lida no Expediente de hoje, que no Senado tomou o número 393-55.

São, pois, três os vetos presidenciais dependentes de deliberação do Congresso.

A fim de apreciá-los, convoco as duas Casas do Congresso para sessões conjuntas, que se realizarão nos dias 17, 19 e 24 de janeiro próximo, às 14,30 horas, no edifício da Câmara dos Deputados, sendo:

No dia 17:

Veto (total) ao Projeto de Lei (n.º 2.298, de 1952, na C. D. e n.º 268, de 1953, no S. F.) que cria, no Exército o Quadro de Auxiliares de Administração.

No dia 19:

Veto (parcial) ao Projeto de Lei (n.º 1.112, de 1950, na C. D. e número 221, de 1953, no S. F.) que regula as promoções dos oficiais do Exército.

No dia 21:

Veto (parcial) ao Projeto de Lei (n.º 3.593, de 1953, na C. D. e número 244, de 1955, no S. F.), que dispõe sobre a contagem de tempo de serviço, para efeito de inatividade, dos oficiais do Serviço ou Corpo de Saúde das Forças Armadas.

Para participar das Comissões Mistas que deverão relatar esses vetos designei:

— quanto ao 1.º veto, os Srs. Senadores:

Onofre Gomes

Ilma Guimaraes

Júlio Leite

— quanto ao 2.º, os Srs. Senadores:

Moura Brasil

Arlindo Rodrigues

Domingos Velasco

— quanto ao 3.º, os Srs. Senadoras:

Ari Viana

Parsifal Barroso

Prisco dos Santos

Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia. Não há oradores inscritos para esta oportunidade.

O SR. JOÃO VILASBOAS:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, venho ainda esta vez à tribuna, para levantar meu protesto contra a maneira por que vem sendo exercida a censura à imprensa e ao Rádio pelos elementos que se apossaram do Poder Executivo do Brasil.

O Sr. Fernandes Távora — Indevidamente.

O SR. JOÃO VILASBOAS — Senhor Presidente, além da discriminação feita dentro de cada jornal, agindo a Censura de maneira diferentes junta a uma e outra empresa de publicidade, além da pressão exercida sobre determinados jornais, conhecidamente adversários da atual situação, hoje, essas medidas de violências culminaram com a apreensão, pela Polícia do Distrito Federal — naturalmente por determinação do executor do estado de sítio — de toda a edição do "Diário de Notícias".

Desde a manhã do dia 11 de novembro, os homens que, pela força, dominam o País, preocupam-se em exercer perseguição direta a esse órgão da Imprensa, que tanto se tem dedicado à defesa dos altos interesses nacionais, das liberdades e da Democracia.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. JOÃO VILASBOAS — Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — O "Diário de Notícias" é um órgão que honra não só a Imprensa do Brasil, como a universal.

O SR. JOÃO VILASBOAS — Senhor Presidente, declara, com muita propriedade, illustre apartante: o "Diário de Notícias" é um órgão que honra não somente a Imprensa nacional, como a universal.

Dizia eu que, hoje, as violências culminaram. Houve apreensão direta de toda a edição do "Diário de Notícias". Mas por que se praticou essa arbitrariedade, que fere frontalmente a própria lei aqui votada, reguladora do estado de sítio? O artigo 3.º da citada Lei dispõe expressamente:

"Nenhuma providência tomada em virtude desta lei, poderá visar ao patrimônio nem à livre administração das empresas jornalísticas, e de radiodifusão".

Sr. Presidente, não há providência que mais diretamente lese o patrimônio jornalístico do que a apreensão da sua tiragem.

Por que se praticou, repito, esta violência?

Porque aquele jornal publicou o artigo, que passo a ler para o Senado, sob o título "Resistência".

"Desde que foi instituída a censura, pelas forças que se apoderaram do governo a 11 de novembro último, o "Diário de Notícias" tem sido o alvo predileto das restrições à liberdade de informação e de crítica julgadas indispensáveis pelo governo de fato para manter-se na situação. Não lhes bastava, com efeito, a deposição de dois Presidentes da República, — o substituto legal em exercício, Sr. Carlos Luz, e o Presidente efetivo, Sr. Café Filho, que sucedera ao Sr. Getúlio Vargas na forma da Constituição e prestando compromisso perante o Congresso Nacional. Não lhes bastava obter do Congresso, através da maioria facciosa e, além disso, dominada pela ocupação militar da cidade, a ratificação de quanto fosse preciso para salvar as aparências, embora ferindo de morte o regime e reduzindo a farrapos a Constituição, a pretexto de restabelecê-la. Não lhes bastava arrancar do mesmo Congresso um estado de sítio flagrantemente inconstitucional para coonestar a censura e oferecer uma saída ao Judiciário, engasgado com o mandado de segurança irrecusável, em favor do Sr. Café Filho.

Para que todo esse programa pudesse ter execução, o essencial era a supressão da liberdade de imprensa. Por mais que contasse o plano com a convivência de diversos jornais, dispostos a tudo apoiarem, ainda que isso lhes custasse a renegação dos melhores momentos do seu passado, ainda assim esse apoio não seria suficiente. Era preciso sufocar totalmente os outros oprimindo, através da imprensa, a consciência e a opinião do país. Aos jornais indevidamente, não seria possível informar nem criticar e discutir. A censura, sob a aparência de medida geral, assumiu, além de tudo, uma feição que veio torná-la, se possível, ainda mais odiosa, porque se fez discriminativa.

É claro que o "Diário de Notícias" foi distinguido imediatamente pela censura, tanto a da Polícia quanto a da execução do sítio, como a vítima principal do regime de asfixia da informação e da crítica.

Em todo este período, a vida deste jornal tem sido a história de uma luta cotidiana contra as imposições da força, em defesa do mínimo que nos julgamos no direito de reclamar, mesmo em regime de exceção, que é a igualdade de tratamento. Esta, no entanto, tem sido sistematicamente recusada a este jornal, em todos os casos concretos levados ao conhecimento das autoridades.

Assim é que já no dia 13 de novembro era o "Diário de Notícias" chamado à presença do general Magessi, em exercício da Chefatura de Polícia, para receber reclamações contra uma edição, aliás, visada pela censura.

Esta, tinha sido suspensa, aquela tarde. Restabelecida, na mesma noite, fomos impedidos de publicar discursos parlamentares e até mesmo, o retrato do Deputado Afonso Arinos, autor de um deles. Naqueles mesmos dias a "Imprensa Popular", publicava um manifesto do Partido Comunista, com o retrato do Sr. Luís Carlos Prestes, tudo na 1.ª página.

Desde então passaram por este jornal nada menos de seis censores di-

ferentes, cada qual com instruções mais severas para nos fazer calar, deixando sem informação completa e comentário esclarecedor os fatos mais importantes da vida nacional, neste momento de abdições lamentáveis e de audaciosos atentados ao regime. Agora os que vieram antes do sítio e pertenciam ao Serviço de Censura de Diversões, como os Srs. Elpidio Reis e Ottati, já designados pelo executor do sítio, tivemos os censores Maurício Marques Lisboa, Isaac Capeluto, Erico Quinam e Remigio Rovigato, substituídos porque, segundo foi declarado ao nosso Diretor, no gabinete do executor do estado de sítio, o "Diário de Notícias" é considerado "um jornal difícil". Difícil, porque? Porque não se submete de boa vontade, porque reclama, porque vive em permanente resistência contra os que vêm aqui cumprir a tarefa de não permitir o noticiário e as críticas que desagradam e contrariam a essa estranha situação implantada no país, ao que parece, incapaz de resistir a essa liberdade de comentário.

O mandado de segurança do Senhor Café Filho não pode ser defendido pela imprensa, não pode ser discutido no "Diário de Notícias", nem por editoriais e artigos assinados, nem por entrevistas e "enquetes" entre juristas, ao mesmo tempo que um jornal situacionista podia fazer campanhas contra o que chamava a "audaciosa tentativa" do presidente da República reassumir seu posto.

No dia do julgamento, nada nos foi permitido publicar senão a nota da Agência Nacional. Os próprios votos dos Ministros do Supremo só depois de alguns dias e de já publicados em outros jornais, puderam ser transcritos também aqui. Vetada, igualmente, a declaração sobre o julgamento feita pelo Sr. Café Filho, que pudemos divulgar dois dias depois como parte integrante de um discurso do Senador Juraci Magalhães, de publicação autorizada pelo Presidente do Senado.

Inúmeras têm sido as matérias publicadas em outros jornais e que ao "Diário de Notícias" têm sido rigorosamente vedadas. Para não ir muito longe, ainda há poucos dias, uma declaração do Sr. Juraci Magalhães publicada pela "Tribuna de Imprensa", e que fomos impedidos de reproduzir, sob a alegação de que estariam proibidas quaisquer referências aqueles Senador.

Dois tópicos de crítica ao Sr. Juscelino Kubitschek foram vetados porque se tem por intocável a figura daquele candidato. Intocável, também, o Partido Comunista, sob a alegação de que não pode mencionar nem criticar um partido que não tem existência legal... Diversas matérias editoriais têm sido vetadas, no todo ou em parte, sob essa estupefaciente alegação de que não se pode criticar e combater esse partido "que não existe", o Partido Comunista. Mas a "Imprensa Popular" pode publicar toda a propaganda que quiser em nome do "Comitê Central do Partido Comunista".

Documentos públicos por sua natureza, como discursos de parâmetro, relatórios do Tribunal de Contas (discurso do prof. Alberto Tonaghi, relatório e voto do Ministro Pereira Lira) não puderam ser publicados "Diário de Notícias". Nem mesmo em resumo, como conseguiram fazer outros jornais. O voto do Ministro Pereira Lira depois de veemente reclamação, podemos resumir em poucas linhas, de acordo com a publicação anterior da "Tribuna de Imprensa".

As notícias de transferências de oficiais de elite, designados por motivos políticos, para postos impróprios para o seu merecimento, o "Diário de Notícias" não tem podido noticiar em primeira mão, nem tão pouco, reproduzir, quando publicados em outros jornais. O "Diário de Notícias" causa maiores preocupações do que qualquer outro, por sua penetração nos meios

militares, onde é o jornal mais lido. Nos dias de censura anterior ao sítio, tentamos defender a liberdade de, pelo menos, não opinar, quando a opinião não fosse livre. Demos espaços em branco, em lugar de editoriais e artigos. Imediatamente foi proibido esse recurso de oprimidos. Tentamos o de declarar que as nossas edições são visadas pela censura, e isso também foi vedado.

O Deputado Adauto Lúcio Cardoso discursou, na Câmara, sobre a situação, concluindo por oferecer denúncia contra alguns chefes militares dos movimentos de 11 e 21 de novembro, que declarou incursos na lei de Segurança do Estado. O "Diário de Notícias" foi proibido de publicar o discurso ou mesmo de noticiá-lo. Só conseguiu publicar que o Sr. Adauto Lúcio Cardoso havia proferido importante discurso, naquele dia. Entretanto, emissoras oficiais noticiaram que o representante da UDN teria feito um discurso de acomodação, traçando nesse sentido os novos rumos do seu partido...

Para isso querem a censura e por isso nos sufocam e oprimem. Querem confundir a opinião, fazer o vácuo em torno da tribuna parlamentar, como em torno da tribuna judiciária e da tribuna acadêmica impedindo, por essa forma, as principais garantias e válvulas de segurança do regime.

Afeta-se dar ao sistema uma base de pretensa igualdade. Nada menos sincero e menos verdadeiro. As teses proibidas, os discursos proibidos, são unicamente os discursos e as teses de oposição. Se alguns discursos de situacionistas, como os Srs. José Maria Alkimim, Vieira de Melo e Loureiro Júnior foram também vetados, foi pelos apertados de que os crivaram deputados da oposição, como os Senhores Mário Martins, Adauto Lúcio Cardoso, Oscar Correia e outros. A uma censura assim, submete-se gostosamente toda a imprensa situacionista, que serve, com o próprio silêncio, se necessário, à ordem de coisas que defende e deseja.

Não obstante, um jornal da situação, dos que mais se têm esforçado na ingrata missão de defender o que se fez e o que se está fazendo contra a Constituição da República e as formalidades do regime, resolveu declarar em rebelião contra a censura, deixando de lhe submeter um artigo de apoio ao 11 de novembro.

Como era de prever, não lhe aconteceu absolutamente nada, além de uma advertência "preforma". O mesmo procedimento foi adotado, no mesmo dia, por um vespertino de oposição; e, embora nesse caso fesse de prever o contrário, não variou a atitude do executor do sítio diante desse rompimento do cerco. Entretanto, por singular coincidência, na véspera o nosso diretor tinha sido chamado ao Quartel General, que o é, também, do estado de sítio, em consequência de incidente havido com um dos censores, no qual comunicara o propósito de não submeter à censura um tópico sobre o Sr. Juscelino Kubitschek. E ali, no Quartel General do sítio, pelo Comandante João Mário Batista lhe fora dito que a publicação de matéria não autorizada pela censura ou por ela vetada importaria na apreensão da edição. Não tivesse o "Diário de Notícias" a mínima dúvida, as autoridades executoras do sítio tomariam providências drásticas contra este jornal. "Sem trepidação".

Foi exatamente isso que fez um jornal ligado ao governo e parte da sua sombra. Nenhuma daquelas providências há de ter sido objeto de cogitações como até aqui estamos informados.

De qualquer modo, porém, o "Diário de Notícias", que foi o ameaçado de todas as formas de repressão, quer servir-se do ensejo para tirar a prova da igualdade de tratamento. Faz, hoje, o mesmo que foi feito sem consequências, apesar das ameaças já recebidas. Vamos ver se a discrimi-

nação continua. Fazemo-lo com inteira consciência da responsabilidade assumida por esta atitude, combatendo não apenas a sombra, mas o que a produz. Sempre é um pouco diferente, como atitude, mas do ponto de vista regulamentar, a transgressão é rigorosamente idêntica: a publicação de matéria editoriais sem autorização da censura, isto é, sem o seu conhecimento.

Fazemos muita questão de acentuar este ponto, até mesmo para isentar de toda e qualquer responsabilidade o funcionário incumbido de fazer a censura do jornal. Não se trata de uma falha ou descuido desse funcionário. A responsabilidade é toda e exclusiva, do "Diário de Notícias", pelos que por ele respondem e que assumem com tranquilidade, no cumprimento do seu programa de resistência democrática, que é um dever de consciência para com o seu público, para com as tradições do jornal, para com o regime e para com a Nação.

Se alguma coisa viermos a sofrer por isso, o povo brasileiro saberá compreender as razões da nossa atitude e avaliará das que forem invocadas para explicar a repressão parcial, unilateral, que só funciona contra nós. A máscara da igualdade de tratamento cairá, aos olhos da Nação, que compreenderá melhor o regime a que em verdade, está submetida e que não é, por mais que o apresentem, o dos "quadros constitucionais vigentes".

O Sr. Othon Mäder — V. Ex.^a dá licença para um aparte?

O SR. JOÃO VILASBOAS — Pois não.

O Sr. Othon Mäder — Pela leitura que V. Ex.^a acaba de fazer do artigo do "Diário de Notícias", cuja edição foi apreendida, verifica-se que a reclamação daquele matutino é idêntica à do "Correio da Manhã", no seu número de ontem. Ambos os jornais, o "Diário de Notícias", considerado da oposição, como o "Correio da Manhã" que apoiam a situação, reclamam contra a falta de critério da Censura, isto é, o regime discricionário imposto à imprensa desta Capital. Aliás, alguns jornais podem noticiar o que bem entendem, enquanto outros estão impedidos de fazê-lo. A reclamação do "Diário de Notícias", pois, é de todo procedente. A publicação devia ter sido permitida, uma vez que a do "Correio da Manhã" foi, e uma nada mais é que repetição da outra.

O SR. JOÃO VILASBOAS — Muito agradeço o aparte de V. Ex.^a

Sr. Presidente, queria, apenas, aproveitar a oportunidade para fazer sentir a Casa essa diferença de tratamento, essa falta de critério na aplicação da censura, pelo Executor do Estado de Sítio.

Trouxe ao conhecimento do Senado dias atrás que discursos visados pelo nosso Presidente tiveram sua publicação facultada em alguns órgãos da imprensa cotidiana, mas vedada no "Diário de Notícias". Há uma prevenção direta contra esse jornal.

Sr. Presidente, como disse no início da minha oração, a série de violências, começada na noite trágica de 11 de novembro continua a premir nosso País, e hoje culminou com a apreensão de toda a tiragem do "Diário de Notícias", com violação direta do artigo 3.º da própria Lei do Estado de Sítio votada pelo Congresso Nacional e agora prorrogada pelo Sr. Nereu Ramos.

Sr. Presidente, deixo, perante a Mesa, meu veemente protesto não somente contra a diferença de tratamento da Censura em relação aos nossos periódicos, como também contra a violência dessa apreensão do "Diário de Notícias".

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOÃO VILASBOAS — Com todo o prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Hoje como naquele malsinado tempo da Roma decadente, não se admite mais a revoadada do pensamento; hoje, como então, o silêncio dos cemitérios, o silêncio dos desertos, acaba com tudo aquilo que representa a liberdade e a dignidade humana; hoje, como naquele tempo, *atque ubi solitudinem faciunt pacem appellant*.

O SR. JOÃO VILASBOAS — Agradeço ao aparte de V. Ex.^a

O Sr. Othon Mäder — V. Ex.^a fala também em nome da União Democrática Nacional, de cuja bancada é digno líder. Nosso protesto, portanto, está implícito no discurso de V. Ex.^a Deixo, pois, consignado que o protesto é também da bancada do nosso Partido.

O SR. JOÃO VILASBOAS — Efetivamente, o protesto não é exclusivamente meu; vem da bancada da União Democrática Nacional, cujo pensamento, nesta hora, interpreto.

Sr. Presidente, o nobre Senador pelo Ceará invocou Roma.

Assim era Roma; e não teve conserto. O mesmo está acontecendo agora com o Brasil. Caminhamos para dias terríveis e piores, e talvez, nosso país s tenha conserto depois que atravessar uma onda de sofrimento e de dor, maior do que a sofrida nos últimos trinta anos. (Muito bem; muito bem. Palmas).

O SR. COIMBRA BUENO:

(Lê o seguinte discurso), Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Ouvimos ontem compungidos as palavras do Senador Domingos Velasco, em homenagem ao grande jornalista brasileiro Senhor Joaquim Câmara Filho — Sua Excelência antecipou-se aos demais Representantes goianos, que unanimemente reconheceram os esforços injentes e duradouros do grande nordestino, que tornou-se um dos grandes batalhadores do progresso de Goiás, e um de seus mais ilustres, destacados e dignos filhos adotivos.

Não podia silenciarmos neste momento; faço minhas as palavras de ontem de meu nobre colega de Goiás, destacando sobretudo a colaboração imensa dada por Câmara Filho ao maior problema goiano, de todos os tempos, cuja solução revolucionou no bom sentido — o desenvolvimento econômico e social de uma das maiores expressões geográficas do nosso País.

Convivi e trabalhei anos a fio com Câmara Filho, que como eu residia numa das casas de madeira, do acampamento de obras de goiânia; foi dali que o dinâmico jornalista desencadeou uma campanha sem precedentes, de divulgação das riquezas e imensas possibilidades do Brasil Central para uma boa ambientação de grandes massas humanas.

Paralelamente com a construção de Goiânia, Câmara Filho venceu convencendo, primeiro os Goianos, depois os brasileiros, do acerto da transcendente iniciativa do então interventor Pedro Ludovico, levando a bom termo a construção de Goiânia que, durante mais de um século, figurou como simples quimera, ou sonho de noites de verão, dos antigos dirigentes da então Província e do atual Estado de Goiás.

Câmara Filho, ao despedir-se deste mundo, cercado do carinho de sua esposa, filhos e amigos, levou a satisfação de uma missão bem cumprida; a grande obra de sua vida de pioneiro, aquela que abraçou de corpo e alma, com muitos amigos dedicados ao bem comum. A nossa Goiânia estava completando o 15.º aniversário de sua inauguração com 120.000 habitantes, ao envés de menos de mil iniciais e já à frente de um Estado, cuja renda saltara dos cinco milhões de cruzeiros, anteriores ao seu advento, para os seiscentos e tantos bilhões de hoje. Isto para citar apenas dois índices, anteriores e posteriores ao advento da era vivida pelo pioneiro Joaquim Câmara

Filho no Estado, que tanto honrou e enalteceu com desusado idealismo.

O Sr. Apolônio Sales — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. COIMBRA BUENO — Com prazer.

O Sr. Apolônio Sales — Não quero perder a oportunidade de dar a V. Ex.^a o testemunho da profunda máguia com que soube do passamento do meu dileto amigo Joaquim Câmara Filho. Fomos colegas de escola; juntos estudamos agronomia. Foi ele, desde a mocidade, um idealista, um daqueles que tinham real paixão pela terra e pelo interior do Brasil. Pode V. Ex.^a juntar aos sentimentos de pesar do povo goiano o deste pernambucano, que teve a satisfação de ser companheiro de colégio do saudoso amigo Joaquim Câmara Filho.

O SR. COIMBRA BUENO — Agradeço muito o aparte do nobre colega.

(Lendo): Sr. Presidente, antes de encerrar mais este modesto preito de justiça à memória de um grande jornalista, passo a ler o notável registro do passamento de Câmara Filho, feito em Goiânia pela Rádio Brasil Central.

“UM HOMEM DE BEM

Como a Rádio Brasil Central registrou o falecimento do Sr. Câmara Filho

Divulgando o passamento do Senhor Joaquim Câmara Filho, a Rádio Brasil Central transmitiu a seguinte nota:

— “Faleceu, em sua residência, à rua Doze, jornalista Joaquim Câmara Filho, uma das figuras de destaque na política, jornalismo e sociedade, no Estado de Goiás. Adoentado há várias semanas o seu estado de saúde agravou-se sensivelmente, fazendo ocorrer seu desenlace, infelizmente esperado dada a progressão da moléstia que o acometeu, que desafiava os recursos médicos mobilizados para salvar-lhe a vida. A ocorrência, encheu de justificada tristeza a todos quantos privavam de sua amizade, pois desapareceu realmente, um grande cidadão. Fazendo política de oposição ao Ilustre desaparecido, principalmente na corrida eleitoral de três de outubro de mil novecentos e cinquenta e quatro, nós, mesmo contando na sua pessoa, quer como diretor do diário “O Popular”, órgão que sustentava uma candidatura a nós adversa; quer como Secretário da Agricultura de uma situação que combatíamos, jamais pudemos encontrar uma razão sequer para uma simples nota contra a personalidade de Joaquim Câmara Filho, mesmo sendo ele um dos pilares a política contrária. Sua fibra de batalhador; o seu senso de pioneirismo; as esperanças que descobria para Goiás, fizeram de Joaquim Câmara Filho um dos lados do triângulo que construiu Goiânia. Ao lado de Pedro Ludovico Teixeira e de Jerônimo Coimbra Bueno, era o então diretor de “O Popular” a grande alavanca da boa propaganda deste Estado levando ao conhecimento do país e do exterior as imensas possibilidades que apresentava esta unidade federada e a esplêndida realidade em que iria se converter Goiânia. Desacreditavam. Fazia de sua inteligência a arma por excelência das histórias sobre Goiás, que até hoje se tornam lendas em muitas regiões do país, fazendo com que o nome goiano fosse comentado; focalizado: objetivo de comentários e notícias de imprensa e rádio nacionais. E não foi até aí e somente que Joaquim Câmara Filho fez brilhar a força de sua atuação. Tomando iniciativas corajosas; arremetendo as clas-

sões conservadoras; prestigiando as comissões que se deslocavam para os mais diversos pontos do país, Joaquim Câmara Filho era a Fureg; era o Cooperativismo em marcha; era a realização das mostras pecuárias; era o espiador de uma assistência a homem rural, como dificilmente se fizera. Deputando sem sucesso dois prêmios eleitorais, Joaquim Câmara Filho nos confiava naqueles trocas de idéias que diariamente mantínhamos a certeza de uma continuação de esforços em prol de Goiás, esquecido completamente da indiferente correspondência que lhe tributavam aqueles que inclusive podiam contar no seu bem estar pessoal, doméstico e financeiro, com a ajuda inestimável daquele rio-grandense do norte. Tão potiguar e tão nordestista; tão goiano e melhor brasileiro, que fazia até questão de arremeter os seus serviços, co-estudanos, em uma associação que era mais um departamento de bem estar e da prestação de serviços, do que uma simples aglomeração para conversas e amistosas reuniões.

“Certa feita, quando ainda trabalhávamos no jornal “Folha de Goiás”, mantivemos uma pequena polémica, contra o diário que dirigia Joaquim Câmara Filho. Ao final, como artigo último de uma série que terminava com aquele desentendimento próprio dos profissionais do mesmo ofício, estampamos no órgão associado um elogio franco e sincero a Joaquim Câmara Filho, em vida, elogios que repetimos neste momento, coração aberto e lágrima nos olhos pois que, como colega de profissão; como adversário político; Joaquim Câmara Filho era sempre o homem que contribuiu para a construção de Goiânia; que elevou Goiás; um cidadão a quem não se podia — sem praticar uma injustiça — enquadrar em duas correntes de opinião. Sua família perdeu um grande chefe; os seus amigos, um grande companheiro; o Estado de Goiás uma grande personalidade. Quê a terra lhe seja leve, e que os goianos de todos os matizes saibam dar-lhe agora, aquilo que muitos lhe negaram em vida: — O Valor de um Grande Homem; de um homem de bem”.

Era o que tinha a dizer: Muito bem; muito bem!

O SR. APOLONIO SALLES:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, da tribuna do Senado dirijo apelo ao digno Presidente da República. Senador Nereu Ramos, para que Sua Excelência examine, com a habitual serenidade e o seu nunca desmentido amor à causa pública, um pequeno fato que reclama, realmente, atenção do nosso supremo dirigente.

O Instituto do Açúcar e do Alcool, no largo tempo de sua existência, vem adotando, como praxe, no trato com seu honrado funcionalismo, conceder-lhe no mês de dezembro, uma gratificação especial, votada e autorizada pelo órgão máximo da instituição.

Trata-se de autarquia que felizmente, se pode incluir entre aquelas cuja administração constitui exemplo de comendado e equilíbrio.

No ano de 1955, lamentavelmente — talvez pelas medidas gerais de previsão do aumento do funcionalismo — o Senhor Presidente da República recomendou maior prudência quanto a essas gratificações de fim de ano.

Acredito, Sr. Presidente, que Sua Excelência, assoberbado pelos múltiplos assuntos do encerramento deste exercício, não tivesse tido oportunidade para

examinar o caso especial do Instituto do Açúcar e do Alcool, que iria, neste ano, quebrar uma tradição já tornada norma nos orçamentos dos modestos e operosos funcionários daquela autarquia. Creio, Sr. Presidente, que não deve haver liberalidades quando a Nação, realmente, está a exigir comendito nos seus gastos. Não seria, porém, aconselhável que, nesta hora, quando parte do funcionalismo tem uma tradição, há mais de um decênio, de recebimento da gratificação de Natal, dela seja privado, apesar de já incluída e prevista nos parcos vencimentos de cada um.

Por essas razões, solicito do nobre Senhor Presidente da República mande examinar o caso, com especial carinho — tão do hábito do Sr. Nereu Ramos, sempre atento, como acentuei, às necessidades dos servidores honrados — a fim de que, dentro das possibilidades financeiras do Instituto do Açúcar e do Alcool, fosse, neste ano, mantida a tradição, e não interrompida, com tantos sofrimentos para a classe modesta dos servidores daquela autarquia. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. CAIAO DE CASTRO:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, tenho em mãos exemplar de O Jornal de hoje, que transcreve notícias publicadas, na América do Norte, pelo New York Herald Tribune, com apreciações sobre a situação política do Brasil.

Esse artigo é um amontoado de mentiras, afirmações falsas, e conclusões absurdas. Diz o correspondente desse jornal que nós, no Brasil, já estamos quase na situação da Nicarágua; que o “golpe” — como diz o correspondente — de 11 do mês passado, foi dado pelos militares, para entregar o governo aos comunistas.

Sr. Presidente, esta afirmativa já foi publicada aqui no Brasil. Atribuiu-se sua autoria ao Deputado Carlos Lacerda, que a esse respeito teria dado entrevista, na América do Norte. Felizmente, para nós, brasileiros, sobretudo os parlamentares, a notícia foi desmentida. O referido deputado, ao chegar à América do Norte, não havia feito tais declarações.

Mas, Sr. Presidente, o relato deste correspondente — já agora indo do Brasil para os Estados Unidos — contém inverdades que devem e precisam ser esclarecidas pelo nosso governo. Por essa razão, apesar do brilhante artigo do nobre Senador Assis Chateaubriand sobre o assunto, eu me permito a liberdade de utilizar a tribuna desta Casa para protestar contra essas afirmações publicadas por um jornal tão conceituado na América do Norte e apelar para o Sr. Ministro das Relações Exteriores, a fim de que, pelos meios de que dispõe, faça o desmentido completo dessas notícias e procure esclarecer o povo americano sobre as inverdades contidas nesse artigo. Faço também um apelo às nossas autoridades para que fiscalizem estes correspondentes que mandam para o Brasil. Aqui recebidos da melhor maneira, pela imprensa e pelos brasileiros em geral, retribuem a nossa hospitalidade da maneira por que acabamos de ver, neste artigo.

Entre outras assertivas, Sr. Presidente, diz o correspondente que o Partido Comunista Brasileiro é muito forte, contando com eleitorado superior a quinhentos mil eleitores, e que houve aliança entre os Partido Social Democrático, Trabalhista Brasileiro e o do Sr. Luiz Carlos Prestes.

Ora, Sr. Presidente, não obstante já ter sido essa aliança inúmeras vezes

desmentida nesta Casa, na Câmara dos Deputados e pela Imprensa, julga-se o correspondente no direito de afirmar aos seus patricios na América do Norte, que ela existe e que seu objetivo é comunizar o Brasil.

Declara ainda:

“O Brasil está agora, ou estará em janeiro, nas mãos da mesma espécie das forças, que recentemente sovieteram a Guatemala e foram derrubadas pelas armas; há menos de dezoito meses. Esse é o fato decorrente da atual crise brasileira. A frente comunista-nacionalista brasileira assumirá o governo a 31 de janeiro, quando os presidente e vice-presidente eleitos, Juscelino Kubitschek e João Goulart, serão empossados. Foram eleitos a 3 de outubro, por uma aliança tripartite, entre cujos vários componentes estavam o ultra-nacionalista Partido Trabalhista de Getúlio Vargas e o Partido Comunistas”.

Sr. Presidente, custa crer que jornal conceituado como o New York Herald Tribune, cujos artigos, segundo tenho observado, merecem sempre o máximo acatamento não só na América do Norte como no exterior, tenha feito tal publicação.

O Sr. Francisco Gallotti — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. CAIAO DE CASTRO — Com todo o prazer.

O Sr. Francisco Gallotti — A mim não admira que o correspondente tenha mandado dizer tal aos jornais dos Estados Unidos; talvez tenha bebido essas informações aqui mesmo no Brasil, saindo de brasileiros. No Estado de Santa Catarina, o Governo que lá se encontra, da U.D.N., aliciou até padres católicos, para fazerem a propaganda de que não só a dupla Juscelino-Jango, como o candidato de oposição ao Governo do Estado, — o modesto Senador que dá este aparte, — eram todos comunistas e alertavam os católicos para que não votassem nesses homens sob pena não poderem confessar nem comungar o que vale dizer incorrem em excomunhão da religião católica. Entretanto, sabem todos que nos sete anos em que exerci o mandato de Senador, fui o que mais combateu os comunistas e o Sr. Luiz Carlos Prestes. Dai a levianidade desse jornalista em mandar para o estrangeiro as notícias que aí estão, cultivadas naturalmente por brasileiros e até por sacerdotes católicos, como eu ouvi.

O SR. CAIAO DE CASTRO — Agradeço o aparte de V. Ex.^a. Também eu acredito que grande parte dessas inverdades tenham sido cultivadas no Brasil, dentro das paixões políticas; mas, o correspondente estrangeiro não tem o direito de mandar para os seus jornais, informações sem maior estudo, sem maior cuidado.

O Sr. Francisco Gallotti — Histou de acordo com V. Ex.^a.

O SR. CAIAO DE CASTRO — Atribuir-se ao Partido Social Democrático, bastante conhecido de todos — e nós que não somos a ele filiados, reconhecemos suas grandes qualidades — o desejo de sovieter o Brasil, é evidentemente, um absurdo. O Partido Social Democrático, possui líderes católicos, apostólicos, romanos e praticantes, com um passado de tal ordem que não permite, de maneira alguma, que se lhes atribua tais intenções e ideologias.

Mas, Sr. Presidente, meu objetivo é, apenas, o de lançar da tribuna do Senado um protesto contra tal artigo.

Apelo para o Sr. Ministro das Relações Exteriores, home culto e grande brasileiro, a quem tenho a honra de, neste momento, render minhas homenagens a quem aprendi a admirar e res-

peitar, pois há mais de 30 anos venho acompanhando seu passado, quer no estrangeiro, quer no Brasil, no sentido de que, os recursos de que dispõe, mande desmentir no exterior a informação a respeito da situação do Brasil, fornecida por correspondente tão mentiroso que, de nenhum modo, conhece o nosso País. Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã, a seguinte.

ORDEM DO DIA

1 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 191, de 1955, que modifica a letra *a* do art. 7.º da Lei

n.º 302, de 13 de julho de 1948 (Estabelece normas para a execução do § 2.º do art. 15 da Constituição, na parte referente à tributação de lubrificantes e combustíveis líquidos) tendo pareceres contrários (ns. 1.422 e 1.423, de 1955) das Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Finanças.

2 — Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo n.º 37, de 1955, originário da Câmara dos Deputados, que aprova a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo aditivo do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Augusto Goyanna, para a construção de uma linha subterrânea de dutos e uma li-

nha de postação na capital do Estado do Ceará, tendo pareceres favoráveis (ns. 1.432 e 1.433, de 1955) das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças).

3 — Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo n.º 43, de 1955, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o termo de contrato entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Saúde e a firma Sidema S. A. — Comercial Importadora Rio de Janeiro, para fornecimento e instalação do Instituto de Psiquiatria do Centro Psiquiátrico Nacional, tendo pareceres favoráveis (ns. 1.434 e 1.435, de 1955) das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

4 — Discussão única do Parecer sobre a Mensagem n.º 389, de 1955, do Sr. Presidente da República, que submete à aprovação do Senado a escolha do diplomata Sr. Nemésio Dutra para o cargo de chefe da missão diplomática do Brasil junto ao governo da Turquia.

5 — Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 391, de 1955, do Sr. Presidente da República, que submete à aprovação do Senado a escolha do diplomata Sr. Mario Moreira da Silva para o cargo de chefe da missão diplomática do Brasil junto ao governo da Austrália.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 16 horas e 35 minutos.